



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP**

RAIFF ASCENDINO MEDEIROS CHAVES

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCA:
UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(A3P)**

SOUSA – PB

2019

RAIFF ASCENDINO MEDEIROS CHAVES

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG:
UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(A3P)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP para adquirir o título de mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa.

SOUSA – PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

C512g Chaves, Raiff Ascendino Medeiros.
Gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG: uma análise à luz da agenda ambiental na administração pública (A3P) / Raiff Ascendino Medeiros Chaves. - Sousa: [s.n], 2019.

194 fl.:il. Col.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Nóbrega Barbosa.

1. Gestão Socioambiental. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Sustentabilidade. I. Título.

RAIFF ASCENDINO MEDEIROS CHAVES

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG:
UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(A3P)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP para adquirir o título de mestre em Administração Pública.

Aprovada em: ____ de _____ de 2019

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa
Orientadora – PROFIAP/UFCG

Prof.^a Dra. Marlene Valerio dos Santos Arenas
Membro Interno – PROFIAP/UNIR

Prof.^a Dra. Jônica Marques Coura Aragão
Membro Interno – PROFIAP/UFCG

Prof.^a Dra. Adriana Salete Dantas de Farias
Membro Externo – PPGA/UFCG

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de todas as coisas e tutor da minha vida.

À minha família, minha base, especialmente ao meu avô, minha mãe e irmãos, que tanto depositam confiança em meu êxito.

Ao meu pai, importante incentivador e conselheiro, que, de um outro plano, sei que está feliz por esta realização.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa, agradeço pelo empenho, atenção, paciência, tornando esta missão menos árdua.

Ao Programa PROFIAP e à UFCG, pela oportunidade disponibilizada e pela contribuição para o desenvolvimento científico, acadêmico e social.

À família de amigos da turma 2017 do PROFIAP/UFCG, que tanto contribuiu para minimizar o peso das longas horas de viagem em direção à Sousa, e no retorno para casa.

A todos que compõem a família Centro de Educação e Saúde da UFCG, pela excepcional acolhida desde 2013 e por tudo que tem me proporcionado tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que essa pesquisa se tornasse realidade e pudesse ser concluída.

Aos meus amigos, sempre próximos, pelo companheirismo de todas as horas.

"A ciência jamais responderá a todas as perguntas pelo simples motivo de que jamais saberemos todas as perguntas que podem ser feitas".

(Marcelo Gleiser)

RESUMO

O trato adequado dos temas ambientais surge como premissa para as organizações que desejam consolidar sua efetividade, cumprir sua missão institucional e promover o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. A pesquisa analisa a gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG nos moldes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para tanto, realiza o diagnóstico da Instituição conforme o manual da A3P específico para Universidades Públicas e afere a percepção dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes acerca do tema. A análise dos dados ocorre tanto qualitativa quanto quantitativamente e utiliza como instrumentos de coleta de dados um formulário e questionários adaptados às três categorias de respondentes. Foram consultados gestores e professores da universidade, em um primeiro momento, e 204 respondentes, sendo 100 alunos concluintes, 60 docentes, além de 44 técnico-administrativos, em uma segunda fase. Os resultados revelam que a gestão socioambiental do CES se encontra em estágio inicial, havendo ações isoladas, não institucionalizadas, passíveis de serem melhoradas ou repensadas, como também lacunas em todos os eixos temáticos avaliados. Inspira mais atenção a questão da sensibilização e capacitação dos servidores e alunos, além de aspectos ligados à gestão dos resíduos gerados, sobretudo os perigosos. Por outro lado, as avaliações com maior grau de concordância por parte dos respondentes concentram-se no quinto eixo (construções públicas sustentáveis). Em síntese, a pesquisa prepara a Instituição para o passo seguinte estabelecido pelo Manual da A3P, qual seja, elaborar o Plano de Gestão Socioambiental do CES.

Palavras-chave: Gestão Socioambiental. A3P. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The proper handling of environmental issues arises as a premise for organizations that wish to consolidate their effectiveness, fulfill its institutional mission and promote sustainable development and sustainability. The research analyzes the socioenvironmental management at the Education and Health Center of UFCG along the lines of Environmental Agenda in Public Administration (A3P). For that, it performs the diagnosis of the Institution according to the A3P manual specific to Public Universities and assesses the perception of technical-administrative servers, teachers and graduating students on the subject. Data analysis occurs both qualitatively and quantitatively and uses as data collection instruments a form and questionnaires adapted to the three categories of respondents. At first, university managers and teachers were consulted, and 204 respondents, being 100 of them graduating students, 60 teachers, and 44 technical-administrative servers, in a second phase. The results reveal that the CES socioenvironmental management is at an early stage, with isolated actions, not institutionalized, that could be improved or rethought, as well as gaps in all thematic axes evaluated. More attention is drawn to the issue of raising awareness and empowering staff and students, in addition to aspects related to the management of waste generated, especially hazardous waste. On the other hand, assessments with the highest degree of agreement by respondents focus on the fifth axis (sustainable public buildings). In summary, the research prepares the Institution for the next step established by the A3P Manual, which is to elaborate the CES Socioenvironmental Management Plan.

Key words: Socioenvironmental Management. A3P. Sustainability. Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Desafios para a Busca da Sustentabilidade Socioambiental.....	25
Figura 2	–	O Tripé da Sustentabilidade.....	28
Figura 3	–	Eixos Temáticos da A3P	34
Figura 4	–	Código de Cores da Resolução do CONAMA nº 275/01	36
Figura 5	–	Consulta de Itens Sustentáveis.....	40
Figura 6	–	Estrutura <i>multicampi</i> da UFPB.....	61
Figura 7	–	Brasão da UFCG	62
Figura 8	–	Centros da UFCG	72
Figura 9	–	Campus do CES	74
Figura 10	–	Olho D'água do Horto Florestal do CES	77
Figura 11	–	Cartaz da Campanha de Uso Consciente de Materiais Plásticos do CES	84
Figura 12	–	Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis do CES.....	86
Figura 13	–	Área de Compostagem e Estufa Agrícola do CES	89
Figura 14	–	Cartaz da Campanha de Arrecadação de Garrafas PET.....	95
Figura 15	–	Bicicletário do CES	96
Figura 16	–	Rampa de Acesso em Frente à Biblioteca do CES	97
Figura 17	–	Comércio de Produtos Orgânicos no CES.....	98
Figura 18	–	Estrutura da Sala de Aula do CES	101
Figura 19a	–	Reutilização de pneus no CES	102
Figura 19b	–	Reutilização de pneus no CES	102
Figura 20	–	Planimétrico do CES.....	103
Figura 21a	–	Praça do CES (Redário)	104
Figura 21b	–	Praça do CES (Jardins Terapêuticos)	104
Figura 22	–	Obra Sustentável do CES em Construção.....	107
Figura 23	–	Evolução Institucional da A3P.....	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Dimensões da Sustentabilidade.....	24
Quadro 2	–	Evolução dos Objetivos da A3P	31
Quadro 3	–	Os 5R's no Âmbito da A3P.....	32
Quadro 4	–	Relação de IFES Parceiras da A3P	43
Quadro 5	–	Aspectos Importantes do Pré-teste	53
Quadro 6	–	Características do Método Quantitativo	56
Quadro 7	–	Dimensões e Indicadores de Sustentabilidade da A3P	57
Quadro 8	–	Licitações do CES com Critérios de Sustentabilidade.....	105
Quadro 9	–	Resumo das percepções predominantes dos respondentes segundo as categorias.....	148
Quadro 10	–	Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCEG	153
Quadro 11	–	<i>Check-list</i> A3P	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Termos de Adesão à A3P Distribuídos por Esfera de Governo	33
Gráfico 2	–	Consumo de Energia Elétrica do CES (jan./2019 a jul./2019)	79
Gráfico 3	–	Consumo de papel (em resmas) pelo CES/UFCEG durante o período de janeiro de 2017 a junho de 2019 por trimestre	81
Gráfico 4	–	Consumo de copos descartáveis (pacotes de 100u) pelo CES/UFCEG durante o período de janeiro de 2017 a junho de 2019 por trimestre.....	83
Gráfico 5	–	Distribuição percentual do número de entrevistados por tipo de vínculo com o CES/UFCEG	109
Gráfico 6	–	Distribuição percentual do número de alunos entrevistados por área de formação – CES/UFCEG	106
Gráfico 7	–	Distribuição percentual do número de professores entrevistados por Unidade Acadêmica – CES/UFCEG.....	110
Gráfico 8	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos alunos	112
Gráfico 9	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos alunos.....	114
Gráfico 10	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos alunos	116
Gráfico 11	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos alunos	117
Gráfico 12	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos	120
Gráfico 13	–	Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos.....	122

Gráfico 14	– Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos alunos	124
Gráfico 15	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos professores	126
Gráfico 16	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos professores	128
Gráfico 17	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos professores	129
Gráfico 18	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos professores	129
Gráfico 19	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos	131
Gráfico 20	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos professores	133
Gráfico 21	– Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos professores	134
Gráfico 22	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos	137
Gráfico 23	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos	138
Gráfico 24	– Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos	139

Gráfico 25 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos.....	140
Gráfico 26 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos.....	142
Gráfico 27 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos	143
Gráfico 28 – Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura dos Cursos de Graduação do Centro de Educação e Saúde –CES/UFMG.....	58
Tabela 2 – Dados do Período Letivo 2019.2 – Universidade Federal de Campina Grande	73
Tabela 3 – Quantitativo de Aluno e Docentes dos Cursos de Graduação do Centro de Educação e Saúde – CES/UFMG	75
Tabela 4 – Variáveis consideradas no perfil dos entrevistados segundo o tipo de vínculo com o CES/UFMG	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CES	Centro de Educação e Saúde
CF-88	Constituição Federal de 1988
CMMAD	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LED	<i>Light Emitting Diode</i>
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PLS	Plano de Logística Sustentável
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UA	Unidade Acadêmica
UABQ	Unidade Acadêmica de Biologia e Química
UAENFE	Unidade Acadêmica de Enfermagem
UAFM	Unidade Acadêmica de Física e Matemática
UAS	Unidade Acadêmica de Saúde
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.2	OBJETIVOS	21
1.2.1	Objetivo Geral	21
1.2.2	Objetivos Específicos	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	22
2.2	SUSTENTABILIDADE	23
2.3	TEORIA DOS STAKEHOLDERS	26
2.4	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	27
2.5	GESTÃO AMBIENTAL.....	29
2.6	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	30
2.6.1	Eixos Temáticos da A3P	34
2.6.1.1	Eixo 1 - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	35
2.6.1.2	Eixo 2 - Gestão de Resíduos Gerados	36
2.6.1.3	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	37
2.6.1.4	Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores.....	38
2.6.1.5	Compras Públicas Sustentáveis	39
2.6.1.6	Eixo 5 - Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis.....	40
2.6.2	A A3P nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	42
2.7	ANÁLISE DE ESTUDOS CORRELATOS	44
3	METODOLOGIA	49
3.1	MÉTODO.....	49
3.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	49
3.2.1	Descritiva	49
3.2.2	Bibliográfica.....	50
3.2.3	Levantamento de Campo	50
3.3	COLETA DE DADOS.....	51
3.3.1	Questionário	51
3.3.2	Formulário	51
3.3.3	A Amostra.....	52
3.3.4	Pré-Teste.....	53
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS	54

3.4.1	Abordagem Qualitativa	55
3.4.2	Abordagem Quantitativa	55
3.5	DIMENSÕES E INDICADORES DA PESQUISA	56
3.6	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SUJEITOS DA PESQUISA	58
4	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	60
4.1	PERÍODO PRÉ-UFCG	60
4.2	MARCO LEGAL DA UFCG	62
4.3	ESTATUTO DA UFCG	63
4.4	REGIMENTO DA UFCG	66
4.5	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFCG	66
4.5.1	O PDI e as Questões Sociais e Ambientais	68
4.6	RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFCG (2017)	70
4.7	A UFCG – ASPECTOS GERAIS (2019).....	71
4.8	CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE (CES)	73
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
5.1	A A3P NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	76
5.1.1	Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos.....	76
5.1.1.1	Eixo Temático 1 - Evidências Observadas	77
5.1.2	Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	85
5.1.2.1	Eixo Temático 2 – Evidências Observadas	85
5.1.3	Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos	92
5.1.3.1	Eixo Temático 3 - Evidências Observadas	92
5.1.4	Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo	93
5.1.4.1	Eixo Temático 4 – Evidências Observadas	93
5.1.5	Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis	99
5.1.5.1	Eixo Temático 5 – Evidências Observadas	100
5.1.6	Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis	104
5.1.6.1	Eixo Temático 6 - Evidências observadas.....	104
5.2	A PERCEPÇÃO DE ALUNOS CONCLUINTEs, PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS ACERCA DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CES	107

5.2.1	Perfil dos Respondentes	108
5.2.2	Percepção dos Alunos Concluintes quanto aos Eixos da A3P	112
5.2.2.1	Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos.....	112
5.2.2.2	Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	114
5.2.2.3	Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos	115
5.2.2.4	Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo	116
5.2.2.5	Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis	119
5.2.2.6	Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis.....	122
5.2.2.7	Evidências dos Eixos Temáticos – Alunos Concluintes.....	123
5.2.3	Percepção dos Professores quanto aos Eixos da A3P	126
5.2.3.1	Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos.....	126
5.2.3.2	Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados.....	127
5.2.3.3	Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos	128
5.2.3.4	Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo	129
5.2.3.5	Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis	131
5.2.3.6	Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis.....	133
5.2.3.7	Evidências dos Eixos Temáticos – Professores	133
5.2.4	Percepção dos Servidores Técnico-Administrativos quanto aos Eixos da A3P.....	137
5.2.4.1	Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos.....	137
5.2.4.2	Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados.....	138
5.2.4.3	Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos	139
5.2.4.4	Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo	140
5.2.4.5	Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis	141
5.2.4.6	Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis.....	143

5.2.4.7	Evidências dos Eixos Temáticos – Servidores Técnicos- Administrativos	143
5.2.5	Síntese das Percepções dos Respondentes (Alunos, Professores e Servidores Técnicos Administrativos)	147
6	PLANO DE AÇÃO	152
6.1	DESCRIÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	152
7	CONCLUSÃO	160
7.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	165
7.2	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	165
	REFERÊNCIAS	167
	ANEXO A – Evolução Institucional da A3P	175
	ANEXO B – Formulário do Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas	176
	APÊNDICE A – Questionário Utilizado na Pesquisa	179
	APÊNDICE B – Termo de Compromisso de Divulgação de Resultados ...	183
	APÊNDICE C – Termo de Compromisso do(s) Pesquisador(es)	184
	APÊNDICE D – Declaração de Anuência Institucional	185
	APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	186
	APÊNDICE F – Plano de Trabalho a ser Desenvolvido no Centro de Educação e Saúde da UFCG a partir de 2020	187

1 INTRODUÇÃO

Há muitas discussões acerca da gestão voltada para as causas ambientais e como ela evoluiu para o estágio tal qual conhecemos hoje: alinhada ao sentido de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e, em sentido mais específico, admitindo um caráter de conciliação entre o meio ambiente e os anseios das pessoas. Seiffert (2014) lembra que, não obstante suas definições e aplicações sejam amplamente difundidas, ainda não há um conceito de caráter definitivo e que gere consenso no tocante à gestão socioambiental.

Não é de hoje que o mundo está atento à questão ambiental. Ao longo do século XX – após inúmeros e sucessivos incidentes/acidentes –, houve a necessidade de promover melhorias significativas quanto ao controle ambiental dos ecossistemas urbanos, aperfeiçoando, gradativamente, os conceitos de desenvolvimento sustentável e educação ambiental (SEIFFERT, 2014). Deste modo, tornou-se claro que “a construção de uma nova ordem ambiental para ser equitativa deve basear-se no equilíbrio das opções de transformação produtiva (DIAS, 2017, p. 29).

Segundo Araújo, Ludewigs e Carmo (2015), as organizações que decidem manter uma postura ambientalmente correta e socialmente justa buscam atender aos anseios da sociedade e aos princípios constitucionais da ética e eficiência, privilegiando o desenvolvimento ante o mero crescimento econômico. Nesse sentido, Sachs (2008a) indica que o desenvolvimento confronta o crescimento econômico ao objetivar uma aproximação entre a ética e a economia, em detrimento da simples multiplicação da riqueza material. Conectando à Teoria dos *Stakeholders*, tem-se que esta preocupação com os atores que influenciam interna e externamente os desígnios das organizações “é válida para qualquer medida que afete as políticas corporativas, incluindo, não só aquelas que tratam dos gestores profissionais, mas dos acionistas, do governo e de outros” (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 307).

Essa relação e as interações dela decorrentes contribuem para a formação de iniciativas ligadas ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade. Este último, tomando como orientação o pensamento de Sartori, Latrônico e Campos (2014), é um princípio aplicável a vários sistemas, inclusive os industriais, sociais e naturais, abarcando os fluxos de informações, bens, materiais, resíduos, etc. Por conseguinte, a preservação das condições atuais, reparando, inclusive, os agravos pela ação

antrópica, tende a compor um cenário ideal à expansão e à realização das potencialidades da civilização humana (BOFF, 2013).

Sob a perspectiva ambiental, o desenvolvimento sustentável exige o manejo de forma eficiente dos recursos da Terra, enquanto que a parte social determina que ele aconteça de maneira justa, respeitando a cultura, a história e os sistemas sociais locais (DIAS, 2004). Avançando um pouco mais, ao analisar a literatura disponível, Sartori, Latrônico e Campos (2014) concluíram que a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo, a ser alcançado por intermédio do desenvolvimento sustentável. Ou seja, é – ou deve ser - a missão de todas as ações, projetos e programas que se impõem como sustentáveis.

Apresentado ao mundo oficialmente pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, após publicação do Relatório Brundtland, e ratificado pela Agenda 21, durante a Conferência Rio-92, o termo desenvolvimento sustentável estabelece que a busca da satisfação imediata, desde as necessidades básicas até as aspirações por uma vida melhor, não devem comprometer as gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1991). Usufrui-se dos recursos disponíveis de maneira a possibilitar que as próximas gerações também o façam.

No Brasil há uma rica legislação que trata da questão ambiental, a exemplo da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), ou Política Nacional de Educação Ambiental. Neste mesmo ano, atendendo às recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, surgiu a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), intermediada pelos servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), oficializando-se por meio da Portaria nº 510/2002 (BRASIL, 2017a).

Com o intuito de demonstrar a amplitude do tema, estima-se que os gastos governamentais em bens e serviços girem em torno de 8% a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de um país (MOURA, 2013). Segundo relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em 2016, o consumo do governo brasileiro somou quase 1,3 trilhões de reais, representando algo em torno de 20% do total do PIB. Tem-se, portanto, que a administração pública, a fim de viabilizar suas atividades meio e finalísticas, se utiliza de recursos naturais, bens e serviços de diversas ordens.

Nesse contexto, o Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), lançou mão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O programa objetiva fundamentalmente “estimular a ética e promover a autoestima dos servidores públicos; e a mudança de atitude dos servidores públicos para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades

rotineiras” (BRASIL, 2017b, p. 12). A A3P é anunciada como um mecanismo para referenciar os bons métodos quanto à aquisição de bens e serviços (BRASIL, 2009). Ademais, visa assessorar os gestores no processo de inserção da doutrina socioambiental no âmbito da administração pública (BRASIL, 2017b, p. 10).

Dados do MMA (BRASIL, 2018a) informam que a A3P computa presentemente 182 instituições parceiras, as quais formalizaram parceria por meio do Termo de Adesão e, desta forma, passaram a receber apoio técnico para operacionalizar o programa. Deste montante, apenas dezessete são Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo dez Institutos Federais e sete Universidades Federais.

Enfatizando a A3P aplicada às Universidades Federais, Kruger *et al.* (2011), em estudo realizado junto a uma IFES, alertou para a importância da aderência dessas organizações à A3P devido à sua capacidade de influenciar positivamente o seu contexto social. Por serem celeiros de produção e disseminação do conhecimento, as Universidades configuram um espaço ideal para a implantação da A3P (BRASIL, 2017b).

Deste modo, percebe-se o quão necessária é a discussão da temática apresentado. Abstraindo-se rapidamente da realidade local e refletindo de maneira global e holística, chegaremos à conclusão que, antes de tudo, o que está em voga neste momento não é a existência da geração atual, mas, sim, suas implicações quanto à possibilidade de um futuro menos hostil à vida na Terra, pois “nunca antes da história conhecida da civilização humana, corremos os riscos que atualmente ameaçam nosso futuro comum” (BOFF, 2013, p. 14).

Devido aos fatos e argumentos sobreditos, este estudo firma-se como peça de contribuição para a formação do conhecimento teórico-prático no âmbito da Gestão Socioambiental sob a perspectiva da A3P em Instituições Federais de Ensino Superior. De um lado, o campo teórico reúne fundamentações e bases de modo que se perceba a legitimidade dos assuntos discutidos. Argumento igualmente válido para a esfera empírica, a qual o autor investigará a atuação dos fenômenos inerentes ao problema da pesquisa, com o intuito de compor uma análise robusta à luz da A3P no Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG.

Pretende-se aprofundar neste trabalho os conhecimentos acerca da percepção dos atores (gestores, servidores técnico-administrativos, professores e alunos) que vivenciam diariamente suas rotinas no CES. Soma-se a isso, a tentativa de integrá-los em torno de um objetivo maior que culmine com a efetividade da

instituição em seu ambiente local. Destarte, almeja-se contribuir para o incremento científico da comunidade acadêmica, além de servir como auxílio à reavaliação das práticas atuais e à elaboração de ações que estejam em sintonia com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

Visando ao esclarecimento mais consistente dos temas supracitados e no intuito de contribuir com a literatura que abarca a questão socioambiental, sobretudo no que tange às implicações que a A3P sugere em relação às IFES, este estudo, especialmente, se propõe a investigar a seguinte problemática: **como a Gestão Socioambiental é desenvolvida no Centro de Educação e Saúde da UFCG sob a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG nos moldes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as práticas de gestão socioambiental presentes no Centro de Educação e Saúde da UFCG;
- b) Realizar o diagnóstico do CES, de acordo com as orientações definidas no Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas;
- c) Aferir a percepção dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes acerca da gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tratado como o documento que amplificou os debates e iniciativas acerca das questões ambientais, o Relatório de Brundtland, publicado originalmente em 1987 após uma conferência que reuniu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, assevera que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

De posse deste conceito, Cogo, Oliveira e Tesser (2012) destacam que a publicação supracitada representou um marco capaz de redefinir a possibilidade de interação entre o homem e o meio ambiente, ou seja, conciliando crescimento econômico com conservação ambiental. Nessa mesma linha, a Agenda 21, produzido pela ECO-92, funciona como uma espécie de agente fomentador do desenvolvimento sustentável, suscetível de aplicação em níveis internacionais, nacionais, regionais e locais, adaptável às necessidades e idiossincrasias de cada ambiente (PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014).

Percebe-se, portanto, a preocupação com os padrões de consumo e descarte de materiais, além da inclusão da dimensão ambiental na economia. Ao analisar o binômio desenvolvimento sustentável/crescimento econômico, compreende-se que ambos dependem dos recursos da Terra, contudo, a coexistência seria impossível na hipótese de a degradação conservar-se nos níveis atuais ou, em um cenário mais pessimista, intensificar-se (DIAS, 2004). Nessa lógica, Berté (2012) defende a concepção de que homem e natureza (sociedade e espaço natural) precisam ser preservados como um conjunto único e indissociável.

Diante desta reflexão, Seiffert (2017) acentua que não há uma visão hegemônica amplamente aceita para o tema, pelo contrário, múltiplas ideias coexistem, tornando mais enriquecedora a construção do saber respeitante ao desenvolvimento sustentável, por meio de uma ótica globalizante e integradora:

A integração entre a economia, ecologia, e política representa uma perspectiva ainda em construção. A discussão apresenta limitações quase na mesma medida em que traz uma contribuição aos conceitos e práticas presentes na problemática ambiental. Esse debate em torno do desenvolvimento sustentável também levou a outras constatações, as quais se traduzem em elementos comuns à maioria das definições de desenvolvimento sustentável (SEIFFERT, 2017, p. 11).

Boff (2013) assevera que a globalização impôs um alinhamento no modo de vida que praticamente obriga as sociedades a consumirem e produzirem de forma crescente, desconsiderando as desigualdades sociais e a deterioração da natureza nesse processo. Seiffert (2014) assegura que a gestão ecológica, base do processo de gestão ambiental, não se opõe à questão do crescimento econômico – embora reconheça que este seja o principal responsável pela destruição do ambiente global e que estaríamos a um passo de um desastre –, o que ela preconiza é a introdução da sustentabilidade ecológica como critério fundamental à perspectiva do crescimento dos mercados.

Sob essa ótica, a preocupação com o desenvolvimento sustentável salta da utopia e assume estrategicamente o comando das ações fundamentais para a sobrevivência da espécie humana (DIAS, 2004). Esse sentido amplo atribuído à palavra “sobrevivência”, especialmente a partir do século XXI, impõe ao ser humano o enfrentamento das consequências emersas das transformações dos elementos naturais (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012). Tem-se, portanto, a consignação de um “processo variável de mudança que busca como objetivo final a sustentabilidade em si” (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 3). Por esta lógica, o desenvolvimento sustentável se configura como uma espécie de estágio predecessor para a sustentabilidade.

Antes de buscar a sustentabilidade socioambiental, convém esclarecer que se deve atentar para o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, quer dizer, combinar o binômio: *recursos da Terra / participação, organização, educação e fortalecimento das pessoas* (DIAS, 2004). Assim, pode-se inferir que tais variáveis têm laços estreitos, posto que o insucesso de uma contribui significativamente para o fracasso da outra. A ruína de ambas praticamente desestabiliza qualquer expectativa de êxito com a sustentabilidade.

2.2 SUSTENTABILIDADE

O ponto de partida para se compreender a questão da sustentabilidade pode estar na constatação de duas premissas: os recursos naturais não são infinitos; e não é possível rumar em direção ao futuro indefinidamente como se houvesse uma reserva de progresso ilimitada (BOFF, 2013). Nessa perspectiva, Berté (2012) aconselha atentar para quatro aspectos que traduzem bem o paradigma da

sustentabilidade: a questão energética, a gestão da água, a agricultura e a exploração florestal.

Isso passa por praticar a agricultura sustentável, proteger as florestas e outros *habitats*, tornar sustentável o uso de energia, praticar o uso sustentável da água e reduzir a geração de lixo (SEIFFERT, 2014). Com isso, entende-se que não há outro caminho que leve à redução da degradação ambiental, senão conduzir o indivíduo a uma profunda reflexão, de modo a sensibilizá-lo. Nesse sentido, Cogo, Oliveira e Tesser (2012, p. 2) realçam que a sustentabilidade busca “garantir a disponibilidade dos recursos da Terra hoje, assim como para nossos descendentes, por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado de nossas sociedades.

Seguindo essa vertente, Sachs (2008b) aporta o estudo desta sob a ótica de oito dimensões com o propósito de estabelecer critérios que disciplinem essa visão do todo (Quadro 1).

Quadro 1 – Dimensões da Sustentabilidade.

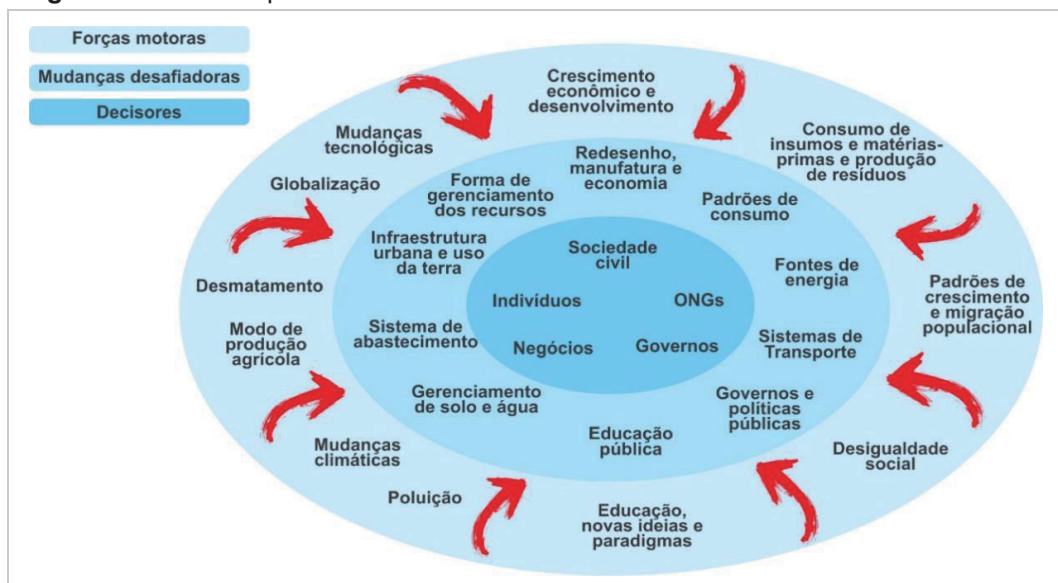
Dimensão	Pressupostos
Sustentabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> • Razoável homogeneidade social; • Distribuição de renda justa; • Emprego pleno com boa qualidade de vida; • Recursos e serviços sociais acessíveis.
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Equilíbrio entre tradição e inovação; • Construção autônoma de um projeto nacional integrado e endógeno; • Autoconfiança para abrir-se ao mundo.
Sustentabilidade Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> • Produção sustentável e consciente a partir de recursos renováveis; • Limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Sustentabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Sustentabilidade Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Justa alocação de recursos públicos para espaços urbanos e rurais; • Melhoria do ambiente urbano; • Superação das disparidades inter-regionais; • Ecodesenvolvimento como estratégia de conservação da biodiversidade.
Sustentabilidade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico integrativo; • Segurança alimentar; • Aprimoramento dos meios de produção; • Soberania científica e tecnológica; • Atuação na economia internacional.

Quadro 1 – Dimensões da Sustentabilidade.

Dimensão	Pressupostos
Sustentabilidade Política (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia balizada por direitos humanos; • Estado promotor do projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; • Um nível razoável de coesão social.
Sustentabilidade Política (internacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Política de paz e prevenção de guerras por meio da cooperação internacional; • Desenvolvimento mútuo, auxiliando o parceiro menos competitivo; • - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; • - Aplicação do Princípio da Precaução na gestão dos ecossistemas; • Prevenção das mudanças globais negativas; • Diversidade biológica/cultural entendida como herança comum da humanidade; • Sistema efetivo e democrático de cooperação científica e tecnológica.

Fonte: Elaborado a partir de Sachs (2008b).

Percebe-se, então, quão desafiadora é o alcance da sustentabilidade. Ao considerar as diversas dimensões, nos deparamos com um completo emaranhado de espectros que exigem tomadas de decisões específicas para cada desafio encontrado. Vale salientar que a sustentabilidade, como qualquer coisa que se intenta na Terra, não deixa de ser vulnerável, pois está submetida ao princípio que rege todos os seres vivos ou inanimados e o universo inteiro: a incompletude (BOFF, 2013). Mais recentemente, Seiffert (2014) considerou a dimensão socioambiental nos estudos da sustentabilidade, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Desafios para a Busca da Sustentabilidade Socioambiental.

Fonte: Seiffert (2014).

A autora ressalta que o grande desafio atinente ao processo de gestão socioambiental está intrinsecamente ligado aos setores econômicos e sociais, mas a solução se conecta invariavelmente ao ponto de vista que considere uma gestão compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos.

Isso envolve mudanças fundamentais como: uma distribuição de renda mais igualitária, planejamento familiar, rígido para limitar o crescimento populacional, uma estrutura fundiária mais descentralizada, sistema educacional de melhor qualidade, estruturado, enfocando a educação, melhorias na fiscalização ambiental, reestruturação da matriz energética, entre outros (SEIFFERT, 2014, p. 48).

Como visto, o desenvolvimento da consciência ecológica, em diferentes camadas, setores e perspectivas da sociedade abarca todos os aspectos mencionados acima, sobretudo o setor da educação, talvez a raiz comum de várias destas provocações (VAZ *et al.*, 2010). Para tanto, “é necessário garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a prosperidade dos setores produtivos, para que as nações se desenvolvam com equilíbrio, hoje e no futuro” (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012, p. 3).

2.3 TEORIA DOS STAKEHOLDERS

A fim de balizar a pesquisa de acordo com as teorias da administração, busca-se situá-la em um campo que melhor contribua para o desenvolvimento. Nesse sentido, a Teoria dos *Stakeholders* apresenta-se como a que melhor retrata os conceitos e as experiências aqui avolumados. Trata-se de um termo difundido por Freeman (1984) que passou a receber uma atenção mais acentuada por parte de estudos empíricos a partir de 2010, entretanto, a quantidade de estudos publicados que mencionam o assunto ainda é incipiente, principalmente no contexto nacional (RIBEIRO, 2016).

A partir dos anos 1980, a relação entre as empresas e a sociedade sofreu uma grande mudança, o que exigiu das organizações uma espécie de adaptação direcionada a considerar as demandas provenientes de consumidores, empregados e comunidades locais (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Sendo assim, apesar dos processos participativos parecerem muito arriscados, evidencia-se que quando bem planejados e decorrentes de debates includentes, tais riscos percebidos podem ser

transformados geração de valor para os clientes e usuários (VIEIRA; COSTA; BOAVENTURA, 2011, p. 88).

Tomando por base esse contexto, entende-se que a Teoria dos *Stakeholders* fundamenta-se “na identificação de relacionamentos entre os diferentes atores organizacionais” (CINTRA *et al.*, 2015, p. 151). Nessa perspectiva, pode-se considerar, em sentido amplo, que *stakeholders* são grupos de indivíduos estratégicos e não-acionistas que permeiam os relacionamentos internos e externos das empresas (RIBEIRO, 2016), podendo ser estendido e aplicado também em análises inerentes a instituições públicas (VIEIRA; COSTA; BOAVENTURA, 2011). Essa relação se materializa “no investimento das empresas em benefícios para seus empregados, ações sociais e preservação do meio ambiente” (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 304).

Respeitante a esse ponto, Vieira, Costa e Boaventura (2011, p. 82) constataam que “a condução de atividades estratégicas pode ser transposta para o setor público que possui estreita convivência com as incertezas que emanam do ambiente e que necessitam ser incorporadas nas ações organizacionais”. A identificação dos *stakeholders* de uma determinada organização pode acontecer de diferentes maneiras. Uma delas se desenrola por meio do processo conhecido como *brainstorming*, onde os gestores enumeram os atores que podem, direta ou indiretamente, influenciar a organização” (CINTRA *et al.*, 2015). Porém, identificar e priorizar os grupos de *stakeholders* é um procedimento difícil e que requer empenho por parte dos atores organizacionais (RIBEIRO, 2016). O próximo tópico atém-se a examinar estudos que guardam consonância com a pesquisa em questão.

2.4 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A gestão socioambiental apresenta-se como uma matéria que concatena conceitos ligados a uma nova forma de pensar as organizações. Tomando por base o manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (BRASIL, 2017a, p. 17), este tipo de gerenciamento, com ênfase na sustentabilidade, “visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimize o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida socioambiental”. A Gestão Socioambiental, como o próprio nome sugere, concatena as questões sociais e ambientais em uma mesma esfera. Assim sendo, sua concepção estabeleceu uma nova amplitude que tende a incluir novas formas de

pensar a ecologia, o meio ambiente, o ser humano, a sociedade e a interação existente entre todos os seres, fatos e universos (BERTÉ, 2012, p. 32).

Muito se fala acerca dos padrões adotados atualmente pelas sociedades que se estabelecem sob o prisma do consumo desenfreado. Não raro, alerta-se para a exaustão da capacidade do meio ambiente de satisfazer níveis tão elevados e crescentes de subtração dos recursos naturais sem a contrapartida devida (BOFF, 2013). Resta rever a agenda socioambiental global, revisando até mesmo os modelos econômicos abraçados por governos e sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento (BRASIL, 2009), aceitando que a possibilidade de combinar lucratividade, a questão social e o meio ambiente (Figura 2) de forma permanente e definitiva (TACHIZAWA; ANDRADE, 2012).

Figura 2 – O Tripé da Sustentabilidade.



Fonte: Brasil (2009).

Nesta conjuntura, a temática socioambiental, devido à sua importância e urgência, tem sido debatida de modo exaustivo, sendo um dos elementos mais importante para o desenvolvimento sustentável e, assim sendo, demanda uma ação conjunta de diversas instituições (BRASIL, 2009). Em se tratando das universidades públicas, pelo fato das suas ações terem um efeito multiplicador, a adoção desse arquétipo de gestão, inclusive com a inserção de disciplinas que tratem do tema, sinaliza à comunidade acadêmica a intenção da instituição em promover uma economia de recursos, ao passo que melhora a qualidade de vida dos atores sociais envolvidos e reduz os impactos sobre o meio ambiente local de forma direta (BRASIL, 2017a).

2.5 GESTÃO AMBIENTAL

Fundamentando-se no Barbieri (2016, p. 18), a gestão ambiental baseia-se em diretrizes e rotinas administrativas engendradas “por uma organização para alcançar efeitos positivos sobre o meio ambiente, ou seja, para reduzir, eliminar ou compensar os problemas ambientais decorrentes da sua atuação e evitar que outros ocorram no futuro”. O objetivo principal perseguido pela gestão ambiental é servir como uma ferramenta que evite ou mitigue os impactos causados pelas atividades antrópicas no meio ambiente, de forma a não ultrapassar o ponto de ruptura dos ecossistemas, ou seja, que estes não percam sua capacidade de resiliência (PEGORIN; SANTOS; OLIVEIRA, 2014).

Já o aspecto evolutivo da gestão ambiental constitui em buscar compreender a inter-relação do homem com o meio ambiente, no sentido de aceitar que os recursos disponíveis no meio natural não são mais capazes de manter a sustentabilidade dos ecossistemas e, concomitantemente, suprir a demanda de consumo da sociedade moderna (MEDEIROS; GIORDANO; REIS, 2012). Nesse contexto, a gestão ambiental conecta as atividades operacionalizadas pelas organizações ao meio ambiente em que estão inseridas (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012).

Pegorin, Santos e Oliveira (2014, p. 8) definem a gestão ambiental como um processo que passa pelo “planejamento, organização e controle das atividades de uma instituição com vistas a equilibrar os seus objetivos e interesses com a mitigação de impactos ambientais”. Como visto, as organizações não podem prescindir de abarcar os temas ambientais nos seus planos e operações. Precisamente na esfera pública, como bem salientam Cogo, Oliveira e Tesser (2012), a gestão ambiental pode ser considerada de duas maneiras:

- a) Sistêmico: o governo implementa sua política ambiental, mediante a definição de estratégias, ações, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável;
- b) Não sistêmico: o poder público administra as riquezas ambientais, reservas ecológicas e outras áreas de proteção ambiental, assim sendo, a natureza é tratada como externa à sociedade, e a ação é considerada uma simples prestação de serviço, tomando o sentido de Manejo Ambiental (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012).

Assim, atribui-se ao governo a tarefa de formular políticas, implantar elementos sociais e ambientais, direcionar e redimensionar padrões de consumo e produção, propor estratégias que melhorem a qualidade dos ecossistemas (PEGORIN; SANTOS; OLIVEIRA, 2014), além de fazer cumprir as normas legais. De modo a padronizar a gestão ambiental e estabelecer uma sistemática para a sua implantação, a norma ISO 14.001, desenvolvida pela *International Organization for Standardization*, direciona as organizações quando do incremento de ações que visem ao cumprimento da legislação ambiental (SEIFFERT, 2014). A família da série ISO 14000 agrega os esforços em torno de uma gestão ambiental com padrões uniformes, ao mesmo tempo em que são flexíveis, a fim de se adequarem às realidades locais (SEIFFERT, 2014).

2.6 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

As bases da Agenda Ambiental na Administração Pública, ou simplesmente A3P, estão alicerçadas em documentos nacionais e internacionais que modelam a gestão socioambiental no mundo. A título de ilustração, o Relatório de Brundtland, publicado em 1987 e a ECO-92, responsável pela elaboração da Agenda 21 e a Carta da Terra, credenciam a A3P como um dos principais elementos no tocante ao desenvolvimento sustentável no Brasil (PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014).

A própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao dedicar um capítulo ao meio ambiente, fortemente influenciada pelo Relatório Brundtland, sinaliza sua intenção de salvaguardar o tema. Em seu Título VIII, (Da Ordem Social), Capítulo VI (Do Meio Ambiente), art. 225, a CF-88 observa que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Expressa-se, desta forma, o anseio de assegurar, por parte do poder público, um meio ambiente desejável não apenas para o agora, mas também para o futuro. Com base nisso, o que vem a ser a A3P?

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL, 2009, p. 32).

A A3P foi materializada no ano de 1999 e, como ficou demonstrado na definição acima, prevê a construção, a partir de um processo participativo, de ações ambientais que possibilitem às instituições fazer frente às questões de sustentabilidade (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012). O principal foco definido pela A3P é “estimular a ética e promover a autoestima dos servidores públicos; e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras” (BRASIL, 2017b, p. 12).

Outrossim, as cartilhas da A3P se propõem a esmiuçar objetivos mais específicos. O Quadro 2 apresenta seu processo evolutivo de forma concatenada, associando-os com algum dos eixos de atuação da A3P.

Quadro 2 – Evolução dos Objetivos da A3P.

EVOLUÇÃO DOS OBJETIVOS DA A3P				
MMA (2001)	MMA (2007)	MMA (2009)	MMA (2016)	MMA (2017)
Eixo: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos				
Adoção de atitudes que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos.	Combate a todas as formas de desperdício dos bens públicos e recursos naturais.	Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais.	Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais.	Adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional de recursos naturais e dos bens públicos, com a redução de gastos institucionais;
Eixo: Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados				
Reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos.	Gerir os resíduos, firmando parceria com cooperativas de catadores de lixo para geração de trabalho e renda.	Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades laborais.	Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades laborais;	Reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos;
Eixo: Qualidade de vida no ambiente de trabalho				
Reacender a ética e a autoestima dos servidores públicos.	Reacender a ética e a autoestima dos servidores públicos.	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida	Reacender a ética e autoestima dos servidores públicos.
Eixo: Sensibilização e capacitação dos servidores				
Promover a reflexão sobre os problemas ambientais na administração pública.	Formação continuada dos servidores públicos em relação aos aspectos socioambientais.	Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais.	Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais.	Incorporar os critérios da gestão socioambiental nas atividades rotineiras dos servidores públicos.
Eixo: Licitações sustentáveis				
Estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores públicos.	Inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações públicas.	Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade.	Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais.	Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade.
Eixo: Construções, reformas e ampliações sustentáveis				
-	-	-	-	Minimizar os impactos ambientais das construções públicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise do Quadro 2, verifica-se a evolução dos objetivos da A3P e a sua readequação ao longo do tempo, bem como o resgate de alguns conceitos utilizados no início da difusão da Agenda. Nota-se, também, a ampliação do número de eixos temáticos da A3P, os quais ganharam seu sexto elemento no ano de 2017 (Construções, reformas e ampliações sustentáveis), o que levou, por conseguinte, ao acréscimo dos objetivos do programa. Os eixos da A3P serão detalhados mais à frente.

Tais finalidades comunicam-se diretamente com a política dos 5R's: Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (KRUGER *et al.*, 2011). A seguir, o Quadro 3 especifica resumidamente a abordagem da sistemática utilizada para assessorar a implementação dos seis eixos temáticos da A3P, a qual passou a direcionar um olhar mais atento ao consumo, em detrimento de focar exclusivamente na reciclagem (BRASIL, 2009):

Quadro 3 – Os 5R's no Âmbito da A3P.

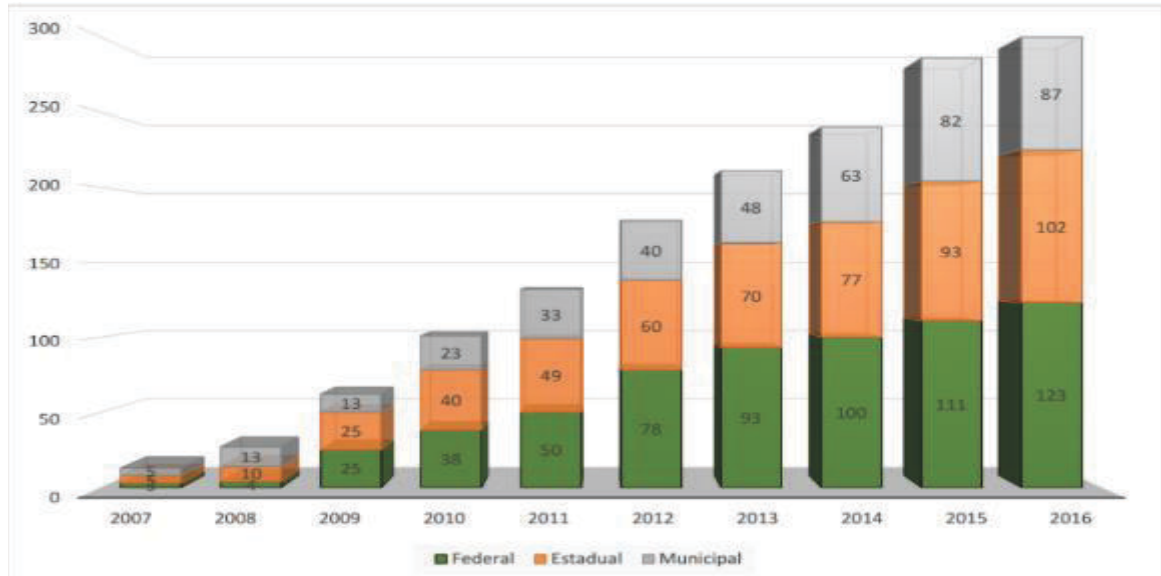
OS 5R'S NO ÂMBITO DA A3P	
REPENSAR	Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.
RECUSAR	Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.
REDUZIR	Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
REUTILIZAR	Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo, reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.
RECICLAR	Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Fonte: MMA (Brasil, 2017a).

Quanto à sua operacionalização, o programa A3P segue as orientações e princípios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e NBR ISO 14001, concedendo às instituições a escolha de aderir ou não, seja por meio da inscrição na “Rede A3P”, seja assinando o “Termo de Adesão” e protocolando-o junto ao MMA (ARAÚJO; FREITAS; ROCHA, 2017). Dados do MMA (BRASIL, 2018a), atualizados até o ano de 2016, foram formalizados 312 adesões ao programa A3P, em números cumulativos, assim distribuídos: 87 na esfera federal, 102 na estadual e 123 na

municipal (Gráfico 1). A ilustração referente à A3P pode ser conferida na Figura 23, como também no Anexo A desta pesquisa.

Gráfico 1 – Termos de Adesão à A3P Distribuídos por Esfera de Governo.



Fonte: MMA (Brasil, 2018a).

Para assegurar a sua implantação, após firmar adesão formal em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, é necessário que a gestão do órgão se prontifique a percorrer alguns passos, nesta ordem: criar a comissão gestora A3P, realizar o diagnóstico da Instituição, elaborar o plano de gestão socioambiental, promover a mobilização e sensibilização e realizar a avaliação e o monitoramento das ações (BRASIL, 2017a). Resumidamente, este processo se desenvolve da maneira explicada abaixo:

O primeiro passo para a formulação e implementação da A3P é a criação de um grupo responsável pela Agenda composto por servidores de várias áreas da instituição. Em seguida, esse grupo realiza o diagnóstico da situação, identificando os pontos críticos e avaliando os impactos ambientais e desperdício. Com base nisso, é elaborado um planejamento integrado de boas práticas sustentáveis para a entidade, envolvendo o maior número de colaboradores e áreas de trabalho possível. Dentro desse planejamento, há a definição de projetos e atividades, priorizando ações de maior urgência, esse documento é a A3P. A partir disso, começam a ser realizadas atividades programadas, treinamentos e disponibilização de recursos físicos e financeiros (PEGORIN; SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Após efetivadas das etapas supramencionadas, é de fundamental importância avaliar e monitorar periodicamente as ações com base nos indicadores selecionados (BRASIL, 2017a). Por conseguinte, constata-se que a objetividade constitui uma

marca bastante expressiva na didática da A3P, funcionando como um fator de estímulo às instituições que desejam fazer parte deste universo. Fornecer as bases para que este processo ocorra no Centro de Educação e Saúde da UFCG é o objetivo principal deste estudo.

2.6.1 Eixos Temáticos da A3P

Para balizar os objetivos elencados pela A3P, inicialmente foram enumerados cinco eixos temáticos: 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores; e 5) Licitações sustentáveis. Porém, uma readequação no Guia de Sustentabilidade na Administração Pública incorreu na adição de um sexto eixo (Construções, reformas e ampliações sustentáveis) e adaptação de outros já existentes, conforme aponta a Figura 3.

Figura 3 – Eixos Temáticos da A3P.



Fonte: MMA (Brasil, 2017a).

Antes de qualquer coisa, vale salientar que a responsabilidade socioambiental se inicia com a decisão de mudar, é preciso que haja o compromisso de transformar o *status quo*, com suporte no engajamento individual e coletivo dos envolvidos, ou seja, na união de esforços em torno das intenções do programa (BRASIL, 2017a).

2.6.1.1 Eixo 1 - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

O primeiro eixo da A3P diz respeito ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Sua aplicação vem sendo reiterada desde a cartilha original da Agenda Ambiental da Administração Pública, expedida em 2001, ao dedicar tópicos exclusivos à utilização do papel e material de expediente em geral, bem como ao consumo consciente de energia e água (BRASIL, 2001a). Cogo, Oliveira e Tesser (2012) endossam esse raciocínio quando esclarecem que um dos focos é evitar o consumo excessivo de papel e copos plásticos, bem como reciclar lâmpadas fluorescentes, a fim de mitigar os riscos de contaminação por mercúrio, e preferir outras opções mais econômicas a estas.

Com base na importância desses itens, sobretudo a água, para a consecução dos anseios da A3P e para a conscientização da administração pública às práticas sustentáveis, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu o Manual Prático para Uso e Conservação de Água em Prédios Públicos. Este documento descreve o Programa de Conservação de Água, ao passo que relata técnicas de aproveitamento de águas pluviais, rotina de manutenção, reuso de água em edificações, redução de perdas físicas, entre outras, também expõe o Plano de Setorização do Consumo de Água e o Plano de Capacitação dos Gestores e Usuários, além do Sistema de Gestão da Água (BRASIL, 2017a).

Esta ideia de uso responsável dos recursos naturais visa à reflexão acerca da cultura do desperdício, tão arraigada em um modelo de sociedade que se ampara pelo consumo desenfreado, mas não só isso, a economia de insumos implica em boas oportunidades de negócios e redução de custos operacionais (BRASIL, 2009). Deste modo, o emprego da inteligência e da racionalidade, ou seja, usar apenas o suficiente e não desperdiçar recursos naturais leva necessariamente à economia de recursos financeiros (BRASIL, 2017a).

2.6.1.2 Eixo 2 - Gestão de Resíduos Gerados

A gestão dos resíduos gerados também é outra dimensão original da A3P e acompanha toda a evolução das normas e conceitos ao longo de quase duas décadas do programa. Este eixo se comunica direta diretamente com a política dos 5R's (Repensar, Reduzir, reutilizar, Reciclar e Recusar), instrumento de suma importância dentro da filosofia de ação da A3P. Valendo-se da praticidade e do pragmatismo dos 5R's, o objetivo é motivar a redução de desperdício no dia a dia por meio da Educação Ambiental (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012).

Outro mecanismo que a administração deve lançar mão quando da promoção da gestão dos resíduos é a Resolução do CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001. Dentre outras orientações, o art. 1º procura estabelecer o código de cores para os diferentes tipos de resíduos (Figura 4), a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva (BRASIL, 2001b).

Figura 4 – Código de Cores da Resolução do CONAMA nº 275/01.

	AZUL: papel/papelão;		VERMELHO: plástico;
	VERDE: vidro;		AMARELO: metal;
	PRETO: madeira;		LARANJA: resíduos perigosos;
	BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;		ROXO: resíduos radioativos;
	MARROM: resíduos orgânicos;		CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

Fonte: MMA (Brasil, 2009).

Nesse escopo legal vale mencionar o Decreto nº 5.940, de 26 de outubro de 2006, o qual institui que a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deve ser realizada na fonte geradora, destinando-os às associações e cooperativas dos

catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006). Visualizando este ciclo como um grande processo, considera-se que a reciclagem não se inicia na fase final, mas, sim, com a coleta seletiva, separando e recolhendo os materiais que têm esse potencial, o que exige uma conjugação de esforços do governo, empresas e sociedade civil (BRASIL, 2009).

Desta forma, sugere-se que o gestor faça algumas reflexões no começo do processo de compra: “a universidade precisa disso? Qual a quantidade? Qual o melhor produto? Qual o produto que traz menos impactos ambientais?” (BRASIL, 2017a, p. 16). Essa sistemática é reforçada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305), ao sentenciar em seu art. 9º que, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010a). Considera-se eficiente o rito que promove a destinação correta dos resíduos (BRASIL, 2017a).

2.6.1.3 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Falar de qualidade de vida no ambiente de trabalho implica em considerar o desenvolvimento pessoal e profissional do trabalhador por meio da satisfação das suas necessidades inerentes à subjetividade humana (BRASIL, 2009). De maneira simples, este eixo da A3P se destina a buscar uma melhoria na qualidade de vida, na saúde e segurança no trabalho, além de se preocupar com a formação continuada dos servidores públicos em relação aos aspectos ambientais e à interação com seus pares, clientes e a sociedade como um todo (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012).

Essa iniciativa parte da premissa de que quanto mais o servidor estiver satisfeito com o seu trabalho e feliz com a função que exerce, gradativamente ele vai contribuir no ambiente laboral para torná-lo o mais agradável possível (BRASIL, 2017a). Isso passa pelo estímulo à integração social e interna, onde deva prevalecer a ausência de preconceitos, a criação de áreas comuns para a interação dos servidores e a promoção de relacionamentos interpessoais; uso e desenvolvimento de capacidades, aproveitando as habilidades e conferindo autonomia na atividade exercida; respeito à legislação, preservando a liberdade de expressão, a privacidade pessoal e dispondo de tratamento impessoal (BRASIL, 2009).

Incluem-se nesta pauta as questões relacionadas às condições de segurança e saúde no trabalho, garantindo o acesso para portadores de necessidades especiais, priorizando a formação de grupos de apoio, orientação nutricional, controle da jornada de trabalho, ginástica laboral e atividades afins, ergonomia dos equipamentos e mobiliário, saúde ocupacional, entre outros (BRASIL, 2009). Assim sendo, entende-se que quem faz a Instituição são as pessoas que nela circulam (professores, dirigentes, servidores e alunos). Portanto, sabendo que a A3P não é implantada senão por meio das pessoas, um ciclo que se inicia, por exemplo, com a disponibilização de um centro de convivência, cultura e lazer, colabora para propagação da felicidade e do bem-estar no ambiente (BRASIL, 2017a).

2.6.1.4 Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

As mudanças de hábitos, comportamentos e padrões de consumo de todos agentes públicos são objeto de reflexão por parte da A3P, no sentido de explanar o valor de se adotar uma postura socioambientalmente responsável e apoiar ações de sensibilização e capacitação dos servidores (BRASIL, 2009). Capacitar os servidores presume incorporar a ideia de que para acontecer a mudança não basta fazer, mas também saber fazer, criando um círculo virtuoso que reacende a ética e a autoestima dos servidores públicos, sobretudo no que tange ao atendimento de interesses coletivos (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012).

Algumas ações que podem ser consideradas para o bom desempenho dos indicadores que compõem este eixo são as campanhas, mediante palestras, cursos, fóruns e minicursos, presenciais ou à distância, que esclarecem os benefícios quando da prática de condutas sustentáveis para o órgão e a sociedade (BRASIL, 2009). No entendimento de Pegorin, Santos e Martins (2014), estas atividades têm como alvo principal o encorajamento e a motivação dos atores organizacionais para a implantação de uma agenda ambiental que mitigue os impactos oriundos dos procedimentos laborais.

A sensibilização dos servidores percorre o caminho da conscientização em torno da responsabilidade socioambiental, como também “objetiva revelar a urgência e necessidade de adoção de práticas que promovam a preservação ambiental e o respeito à vida, a partir do local de trabalho (BRASIL, 2017a, p. 16). Por conseguinte, um dos principais desafios à eficácia da A3P diz respeito à conscientização dos

gestores, tanto da administração pública direta quanto indireta, no sentido de tornar eficiente o trabalho realizado em termos de utilização de recursos naturais e adoção de boas práticas de sustentabilidade em suas organizações (PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014).

A afirmação acima encontra suporte no estudo realizado por Freitas, Borget e Pfitscher (2011), o qual analisou a aderência de uma Instituição Federal de Ensino Superior no tocante às diretrizes propostas pela A3P, atribuindo às dificuldades de sensibilização e capacitação dos *stakeholders* e à sensibilização e motivação dos gestores as principais causas pela não aderência total do programa. Evidencia-se que esta constatação significa um óbice capaz de impactar majoritariamente no sucesso da implantação da A3P, cabendo a cada instituição, com base na sua realidade, promover alternativas e soluções para os pontos críticos detectados.

2.6.1.5 Compras Públicas Sustentáveis

No início de 2010, o Governo Federal tornou conhecida a Instrução Normativa nº 01, com a intenção de dispor sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas (BRASIL, 2010b). Neste mesmo ano, a Lei 12.349 alterou o art. 3º da Lei 8.666/93, passando a assegurar a observância da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como uma das suas regras basilares, ao lado do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa (BRASIL, 2010c). Esta alteração serviu de parâmetro para vários guias e manuais desenvolvidos pela administração pública nos anos seguintes, inclusive o próprio site do *Comprasnet* traz uma opção ao gestor para pesquisar itens sustentáveis no Sistema de Catalogação de Material (Figura 5).

Figura 5 – Consulta de Itens Sustentáveis.

Fonte: Brasil (2018a).

Nessa linha de pensamento, o MMA (BRASIL, 2009) repercute que a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras, pois demanda produtos e serviços sustentáveis, combinando a conservação do meio ambiente com a melhor relação custo/benefício em termos de preço e durabilidade, em detrimento de optar exclusivamente pelo preço no escopo do certame licitatório. Como bem lembra o MMA (BRASIL, 2017a), a condicionante “menor preço”, quando não utilizada com parcimônia, pode representar mais resíduos, mais problemas, maior atropelamento ambientais e mais consequências indesejadas no amanhã, similarmente nos âmbitos financeiro e social.

Cogo, Oliveira e Tesser (2012) salientam que a licitação sustentável tem o viés de estimular entre os fornecedores a competição ponderada pelo desempenho ambiental dos seus produtos, a fim de concorrer para uma maior oferta destes e, conseqüentemente, seus preços se tornem mais competitivos, quando comparados aos itens “não sustentáveis”. Anote-se que este ciclo dialoga de modo imediato com o eixo que trata da gestão dos resíduos gerados, funcionando com uma espécie de termômetro: isto é, se as compras são mal executadas, a gestão dos resíduos gerados será negativamente impactada.

2.6.1.6 Eixo 5 - Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

Muito embora o eixo que se ocupa das construções, reformas e ampliações sustentáveis seja um recém-chegado ao sistema da A3P, a supramencionada IN nº

01/2010 dedica um capítulo inteiro do seu texto para versar sobre obras públicas sustentáveis com vistas a privilegiar a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de equipamentos e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como (BRASIL, 2010b):

- I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- II – automação de iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- VII – aproveitamento de água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- VIII – utilização de materiais que sejam reciclados reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço (BRASIL, 2010b).

O Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (BRASIL, 2014), em sua 2ª edição, nos trouxe um olhar mais moderno acerca do item III citado acima, pois incluiu neste rol o emprego das lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*) nos ambientes que permitam a circulação de pessoas, a exemplo de hall de elevadores e escadas. Segundo este documento, os órgãos públicos devem optar, preferencialmente, pela aquisição de lâmpadas de LED, em razão de possuírem alta eficiência energética, elevada vida útil e ausência de metais pesados como o mercúrio, bastante comum nas lâmpadas fluorescentes.

Outros pontos a serem considerados quando da execução, conservação e operação das obras públicas, é o da prioridade na contratação de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; adequar o projeto básico ou executivo às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e da ISO nº 14.000; além de exigir certificação de que o licitante utiliza práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização (BRASIL, 2010b).

Complementando este raciocínio, o manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (BRASIL, 2017a) apresenta algumas soluções práticas para

viabilizar o pensamento sustentável nas obras públicas: a madeira deve ser certificada; o telhado não deve ser de amianto; as torneiras devem ter corte automático de vazão; a estrutura predial deve eleger o uso da luz natural, e o aproveitamento dos ventos; o projeto deve conter um bom plano de arborização; a fonte de energia pode ser eólica, solar ou por biomassa; a água, no que puder, deve ser reutilizada.

2.6.2 A A3P nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

As IFES afirmam-se como instituições que transmitirão ações e exemplos de sustentabilidade à sociedade. Nesse contexto, quando implantadas nestas instituições, as diretrizes da A3P provocam efeitos do tipo sinérgico, ecológico, pedagógico e econômico, explicitados da seguinte forma pelo manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas:

Sinérgico na medida em que aglutina forças, soma energias. **Ecológico** porque firma as relações entre os envolvidos. **Pedagógico** pela forma com que, através da prática adotada, 'diz' a todos da comunidade universitária que está fazendo o certo em termos de sustentabilidade; por servir de exemplo como órgão público; por mostrar aos alunos e demais interessados como funcionam determinados procedimentos ou produtos tecnológicos projetados para causar menor impacto ambiental. **Econômico** porque gera redução nos gastos da instituição (BRASIL, 2017a, p. 13).

Convém dizer, desta forma, que não cabe à universidade furtar-se do dever de cooperar para a construção de uma sociedade sustentável, indo além do método educacional (DIAS, 2004). Ademais, a IFES que legitima em seus processos os fundamentos da A3P pode auferir uma série de benefícios, inclusive impactando positivamente na saúde financeira da instituição. Prova disso é a eficiência energética dos aparelhos eletroeletrônicos, o que significa redução no consumo de energia elétrica; o conforto térmico nas dependências da universidade; o uso de equipamentos hidráulicos que reduzem o consumo de água; o aproveitamento da luminosidade, ventilação natural e sombreamento; possibilidade de instalação de bicicletário e áreas de lazer, além do apoio à cultura, esporte, espaços de convivência, entre outros (BRASIL, 2017a).

De acordo com o MMA (BRASIL, 2018a), a A3P conta atualmente com 182 instituições parceiras, isto é, órgãos que formalizaram a parceria com o Ministério do Meio Ambiente por meio do Termo de Adesão e passaram a receber apoio técnico

para operacionalizar o programa. Deste montante, apenas dezessete são IFES, sendo dez Institutos Federais e sete Universidades Federais, demonstrando que há um vasto horizonte passível de ser trabalhado nesta área (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação de IFES Parceiras da A3P.

IFES PARCEIRAS DA A3P	
Institutos Federais	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM (AM)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (DF)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Guarapari (ES)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (GO)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente (PI)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano (PI)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (RJ)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (RN)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC (SC)
	IF de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, IFTO (TO)
Universidades Federais	Universidade Federal da Grande Dourados (MS)
	Universidade Federal de Pernambuco (PE)
	Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste (PE)
	Universidade Federal de Santa Catarina (SC)
	Universidade Federal de Sergipe (SE)
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN)
	Universidade Federal de Uberlândia (MG)

Fonte: MMA (Brasil, 2018c).

Para aderir à A3P são necessárias mudanças na gestão socioambiental, da mesma maneira que investimentos em recursos humanos e financeiros, aproveitando o que a universidade já tem disponível, mas direcionando o foco às questões sustentáveis. Não esquecendo a importância das ações coletivas que envolvem tanto os que estudam quanto os que trabalham nestas instituições, caracterizando um fator decisivo neste processo de ganhos em economia e redução de desperdícios (BRASIL, 2017a).

Ao considerar a A3P em suas práticas, o Governo cumpre seu papel na responsabilidade ambiental compartilhada e estimula os segmentos da sociedade e o setor produtivo a fazerem o mesmo, à medida que promove a inserção de programas comprometidos com a responsabilidade social e ambiental (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012). Vê-se, assim, que, por ser recomendada a todos os entes da

administração pública, a A3P pode e deve ser absorvida pelas instituições federais de ensino superior, englobando neste leque as universidades, que se apresentam como centros de difusão do conhecimento e do saber científicos (BRASIL, 2017a).

2.7 ANÁLISE DE ESTUDOS CORRELATOS

Inicia-se a seção que visa discorrer acerca de pesquisas que abraçam a gestão ambiental, com enfoque na A3P, como seu instrumento de investigação em algumas áreas do setor público. Por considerar que, mesmo no seio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cada estudo é único em suas particularidades devido às idiossincrasias dos ambientes organizacionais, esta análise não se ateve apenas ao universo destas entidades. Destaca-se que este posicionamento tem como prerrogativa auferir conhecimento por meio das experiências narradas por diversos autores, além de consubstanciar a matéria da presente pesquisa. Reconhecendo que a A3P comunica-se diretamente com a ISO 14.001, começa-se com o relato de um estudo voltado para a admissão deste sistema em Instituições de Ensino Superior (IES).

As IES preocupam-se com a questão ambiental há algum tempo, como demonstrado na apuração de Vaz *et al.* (2010). O levantamento bibliográfico feito pelos autores, direcionado a averiguar o comportamento das IES no tocante ao Sistema de Gestão Ambiental pretendido pela ISO 14.001, constatou que, mesmo que de forma incipiente, havia práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, sobretudo: gerenciamento dos resíduos sólidos, reciclagem, controle dos consumos de água e energia elétrica e descarte de resíduos líquidos gerados nos laboratórios. A falta de comprometimento e de visão sistêmica por parte da direção das IES se manifestou como um gargalo à implantação ou à continuidade das ações.

Enveredando pelas pesquisas desenvolvidas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que discutem a gestão socioambiental sob a ótica da A3P, Freitas, Borget e Pfitscher (2011), a partir de um *check-list* adaptado do MMA (BRASIL, 2009), se propuseram a analisar a aderência de uma IFES às diretrizes propostas pela A3P, mais precisamente seus objetivos e eixos. Os resultados mostraram uma adesão parcial, verificada principalmente em lacunas respeitantes à sensibilização dos gestores e da comunidade acadêmica em geral (*stakeholders* internos e externos), promoção de licitações sustentáveis e gestão adequada dos resíduos sólidos. O fator

político também influenciou nesta conjuntura, pois, de acordo com um dos coordenadores entrevistados, o trabalho desenvolvido não teve prosseguimento pelas gestões ulteriores, apesar da demanda interna existente na universidade.

A pesquisa supramencionada consubstanciou o estudo concebido por Kruger et al. (2011). Este, por sua vez, teve seu instrumento de coleta de dados aplicado em uma IES comunitária. Nesta oportunidade, os resultados mostraram-se mais animadores: a instituição atende integralmente aos objetivos elencados pela A3P e tabulados por Freitas, Borget e Pfitscher (2011), além de replicar majoritariamente os eixos temáticos da cartilha do MMA. O quesito “licitações sustentáveis” se apresenta como o único eixo que ficou aquém dos padrões adequados de sustentabilidade. Tal e qual reforçado pelos autores do estudo, pode-se credenciar boa parte deste sucesso ao fato da universidade dispor de “uma política instituída e aprovada no Conselho Universitário – CONSUN, sendo norteadora para as decisões dos gestores” (KRUGER et al., 2011, p. 52). Evidencia-se que a particularidade de cada instituição confere um universo singular ao pesquisador.

Um ponto em comum observado nos dois relatos anteriores refere-se às falhas encontradas no âmbito das licitações sustentáveis. Nesse sentido, entendendo a relevância do assunto em debate, Cogo, Oliveira e Tesser (2012) coordenaram um estudo envolvendo a A3P com foco nas compras sustentáveis na esfera federal, com o intuito de construir uma nova proposta de gestão ambiental no âmbito federal. Identificou-se a necessidade de melhoria dos processos internos da gestão de compras, de forma a torná-las menos morosas e mais eficientes e econômicas. Para tanto, a qualificação dos agentes responsáveis pela logística organizacional se insurge como fator crucial. O aspecto jurídico, por meio das exigências legais, também atua como elemento que engessa a prática da sustentabilidade nas licitações. Ademais, “ainda faltam políticas públicas, programas e conhecimento a respeito das questões centrais sobre consumo e produção sustentáveis” (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012, p. 8).

Um pouco mais recente, Pegorin, Santos e Martins (2014) dispuseram-se a examinar como A3P contribui para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no ambiente organizacional de uma entidade pública da administração direta. Foi constatado que a grande maioria dos servidores tinha conhecimento da implantação da Agenda e que esta contribuía para mitigar os impactos decorrentes do desempenho de suas funções, contudo, quase metade dos entrevistados não

replicava tais recomendações, nem no ambiente laboral e tampouco fora dele. Os autores atribuem isso ao fato dos gestores terem dificuldade em transformar a teoria da A3P em práticas sustentáveis a serem realizadas pelos colaboradores. Pegorin, Santos e Martins (2014, p. 13) apregoam que esse processo “requer, além de um documento formalizado, planejamento, comunicação, treinamento e motivação para que haja participação efetiva de todos os funcionários envolvidos”. Outrossim, verificou-se que não há um monitoramento e controle das ações, o que dificulta o acompanhamento da eficácia do programa.

Retornando ao debate direcionado ao diagnóstico de uma IFES que tomou a A3P como diretriz para condutas sustentáveis, Viegas e Cabral (2014) consultaram os gestores da organização a fim de extrair as informações necessárias aos objetivos da pesquisa. O modelo de *check-list* elaborado por Freitas, Borget e Pfitscher (2011), que já havia sido instrumentalizado por Kruger *et al.* (2011), serviu como meio para o levantamento de dados. A exemplo dos demais estudos supramencionados, a adoção da A3P pela IFES mostrou-se de forma parcial. Em relação aos objetivos da A3P, a instituição peca no tópico da sensibilização dos gestores quanto à responsabilidade socioambiental. Todos os outros objetivos são atendidos pela IFES. Os eixos que tratam da qualidade de vida no ambiente de trabalho e da sensibilização e capacitação dos servidores (técnico-administrativos, docentes, discentes e comunidade adjacente) proporcionaram maior nível de aderência; por outro lado, itens relacionados à destinação de resíduos gerados, à utilização dos recursos naturais e, mais uma vez, às compras públicas, contribuíram para o panorama de não adequação total ao programa. Com base nos dados apreciados, Viegas e Cabral (2014, p. 260) finalizam explicando que “a sustentabilidade integra os recursos discursivos dos seus gestores e as discussões acadêmicas, mas ainda não se transformou em elemento norteador das práticas administrativas”.

De forma mais abrangente, Araújo, Freitas e Rocha (2017) compuseram um estudo de práticas sustentáveis em conformidade com a A3P que não se limitou a um único campus, pelo contrário, contemplou integralmente uma Universidade Federal de estrutura *multicampi*. Ao entrevistarem prefeitos e subprefeitos dos campi, os autores descobriram que apenas dois dos sete campi dispõem de um Plano de Gestão Ambiental (PGA) e somente um deles está em consonância com a A3P. Detectou-se que, embora os gestores se empenhem em termos de execução de ações ambientalmente sustentáveis, não há uma homogeneidade das práticas verificadas.

Por fim, Araujo, Freitas e Rocha (2017) recomendam que a IFES, por meio de seu campus SEDE, crie uma comissão responsável por desenvolver e implantar um PGA que dê consistência ao planejamento estratégico da universidade e que atenda aos argumentos da sustentabilidade. Para os campi fora de Sede, de maneira geral, foi requisitado que estes priorizem recursos financeiros e envolvam a comunidade para ações sustentáveis, elaborem projetos que visem à recuperação de áreas degradadas e efetivem a adoção da A3P, haja vista que nenhum dos campi apresenta uma Política Ambiental formalizada.

Em 2014, desenvolveu-se um estudo na Universidade Federal da Bahia com o objetivo de propor melhorias na gestão ambiental dessa IFES sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P. Trata-se da dissertação da então mestrandia Andréia Lé Dias. Sabendo que a UFBA implementava ações ambientais de forma fragmentada ou isolada, Dias (2014) identificou que algumas destas estão em consonância com a A3P, mas precisavam estender seu alcance a fim de se adequarem à gestão ambiental desejada pela sociedade. Programas e campanhas de conscientização, práticas sustentáveis e consumo responsável estimulados naquela universidade, além de promoverem a interação consciente entre a UFBA e o meio ao seu redor, possibilitaram retornos econômicos consideráveis para a organização. A falta de institucionalização dos programas e projetos representa o maior desafio à incorporação da sustentabilidade como princípio elementar na sua estrutura organizacional. A autora adverte que tal iniciativa preconiza, inclusive, reserva de orçamento para essa finalidade.

Finalizando esta parte, traça-se um balanço do estudo empreendido por Gondim (2017), o qual considerou, no contexto do Centro de Ciências Médicas da UFPB, uma análise de sua aderência aos requisitos estabelecidos pela A3P. Novamente foi utilizada uma versão adaptada do *check-list* de Freitas, Borget e Pfitscher (2011), além de entrevistas, no sentido de coletar os dados. Observou-se que o Centro carece primordialmente de sensibilização e capacitação socioambiental dos servidores, a fim de estimular a conscientização sobre as práticas sustentáveis como um todo. Do mesmo modo que identificado nos resultados relativos ao estudo anterior, comprovou-se que o local pesquisado “adere boa parte dos objetivos e eixos da A3P, porém o mesmo não possui uma política ambiental com propostas sobre práticas sustentáveis” (GONDIM, 2017, p. 7).

De maneira geral, consegue-se verificar que, em conformidade com os estudos catalogados, as instituições cumprem parcialmente os preceitos da A3P, tanto os objetivos quanto os eixos do programa. Percebe-se que as ações não institucionalizadas ainda dominam o campo prático da temática ambiental nas organizações públicas. Nota-se, também, que a efetividade da A3P esbarra muitas vezes no que tange à sensibilização e capacitação dos gestores para conduzirem a mudança direcionada à sustentabilidade, assim como na burocracia que dificulta a adoção de critérios sustentáveis, em detrimento do preço, nos processos licitatórios.

Como aludido por alguns autores referenciados, um passo importante para reverter esta conjuntura seria a criação e implantação de uma política ambiental que integre formalmente a estrutura organizacional e o planejamento estratégico das instituições. Afinal, “o comprometimento e o efetivo envolvimento dos dirigentes e colaboradores é fundamental para garantir o sucesso na implantação da A3P” (BRASIL, 2007a, p. 18). Em resumo, carece tornar sustentáveis o debate e as ações acerca da sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO

Consoante o pensamento de Gil (2010), a pesquisa é imprescindível à medida que às informações disponíveis são insuficientes ou desarranjadas de tal modo que não se consiga solucionar um determinado problema. Por este ângulo, o que se sucede à pesquisa é a construção do conhecimento científico, o qual recomenda testar a veracidade ou falsidade de proposições logicamente ordenadas por meio de um sistema de ideias que, mesmo quando comprovadas, não são definitivas ou absolutas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

3.2.1 Descritiva

Esta pesquisa, no que tange à formulação dos objetivos propostos, caracteriza-se como descritiva, haja vista que não visa entender o porquê da incidência de um fato, contudo, é capaz de associar resultados a grupos de respondentes (ROESCH, 1996). Este tipo de abordagem auxilia trabalhos quantitativos ao passo que mede, avalia ou, observando do ponto de vista científico, coleta dados sobre aspectos, dimensões ou componentes do problema investigado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A pesquisa descritiva se distancia da explicativa à medida que, comumente, não anseia determinar a natureza da relação entre variáveis, mas, simplesmente identificar associações entre estas (GIL, 2008). Complementando esta ideia, Gil (2010) salienta que, por este motivo, como também por tentar compreender as características de determinado grupo (idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, etc.), a grande maioria das pesquisas com objetivos profissionais se enquadra nesta seara. Ademais, “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2010, p. 28).

3.2.2 Bibliográfica

Este estudo adota como fonte de dados secundários a pesquisa bibliográfica. A respeito deste método, Carvalho (1998, p. 154) delinea sua atividade “através da identificação, localização e compilação de dados escritos em livros, artigos de revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais”. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica ou de dados secundários proporciona por meio da própria criatividade do pesquisador uma excelente base de informações e bons exemplos que o ajudarão a decidir o que precisa ser feito (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Marconi e Lakatos (2012) asseveram que a finalidade desta modalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que ele conseguir reunir acerca de determinado assunto, seja em material impresso ou digital. Gil (2010) atribui a este procedimento a vantagem de permitir uma análise mais ampla dos fenômenos em detrimento da investigação direta imediata, sobretudo quando os dados estão muito dispersos.

3.2.3 Levantamento de Campo

Além do exame em fontes secundárias, este trabalho se utiliza do levantamento de dados coletados no próprio local da pesquisa para viabilizar a construção de informações necessárias à consecução dos objetivos. Acerca da documentação direta, Marconi e Lakatos (2012) salientam que pode suceder tanto na pesquisa de campo quanto na pesquisa de laboratório. Trata-se de uma interrogação direta com o intuito de investigar o comportamento de um grupo significativo de pessoas cujos modos e atitudes o pesquisador deseja conhecer (GIL, 2010).

Para tanto, Marconi e Lakatos (2012, p. 43) exemplificam que a pesquisa de campo emprega “técnicas de observação direta intensiva (observação e entrevista) e de observação direta extensiva (questionário, formulário, medidas de opinião e atitudes técnicas mercadológicas)”. Sua condução prevê a satisfação de uma série de etapas: especificação dos objetivos, operacionalização dos conceitos e variáveis, elaboração do instrumento de coleta de dados, pré-teste do instrumento, seleção da amostra, coleta e verificação dos dados, análise e interpretação dos dados e redação do relatório (GIL, 2010). Este estudo cumpre a maioria das fases supracitadas.

3.3 COLETA DE DADOS

A fim de viabilizar a coleta de dados, esta pesquisa lança mão tanto de questionários, destinados às três categorias de respondentes (servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes), quanto de um formulário extraído do manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas, aplicado junto ao Prefeito Setorial do campus, Nutricionista do Restaurante Universitário, Chefes do Almoxarifado, Patrimônio e Setor de Licitações, Diretor do Campus e um Professor coordenador de um projeto local. Estas técnicas são o tema de abordagem dos próximos tópicos, nesta ordem.

3.3.1 Questionário

São aplicados questionários junto aos alunos, professores e servidores técnico-administrativos, no intuito de obter as respostas necessárias à satisfação dos objetivos propostos. Segundo Carvalho (1998), os questionários se apresentam como instrumentos de relevância por conseguirem emitir as questões e as informações pretendidas de forma direta procurando demonstrar/provar/verificar algo relacionado à pesquisa. No caso desta pesquisa foram utilizados questionários adaptados do formulário extraído do Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (2017).

Quanto à apresentação, Marconi e Lakatos (2012, p. 111) esclarecem que o questionário é “constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. Em complemento a esta ideia, Gil (2010) orienta que os questionários devem transmitir e buscar elucidar os objetivos específicos da pesquisa por meio de itens bem redigidos. O autor cita que não existem normas muito rígidas para a elaboração dos questionários, mas recomenda que sejam observadas algumas regras, a exemplo de: o número de perguntas deve ser limitado; a pergunta não deve sugerir respostas; e as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez.

3.3.2 Formulário

O outro método de coleta de dados utilizado neste estudo é o formulário, o qual buscou informações a partir do contato com o Prefeito Setorial, Nutricionista do

Restaurante Universitário, Chefes do Almoxarifado, Patrimônio, Divisão de Materiais e Setor de Licitações, Diretor do campus e um Professor coordenador de um projeto local, todos servidores do Centro de Educação e Saúde da UFCG. Acerca da forma com que é dirigido, Gil (2010) situa esta técnica entre o questionário e a entrevista, aconselhando que, no intuito de atingir sua correta condução, sejam seguidas as orientações referentes tanto à elaboração do questionário quanto à condição da entrevista. No tocante a esta prática, Marconi e Lakatos (2012) indicam que a entrevista presume que haja uma conversação face a face, sem desprender do teor metódico, no sentido de assegurar ao entrevistador a obtenção da informação desejada.

Praticamente todas as recomendações que atribuídas à condução do questionário são verificadas na aplicação do formulário, a diferença básica entre os dois modelos é que neste último o pesquisador está presente e é ele que registra as respostas. Seguindo essa lógica, Marconi e Lakatos (2012, p. 111) acrescentam que o formulário se configura como um “roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado”.

3.3.3 A Amostra

Um dos primeiros aspectos apontados por Creswell (2010) respeitante ao plano de pesquisa é a identificação da população (universo) do estudo, assim como, caso seja possível, informar o tamanho desta e a sua disponibilidade no intuito de definir as estruturas da amostragem. Após esta apreciação, segue-se uma análise da amostra selecionada a fim de assegurar que, ao proceder com a coleta dos dados, os resultados se aproximem satisfatoriamente dos elementos que constituem a população (GIL, 2010).

Temos, assim, que a amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 112). A amostra desta pesquisa é constituída por uma parcela da comunidade acadêmica do Centro de Educação e Saúde da UFCG, mais precisamente pelo corpo de docentes, de servidores técnico-administrativos e de discentes. O quantitativo referente a cada classe de respondentes e sua distribuição entre os cursos consta no tópico que aborda o diagnóstico da situação e os sujeitos da pesquisa.

Para efeito da coleta de dados, considera-se a população constante nas classes dos professores (127) e servidores técnico-administrativos (46), enquanto o grupo dos discentes participará por meio dos alunos concluintes de cada curso, totalizando 100 indivíduos. Com relação a este último segmento de respondentes, optou-se por esta sistemática no sentido de reduzir distorções no tocante à percepção de alunos que se encontram nos períodos iniciais dos cursos, ou seja, com pouco tempo de vivência da realidade do CES/UFCG. Desta forma, depreende-se que haja um conhecimento razoável em torno dos levantamentos propostos, visto que para se chegar à fase final dos cursos são precisos pelo menos quatro anos de vivência no campus.

3.3.4 Pré-Teste

O pré-teste se afasta do anseio de obter resultados no que tange ao objetivo do estudo, mas, tão somente, visa garantir que os instrumentos meçam exatamente o que pretendem medir, de maneira a validá-los para a coleta em si (GIL, 2010). A pesquisa-piloto ou pré-teste busca eliminar ou minimizar tendências e vieses, na maioria das vezes imperceptíveis aos olhos do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2012).

Nesse sentido, esta fase é dedicada a evidenciar “ambiguidade das questões, existência de perguntas supérfluas, adequação ou não da ordem de apresentação das questões, se são muito numerosas ou, ao contrário, necessitam ser complementadas etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2012). O Quadro 5 revela, na visão de Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2012), os aspectos mais relevantes a serem evidenciados na etapa do pré-teste.

Quadro 5 – Aspectos Importantes do Pré-teste.

Gil (2010, p. 108, 109)	Marconi e Lakatos (2012, p. 133, 134)
Clareza e Precisão	Fidedignidade
Os termos adequados são os que não necessitam de explicação. Quando os pesquisados necessitarem de explicações adicionais, será necessário procurar, com eles, termos mais adequados;	Isto é, obter-se-ão sempre os mesmos resultados, independentemente da pessoa que o aplica?
Quantidade de Perguntas	Validade
Se os entrevistados derem mostra de cansaço ou de impaciência, é provável que o número de perguntas seja excessivo, cabendo reduzi-lo;	Os dados obtidos são todos necessários à pesquisa? Nenhum fato, dado ou fenômeno foi deixado de lado na coleta?

Quadro 5 – Aspectos Importantes do Pré-teste.

Forma das Perguntas	Operatividade
Pode ser conveniente fazer uma mesma pergunta sob duas formas diferentes, com o objetivo de sondar a reação dos pesquisados a cada uma delas;	O vocabulário é acessível a todos os entrevistados, e o significado das questões é claro?
Ordem das Perguntas	Verificação
No pré-teste pode-se ter uma ideia do possível contágio que uma pergunta exerce sobre outra, bem como acerca do local mais conveniente para incluir uma pergunta delicada etc.;	O tipo de amostragem escolhido é adequado? O pré-teste é sempre aplicado para uma amostra reduzida, cujo processo de seleção é idêntico ao previsto para a execução da pesquisa, mas os elementos entrevistados não poderão figurar na amostra final (para evitar “contaminação”);
Introdução	Previsibilidade
Mediante a análise das indagações feitas pelo entrevistador, de suas inquietações e de suas resistências, seleciona-se a melhor fórmula de introdução a ser utilizada quando ocorrer a aplicação do instrumento.	Permite a obtenção de uma estimativa sobre os futuros resultados, podendo, inclusive, alterar hipóteses, modificar variáveis e a relação entre elas.

Fonte: Elaborado a partir das obras citadas (2018).

Gil (2010) determina que, não importando a quantidade de elementos que constituem a amostra da pesquisa, entre 10 e 20 indivíduos típicos ao universo estudado é um número razoável para compor o pré-teste. Por fim, como apregoado por Marconi e Lakatos (2012), até mesmo para o questionário, recomenda-se reservar um espaço para possibilitar ao pesquisador o registro das reações do entrevistado quanto à apresentação dos questionamentos.

Neste caso, antes de aplicar definitivamente os questionários, indivíduos que representam a população investigada foram convidados a participar de um pré-teste, com o propósito de verificar pontos passíveis de melhoramento, de acordo com as impressões dos respondentes. Para tanto, seguiu-se o que foi sugerido por Gil (2010), e um total de dez indivíduos foram consultados, sendo cinco alunos pré-concluintes, desde que tivessem ao menos quatro anos de vivência no campus, quatro professores e um técnico-administrativo. Os resultados permitiram o aperfeiçoamento das assertivas, inicialmente apresentadas no formato de perguntas, além do estabelecimento de conceitos, a exemplo do termo “gestão socioambiental”, que poderiam suscitar dúvidas.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Com a intenção de manter a coerência entre as fases que se interpõem na estrutura metodológica desta pesquisa, torna-se necessário o entendimento de como

os dados foram obtidos e, sobretudo, a maneira com que estes devem ser analisados e interpretados (GIL, 2010). Para este estudo, após consultar a literatura disponível e propor que o instrumento da pesquisa esteja em consonância com o modelo exposto pelo guia de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (Ver Anexo B), assim como nas orientações constantes nos demais manuais da A3P, as formas escolhidas para análise e tratamento dos dados são as abordagens qualitativa e quantitativa.

3.4.1 Abordagem Qualitativa

Gil (2010) argumenta que, segundo a natureza dos dados, as pesquisas podem assumir dois sistemas classificatórios: quantitativo e qualitativo. Nesse sentido, “as perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando à sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 225). A primeira etapa da análise dos dados da presente pesquisa adota o método qualitativo como meio procedimental.

Em seus apontamentos acerca das leis e teorias que circundam a abordagem qualitativa, Marconi e Lakatos (2007) sugerem algumas características inerentes a esta categoria de análise, a exemplo da chance de que um conteúdo empírico determinado seja controlado por elementos observacionais, a possibilidade de propor e afirmar generalizações indutivas baseadas nas relações que se registram nos dados observados e a formulação de leis e teorias experimentais valendo-se de um só ou vários enunciados vinculados entre si

3.4.2 Abordagem Quantitativa

Como revelado no anteriormente, adota-se aqui uma abordagem quantitativa no que se refere ao tratamento dos dados. Portanto, cabe expor o conceito desta vertente apresentado por Creswell (2010, p. 26):

A pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. [...] Como os pesquisadores qualitativos, aqueles que se engajam nessa forma de investigação têm suposições sobre a testagem dedutiva das teorias, sobre a criação de proteções contra vieses, sobre o controle, de explicações alternativas e sobre sua capacidade para generalizar e para replicar os achados (CRESWELL, 2010, p. 26).

Nota-se que este ramo de pesquisa se vale de métricas quantitativas para expressar seus resultados, apoiando-se majoritariamente na linguagem matemática ou estatística para a conceituação e operacionalização dos dados (GONÇALVES; MEIRELLES, 2004). Neste sentido, o viés quantitativo “emprega estratégias de investigação como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos” (CRESWELL, 2007, p. 35).

Com a expectativa de apresentar características inerentes a este método, reúnem-se no Quadro 6 a seguir algumas qualidades de acordo com as visões de Gonçalves e Meirelles (2004) e Creswell (2010) (Quadro 6).

Quadro 6 – Características do Método Quantitativo.

Gonçalves e Meirelles (2004)	Creswell (2010)
<ul style="list-style-type: none"> • Baixo grau de envolvimento do pesquisador com o fenômeno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Predeterminado;
<ul style="list-style-type: none"> • Não aconselhável quando o número de elementos de estudo é pequeno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Questões baseadas no instrumento;
<ul style="list-style-type: none"> • Limitado quanto ao desejo de se descobrir relações mais profundas entre elementos e processos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de desempenho, dados de atitude, dados observacionais e dados de censo;
<ul style="list-style-type: none"> • Indicado para estudos em que já se conhecem, <i>a priori</i>, as ferramentas de pesquisa que serão adotadas nas unidades de observação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística;
<ul style="list-style-type: none"> • Alcance do estudo no tempo é quase instantâneo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação estatística.

Fonte: Elaborado a partir das obras citadas (2018).

A síntese supramencionada nos mostra que a estatística não é um fim em si mesma, cabendo ao pesquisador realizar o seu manuseio com sobriedade, principalmente quando diante de um grande número de dados, cuja visão global, pela complexidade, torna-se difícil (MARCONI; LAKATOS, 2012).

3.5 DIMENSÕES E INDICADORES DA PESQUISA

Parte-se agora para a questão que envolve a operacionalização das dimensões e indicadores da pesquisa, ou seja, os parâmetros utilizados para analisar os dados coletados. Marconi e Lakatos (2012) alertam que esta é uma tarefa que permeia todo o desenvolvimento do projeto de pesquisa, inclusive os momentos que antecedem, coincidem e sucedem a elaboração do questionário ou formulário.

Os indicadores reservados a este estudo seguem o padrão definido pela cartilha de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (2017), que configura

um desdobramento da A3P. O que a cartilha delibera como “*eixo temático*”, doravante, é entendido como “*dimensão*” para fins de verificação e análise. As dimensões são estas: 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gestão de resíduos gerados; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores e professores; 5) Contratações públicas sustentáveis; e 6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis. Para cada dimensão, ou eixo temático, há indicadores de sustentabilidade, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Dimensões e Indicadores de Sustentabilidade da A3P.

Eixos Temáticos da A3P	Indicadores de Sustentabilidade
Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	<p><u>Consumo de:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Água e produção de esgoto; • Energia elétrica; • Papel de escritório; • Copos e pratos descartáveis; • Produtos de limpeza e conservação.
Gestão dos Resíduos Gerados	<p><u>Destinação de:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Resíduos recicláveis; • Resíduos perigosos e não recicláveis; • Móveis e eletroeletrônicos inservíveis; • Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou compostagem;
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços de lazer, cultura, arte; • Horta própria; • Pomar próprio; • Compra de alimentos da agricultura familiar; • Compra de alimentos orgânicos; • Relação com os pais e familiares dos alunos; • Esporte, música, dança, canto, artesanato, lazer; • Acessibilidade; • Estacionamento para bicicletas; • Equipamentos e ambiente para atividades físicas e descanso temporal dos servidores.
Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos e eventos realizados sobre sustentabilidade; • Produção de material educativo. • Eventos artísticos, de esportes, cultura.
Contratações públicas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Editais realizados com critérios de sustentabilidade.
Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Aquecimento solar de água; • Geração de energia solar por placas fotovoltaicas; • Geração de energia por fonte eólica; • Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água; • Acústica ambiente e conforto térmico; • Espaços verdes e de lazer; • Piso, revestimento e cobertura de telhado com material sustentável; • Saneamento básico com ligação na rede pública coletora de esgotos e tratamento;

Fonte: MMA (BRASIL, 2017a).

Espera-se obter um diagnóstico da situação atual quanto ao desenvolvimento da gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG, de maneira a fornecer as bases para avançar em direção aos demais passos do processo e proporcionar a implantação da A3P no campus, nos moldes do Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas.

3.6 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E SUJEITOS DA PESQUISA

Com treze anos de atuação, o CES é referência na microrregião do Curimataú Ocidental Paraibano. Oferece o Mestrado Acadêmico em Ciências Naturais e Biotecnologia, pertencente à Unidade Acadêmica de Biologia e Química (UABQ), além de sete cursos de graduação, dos quais quatro são licenciaturas e três são bacharelados, divididos de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura dos Cursos de Graduação do Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG

Curso	Modalidade	Unidade Acadêmica
Ciências Biológicas	Licenciatura	UABQ
Enfermagem	Bacharelado	UAENFE
Farmácia	Bacharelado	UAS
Física	Licenciatura	UAFM
Matemática	Licenciatura	UAFM
Nutrição	Bacharelado	UAS
Química	Licenciatura	UABQ

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A coleta de dados da presente pesquisa ocorre no Centro de Educação e Saúde da UFCG. O CES é um dos onze Centros da Universidade Federal de Campina Grande, sendo o segundo maior campus fora de sede em número de alunos matriculados (1727) e professores (127), de acordo com dados da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) da própria universidade, no segundo semestre de 2019. Conta também com o apoio de 46 servidores técnico-administrativos em seu quadro funcional.

Realiza-se, no primeiro semestre de 2019, o diagnóstico do CES, a fim de identificar ações desenvolvidas que se associam à gestão socioambiental pretendida pela A3P. Colaboraram nesta etapa o Prefeito Setorial, Nutricionista do Restaurante Universitário, Chefes do Almoxarifado, Patrimônio, Divisão de Materiais e Setor de Licitações, Diretor do campus e um Professor coordenador de um projeto local. Optou-

se por excluir da segunda fase da pesquisa apenas o Prefeito Setorial, por ter contribuído mais incisivamente neste ciclo. Os demais, como participaram pontualmente, foram mantidos para o estágio seguinte (questionários).

O segundo momento da pesquisa aconteceu com a aplicação de questionários, por meio de plataforma digital (Google Forms), adaptado do formulário constante no Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (2017). Entre os meses de março e junho de 2019, foram enviados 271 questionários, dos quais 204 retornaram, sendo 100 alunos concluintes, 60 docentes e 44 servidores técnico-administrativos. O objetivo foi aferir a percepção destes atores organizacionais acerca da gestão socioambiental desempenhada pelo CES.

Para fins de atendimento a preceitos éticos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Alcides Carneiro da UFCG, obtendo a aprovação para o seu prosseguimento balizado pelo parecer consubstanciado nº 3.155.574, expedido em 19/02/2019, após constatados presentes todos os requisitos relacionados quando da proposição da pesquisa perante o referido Comitê.

4 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

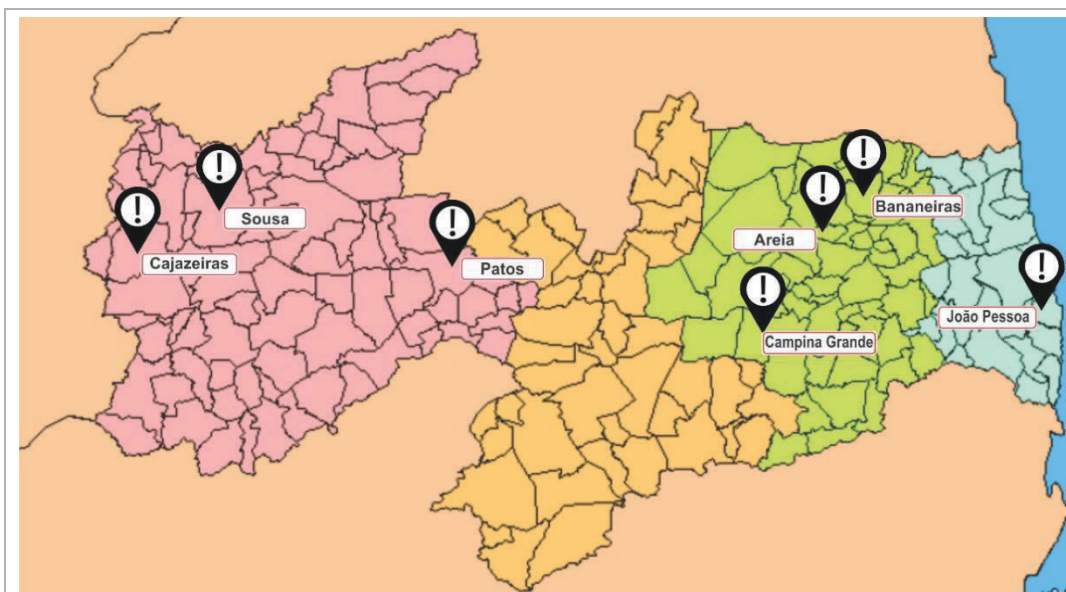
No intuito de familiarizar o leitor com ambiente em que se desenrolou a pesquisa, elabora-se nesta seção um apanhado evolutivo de elementos que marcaram o período de desmembramento da UFPB, dando origem à Universidade Federal de Campina Grande, em 2002. Considera-se, ainda, o Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG, foco da pesquisa, em uma sucinta caracterização do campus e do contexto no qual está inserido.

4.1 PERÍODO PRÉ-UFCG

Antes da UFCG tornar-se UFCG, estudos técnicos se estabeleceram, atravessando décadas e diferentes governos, a fim de identificar a viabilidade ou não da implantação do novo Órgão. Vale ressaltar que desde o ano de 1975, quando do advento de um Projeto de Lei, já havia a autorização para que o Governo Federal instituisse a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, a qual acomodaria unidades da UFPB e da Universidades Regional do Nordeste (UFPB, 1996). Já na década de 80, um substitutivo àquele Projeto inicial previa a criação da UFCG, a partir do desmembramento do campus II, além de outros, da Universidade Federal da Paraíba, porém, apesar dos esforços, as iniciativas não foram à frente (UFPB, 1996).

Em 1992, uma comissão formada por professores se debruçou sobre o assunto, resultando em uma proposta de “viabilidade técnica”, mais objetiva, indicando a exequibilidade da UFCG, que compreenderia os campi de Patos, Sousa e Cajazeiras, além do campus II, em Campina Grande (Figura 6), entretanto, Murilio de Avelar Hingel, à época Ministro da Educação, se opôs à investida (UFPB, 1996). Por vias internas, acadêmicos se posicionaram na vanguarda do intento, promovendo debates com a comunidade universitária, levantando dados, fomentando discussões, o que culminou em uma aceitação do pleito, em relação aos atores do campus II (Campina Grande), mas foi identificada uma resistência por parte de outros campi do interior (UFPB, 1996).

Figura 6 – Estrutura *multicampi* da UFPB.



Fonte: UFPB (1996).

De posse do relatório final, decidindo pela concordância, a comissão apresentou ao Conselho Universitário da UFPB o Anteprojeto de Criação da UFCG (UFPB, 1996). Com o aval do CONSUNI, coube ao Magnífico Reitor da UFPB delegar os passos seguintes, inclusive criando, no início de 1996, uma Subcomissão Especial imbuída de levantar estudos complementares, sendo responsável pela concepção do documento “UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: Elementos para sua Implantação”, base conceitual para os demais que se sucederam nesta temática (UFPB, 1996).

Ainda em 1996, esta mesma subcomissão concebeu um arquivo intitulado Proposta de Criação da Universidade Federal de Campina Grande, nos moldes de uma Exposição de Motivos, evidenciando Minuta de Projeto de Lei, justificativa, inclusive apontando a distribuição dos Centros, estrutura funcional da graduação e pós-graduação, além de questões orçamentárias destinadas ao provimento dos custos com pessoal e despesas diversas de custeio e capital, como também o organograma da nova UF (UFPB, 1996).

Nas mãos do MEC, foi instituída uma outra comissão, por meio da Portaria nº 14 de 20 de março de 1997, com o objetivo de dar continuidade aos estudos e ampliar a robustez dos argumentos, ouvindo a comunidade acadêmica, a comunidade campinense e o cidadão paraibano (UFPB, 1997). Para se chegar ao aval, com algumas recomendações, levou-se em conta a infraestrutura do município, sobretudo

no campo da ciência e tecnologia, e do campus II, sob a perspectiva do quadro de pessoal e o arranjo do ensino, pesquisa e extensão, além das estruturas orçamentária, organizacional e patrimonial (UFPB, 1997). Estava montado o alicerce para a constituição definitiva da nova universidade, o que aconteceu de fato só em 2002, após cinco anos de concluídos os estudos técnicos.

4.2 MARCO LEGAL DA UFCG

Oficialmente, por desmembramento da UFPB, em 09 de abril de 2002, depois de sancionada a Lei nº 10.419, é criada a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (BRASIL, 2002) (Figura 7). A nova entidade, cuja natureza jurídica classifica-se como autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, sustenta seus objetivos sob a ótica da tríade: disponibilização do ensino superior, desenvolvimento da pesquisa em diversas áreas e promoção da extensão universitária (BRASIL, 2002).

Figura 7 – Brasão da UFCG.



Fonte: Site da UFCG (2019a).

A supracitada Lei dispôs ainda, entre outros termos, sobre os seus recursos financeiros (art. 9º), exercício contábil e fiscal (art. 10º), regras para transição dos saldos orçamentários referentes a despesas com pessoal e encargos, custeio e capital (art. 11º), estrutura organizacional provisória (art. 12º) e, em seu art. 8º, deliberou acerca do seu patrimônio, o qual constituía-se da seguinte forma (BRASIL, 2002):

- I. bens e direitos que integram o patrimônio da UFPB, desde que pertencentes aos campi de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras;
- II. bens e direitos que a UFCG vier a adquirir;

- III. doações ou legados que receber; e
- IV. incorporações que resultem de serviços realizados pela UFCG.

Regida inicialmente pelo Estatuto vigente da UFPB, até que o seu próprio fosse aprovado, a UFCG se estabeleceu no cenário do ensino superior público brasileiro sendo integrada pelos campi de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, inclusive abarcando suas unidades, cargos – ocupados e vagos –, alunos regularmente matriculados e seus respectivos cursos, de todos os níveis (BRASIL, 2002).

4.3 ESTATUTO DA UFCG

O art. 13º da Lei nº 10.419/2002 (BRASIL, 2002), tratada no tópico anterior, determinava que a UFCG teria até 180 (cento e oitenta) dias para encaminhar sua proposta estatutária ao Ministério da Educação, e assim o fez quando da aprovação da Resolução nº 05/2002 pelo Conselho Universitário da UFCG, em 04 de outubro de 2002 (UFCG, 2004). Estava posta a peça jurídica capaz de regulamentar o funcionamento do Órgão.

O corpo do Estatuto da UFCG é composto por dezenove capítulos distribuídos em seis títulos, os quais abordam temas que vão desde os princípios e finalidades, passando pela organização administrativa, burocrática e funcional, apontando suas respectivas competências, regime didático-científico (ensino, pesquisa e extensão), considerações inerentes à comunidade acadêmica (alunos, professores e técnico-administrativos), até o trato com questões patrimoniais, orçamentárias e financeiras (UFCG, 2004). Com suporte nesta breve explanação é possível perceber o quão amplo é o campo abraçado por tal documento.

Com relação aos princípios, o Estatuto, em seu art. 10º, elenca aqueles que a universidade deverá respeitar, em se tratando da sua organização e desempenho de atividades (UFCG, 2002):

- I – a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II – a ética como norteadora da prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;
- III – a natureza pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, sendo de responsabilidade da União a garantia de recursos para a manutenção da Instituição;

- IV – a transparência, a publicidade, a probidade, a racionalidade, a impessoalidade, a eficiência e a regularidade nos atos e na gestão de recursos da Instituição, com direito ao contraditório;
- V – a promoção do caráter *multicampi* com gestão democrática e colegiada, mantendo a equidade no tratamento dos recursos humanos, materiais e orçamentários em todas as unidades acadêmicas;
- VI – a garantia da transdisciplinaridade do conhecimento e de suas concepções pedagógicas, no exercício da liberdade de ensino, pesquisa e extensão, difundindo e socializando o saber;
- VII – a igualdade de acesso e de permanência da Instituição;
- VIII – a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, técnico-científico, político, cultural, artístico e ambiental do Estado, da região, do país e do mundo;
- IX – o compromisso com a ampliação do ensino público e gratuito, com padrão unitário de qualidade em todos os níveis;
- X – o planejamento democrático da Instituição;
- XI – a educação propedêutica, voltada para a valorização do trabalho e da vida social.

Analisando os onze princípios acima fica evidente, sobretudo, o caráter democrático, legal, multidimensional, socialmente responsável, e de responsabilidade para com a coisa pública de suas diretrizes. Nessa mesma linha, tomando por base os princípios supracitados, são estabelecidas as finalidades da Instituição (UFCG, 2002):

Art, 11. A UFCG, atuando conforme os princípios estabelecidos neste Estatuto, tem por finalidade:

- I – promover a educação continuada, crítica e profissional do Homem;
- II – manter a interação com a sociedade, com suas diversas organizações e com o mundo do trabalho;
- III – estabelecer formas de cooperação com os Poderes Públicos, Instituições Federais de Ensino – IFE –, órgãos científicos, culturais e educacionais brasileiros ou estrangeiros;
- IV – promover a paz, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente;
- V – ministrar o ensino, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, do magistério e demais campos do trabalho, incluindo-se áreas políticas e sociais;
- VI – desenvolver e difundir, de modo teórico e prático, o conhecimento resultante do ensino, da pesquisa e da extensão, nas suas múltiplas áreas;
- VII – gerar, transmitir e disseminar o conhecimento em padrões elevados de qualidade;
- VIII – ampliar o acesso da população à Educação Superior e formar profissionais nas diversas áreas do conhecimento;
- IX – prestar assistência acadêmica através da extensão e desempenhar outras atividades na área de sua competência;
- X – envidar esforços para que o conhecimento produzido na Instituição seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades.

Como mencionado no *caput* do artigo, as finalidades funcionam como uma extensão dos princípios que norteiam as ações da UFCG. Mais uma vez, reforçar-se

o compromisso com uma prática acadêmica que preze pelo ensino crítico, transversal, democrático, de qualidade, que supere os muros da Universidade e – mais que isso – transforme as realidades. Outro ponto que vale destacar é o inciso IV, ao citar expressamente a defesa do meio ambiente como sendo uma matéria de apreço da Instituição. Nesse sentido, podemos inferir que no seu dogma fundamental, a UFCG contempla, mesmo que timidamente, uma estima pela responsabilidade e gestão socioambiental.

De forma a corroborar o entendimento de que a Universidade constitui um espaço de debate, respeito à diversidade de ideias e aberto à interlocução com vários setores da sociedade, o Estatuto prevê a figura do Conselho Social Consultivo, órgão composto do seguinte modo (UFCG, 2002):

- I. Reitor (Presidente);
- II. um representante da Associação Paraibana de Imprensa;
- III. um representante do Ministério Público;
- IV. representantes das entidades docente, estudantil e técnico-administrativa;
- V. um representante da Ordem dos Advogados do Brasil,
- VI. um representante de associações de ex-alunos;
- VII. representantes dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado e Municípios, onde houver campus;
- VIII. um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
- IX. representantes dos conselhos profissionais das ciências exatas, humanas e saúde;
- X. um representante da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;
- XI. um representante, por campus, de entidades comunitárias e de trabalhadores.

Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, propor ações institucionais que contribuam para o combate à violência e à corrupção (UFCG, 2002). As diversas Câmaras, Órgãos, Centros, Unidades e demais Conselhos também são considerados no texto, assim como suas composições e competências. Por outro lado, os ritos respeitantes ao arranjo abordado neste tópico são de matéria do Regimento Geral, o qual, de acordo com o art. 96º, inciso I do Estatuto, teve um prazo máximo de 12 meses, a partir da sua vigência, para aprovação pelo Conselho Universitário (UFCG, 2002).

4.4 REGIMENTO DA UFCG

Por meio da Resolução nº 04/2004, o Colegiado Pleno do Conselho Universitário, após várias reuniões extraordinárias ocorridas no curso daquele ano, aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande que, além de estabelecer normas complementares ao Estatuto da UFCG, “objetiva disciplinar, em seus aspectos comuns, a organização e o funcionamento dos órgãos, unidades e serviços da referida Instituição” (UFCG, 2004, p. 15).

Não cabe nos alongar em questões de teor regimental que interessam tão somente ao ordenamento jurídico, hierárquico, acadêmico, funcional e processual internos, mas vale o registro do que diz o art. 27º ao dissertar sobre os Centros da UFCG, visto que esta pesquisa se desenvolve em um dos atuais sete campus da universidade.

Art, 27. O Centro, instância executiva, deliberativa, normativa e de gestão contábil e financeira no seu âmbito, efetua a articulação acadêmico-administrativa entre as Unidades Acadêmicas para a execução de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, e é composto de:

I – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

II – Conselho Administrativo (CONSAD);

III – Diretoria.

Parágrafo único. Os Centros são unidades gestoras descentralizadas que coordenam a gestão contábil e financeira no seu âmbito, preservada a autonomia orçamentária e financeira das Unidades Acadêmicas (UFCG, 2004, p. 27).

Ademais, o Regimento Geral aponta que órgãos colegiados e executivos devam atuar de forma integrada a fim de efetivar a estrutura organizacional da UFCG e sinaliza que o regime administrativo descentralizado se concretiza a partir da competência conferida pelo Reitor aos demais dirigentes, respeitadas as prerrogativas dos Órgãos da Administração Superior (UFCG, 2004). Tem-se, com isso, uma gestão descentralizada, mas que concentra em seu dirigente máximo o poder de deliberar frente a outros gestores.

4.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFCG

O PDI, ou Plano de Desenvolvimento Institucional, foi concebido em 09 de outubro de 2014 por meio da Resolução nº 05/2014, com o propósito, também, de mobilizar professores, servidores técnico-administrativos e alunos para exercitarem a

democracia e a autonomia administrativa, devendo, em um esforço conjunto, identificar demandas institucionais, atuais e futuras, sem se apartar da realidade na qual a UFCG está inserida (UFCG, 2014).

Atendendo ao padrão proposto pelo art. 16º do Decreto nº 5.773/2006, tece-se reflexões inerentes aos aspectos a seguir (UFCG, 2014):

1. Perfil Institucional;
2. Projeto Pedagógico Institucional;
3. Oferta de Cursos;
4. Perfil do Corpo Docente;
5. Organização Administrativa;
6. Políticas de Atendimento aos Discentes;
7. Infraestrutura;
8. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional;
9. Aspectos Financeiros e Orçamentários.

Ou seja, ao observar o item 8 da sequência, compreende-se que a prescrição supramencionada tem a intenção de se comportar como um processo que se retroalimenta. Logo, as políticas praticadas ensejam o envolvimento permanente entre o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades, de maneira a valorizar atitudes éticas e práticas gerenciais transparentes, procurando, sobretudo (UFCG, 2014):

- Fortalecer a prática da democracia nos processos de planejamento e de gestão administrativa e potenciar a satisfação das necessidades humanas dentro de um contexto de desenvolvimento da Instituição.
- Fomentar e valorizar a participação coletiva, o debate, o diálogo e o trabalho das pessoas, confirmando a comunidade universitária como protagonista das transformações e do desenvolvimento da Universidade Federal de Campina Grande.
- Lutar pela ampliação do quadro de servidores e proporcionar a melhoria das condições de trabalho da Instituição.
- Combater o produtivismo inócuo e promover a compreensão e a consciência crítica para o desenvolvimento institucional.
- Manualizar todos os procedimentos administrativos da Instituição, tornando a gestão impessoal, transparente e sem risco de descontinuidade administrativa.
- Implantar, de forma articulada com uma política de gestão da informação, uma ação integrada de formulação, circulação, recepção, tratamento e guarda da documentação institucional (UFCG, 2014, p. 89).

Tem-se, portanto, que as estratégias de gestão foram fundamentadas com ênfase em 4 pilares: transparência, administração, sustentabilidade e formação

gerencial (UFCG, 2014). Outrossim, deduz-se que tal documento tem a função de, por 5 anos – até 2019 –, servir de norte para toda e qualquer política adotada pela universidade. Dito isto, focaremos, a partir de então, nos pontos que guardam consonância com o tema da pesquisa.

4.5.1 O PDI e as Questões Sociais e Ambientais

O Plano Sustentabilidade estipulou algumas condutas no sentido de implementar práticas sustentáveis tanto na gestão quanto na aquisição de bens e contratações de serviços (UFCG, 2014):

- Substituir aquisição de alguns bens por contratos de serviços (Ex: locação de máquinas copiadoras, locação de veículos, filtros para água, substituição do uso de copos descartáveis por canecas e copos descartáveis por canecas e copos de material durável e ou reciclável), em 2014-2016.
- Realizar compras compartilhadas com as Unidades Gestoras e com outras IFES, em 2015/2016.
- Criar um inventário que permita planejar as aquisições substituindo ao máximo os itens convencionais por itens sustentáveis, em 2015/2016.
- Implantar um sistema de racionalização do uso de recursos públicos, no âmbito da Pró-Reitoria, para identificar e reduzir o impacto ambiental das atividades administrativas, em 2015/2016.
- Evoluir, de forma gradativa, o sistema de acompanhamento de pedidos atual (impresso) para um sistema 100% online, com eliminação do uso de processo físico, em 2015/2016.
- Excluir os formulários impressos e disponibilizá-los na página da PRA, em 2014 (UFCG, 2014, p. 91).

Depreende-se que já em 2014 havia uma preocupação com a racionalização das atividades, de forma a galgar a eficiência dos processos internos, inclusive, em algumas áreas, eliminando o uso do papel para dar vazão a procedimentos totalmente digitais. O texto do PDI cita ainda alguns braços acadêmicos, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e os Estágios de Licenciaturas, que devem atuar de maneira integrada ao Fórum de Educação do Estado, a fim de contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico e social da região (UFCG, 2014).

Nessa mesma tônica, o Plano UFCG Sustentável tem sustentação em duas ações que se complementam: conscientização ambiental na UFCG e infraestrutura para a sustentabilidade (UFCG, 2014). A primeira prevê campanhas periódicas espalhadas pelos campi da universidade sobre o tema, mediante a realização de

palestras, distribuição de material específico e ações sociais, enquanto a segunda se concentra no planejamento de adaptações e reformas da infraestrutura visando a um manejo sustentável do ambiente, especialmente em se tratando do descarte de resíduos sólidos e no uso da água (UFCG, 2014).

Concernente à acessibilidade, com o interesse de criar um ambiente de inclusão para a comunidade acadêmica, obter reconhecimento social e atender a requisitos legais e normativos, sendo previstas, a título de exemplo, estão previstas a criação de rampas e adequação de instalações da Universidade (UFCG, 2014). Alinhado a isso, o Plano de Paisagismo, voltado especificamente para o campus de Campina Grande, cujo interstício se assemelha ao de Acessibilidade, pressupunha a implementação de novos e melhores *layouts* paisagísticos, criação de jardins temáticos, além de plantar 6 (seis) mil mudas de árvores e arbustos nas suas dependências (UFCG, 2014).

Ocupando-se do reuso da água, o respectivo plano avalia o desenvolvimento de metodologia e sistema de reaproveitamento de água para fins de jardinagem do campus I (Sede), esperando, entre outros benefícios, um reflexo financeiro positivo na conta da concessionária de água (UFCG, 2014). Em outra frente, o Plano de Alinhamento Socioambiental às Práticas de Tratamento de Resíduos Sólidos baliza-se em ações que proporcionam a limpeza do campus UFCG, elaboração de projeto, em parceria com a prefeitura local, para a coleta de resíduos, aquisição de equipamento para mecanizar a limpeza, expandir a coleta seletiva de resíduos sólidos, assim como prover os meios para instituir a reciclagem de lixo (UFCG, 2014).

No aspecto social, com o intuito de efetivar e ampliar sua atuação junto à sociedade, a UFCG lança mão de dois instrumentos: o Pré-Vestibular Solidário (PVS), um serviço oferecido à comunidade de maneira a preparar estudantes oriundos de Escolas Públicas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o futuro ingresso na Instituição, e o Projeto Rondon que, em parceria com o Ministério da Defesa e a participação voluntária de estudantes universitários, intervém em comunidades carentes com a intenção de contribuir para a busca do desenvolvimento sustentável e o bem-estar dessas populações (UFCG, 2014).

4.6 RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFCG (2017)

Desde 2003, a UFCG emite anualmente seu relatório de gestão acadêmica e administrativa, a fim de proporcionar uma maior transparência de seus processos, ações e execução orçamentária do Órgão. Até o momento de redação desta seção, não houve a disponibilização do relatório referente a 2018, motivo pelo qual aborda-se o documento que condensou as informações relativas ao ano de 2017.

A estrutura atual do relatório, além de discorrer introdutoriamente sobre o perfil da UFCG, percorre sete núcleos, apresentados nesta ordem pelo arquivo: visão geral, planejamento organizacional e resultados, governança, gestão de riscos e controles internos, áreas especiais da gestão, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis (UFCG, 2017).

De acordo com o documento, são quatro os macroprocessos existentes, isto é, as grandes funções desempenhadas pela Instituição e encarregadas de concentrar arranjos de atividades que gerem valor para o público e auxiliar a UFCG a cumprir sua missão (UFCG, 2017). O relatório aponta que em 2017 a Graduação e Programas de Apoio, a Pós-Graduação, a Pesquisa Científica e Inovação e a Extensão de Ações à Comunidade foram conduzidos de forma satisfatória, estando em sintonia com os objetivos estratégicos da organização, compilados no Programa Educação de Qualidade para Todos do Governo Federal (UFCG, 2017).

É dedicada também uma seção para apreciar a política ambiental da universidade que, por meio do Comitê de Sustentabilidade, tem contribuído para a efetivação do PDI, inclusive com a adesão do Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) à A3P (UFCG, 2017). Há o relato de condutas que colaboram para o aprimoramento da gestão ambiental na Instituição:

A UFCG, por meio, da Divisão de Materiais, bem implementando usualmente em seus processos licitatórios, seja na aquisição de bens (copos descartáveis, etc.), assim como na contratação de serviços (remanufaturamento de cartuchos, manutenção predial, etc.), as práticas e diretrizes para a promoção de desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. [...] Foram implementadas, pela Prefeitura Universitária, iniciativas para o uso racional da água, captação, armazenamento e utilização de água das chuvas em suas edificações. Tais ações diminuem a dependência da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. [...] A separação de resíduos recicláveis já é feita nas unidades acadêmicas e administrativas, cujo produto gerado é entregue a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, devidamente habilitada para recebe-los na preservação do meio ambiente (UFCG, 2017, p. 108).

O que se observa ao longo do documento é uma extensa demonstração dos números que envolvem a gestão orçamentária, dados funcionais, planos e ações, vinculação e aplicação de recursos, situação financeira, em uma espécie de prestação de contas à sociedade. O intuito é de ampliar a governança da Instituição, aumentando o valor percebido pelos diferentes públicos, à medida que se aplica a transparência que a legislação exige (UFCG, 2017).

Há uma série de outros documentos legais mereceriam ser objeto de ponderações nesta fase do diagnóstico organizacional, entretanto, optou-se por desconsiderá-los a fim de não atribuir ao trabalho um tom excessivamente legalista, preservando sua natureza pragmática. No entanto, os Planos de Logística Sustentável da UFCG e do próprio CES serão aludidos oportunamente na análise dos resultados.

4.7 A UFCG – ASPECTOS GERAIS (2019)

A UFCG foi criada pela Lei nº 10.419/02 (BRASIL, 2002), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, com a seguinte missão:

A Universidade Federal de Campina Grande tem por missão a sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (UFCG, 2014, p. 17-18).

A razão de ser da UFCG define claramente os valores perseguidos por ela, os quais coadunam a ideia de que o conhecimento científico deve estar alinhado com o contexto no qual se está inserido, sem desconectar do macro, haja vista que seu desempenho se dá em um mundo inteiramente globalizado. Nessa conjuntura, a UFCG corteja uma visão de futuro que:

Busca ser reconhecida como instituição pública *multicampi*, de excelência nacional e internacional em Ensino, Pesquisa e Extensão, consolidando a sua atuação de forma integrada com a sociedade e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com a promoção da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, da justiça social e da ética ambiental e profissional (UFCG, 2014, p. 20).

No sentido de efetivar sua missão e firmar as bases para assegurar sua visão, a entidade está presente em sete cidades do Estado da Paraíba. Inicialmente, em

2002, a UFCG já contava com uma estrutura *multicampi* (Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras), onde oito Centros se encarregavam de executar o ofício da Instituição (Figura 8) (UFCG, 2014). A partir de 2006, a adesão da UFCG ao Programa de Expansão do MEC permitiu a criação do campus de Cuité, ou Centro de Educação e Saúde (CES), do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), em Pombal, no ano de 2008, e do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), na cidade de Sumé, já em 2009 (UFCG, 2014).

Figura 8 – Centros da UFCG.



Fonte: UFCG (2019).

Outros números da UFCG dão conta de que a universidade dispõe de 11 centros de ensino, 2 hospitais universitários, 1 hospital veterinário, 3 museus, 77 cursos de graduação, 47 programas de pós-graduação – sendo 35 mestrados e 12 doutorados –, 15.369 graduandos e 2.490 pós-graduandos, dos quais 1625 participam de programas de mestrado e outros 865 são doutorandos (UFCG, 2019a). São ofertadas 4.805 vagas no vestibular, por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU) (UFCG, 2019a). Além disso, 1.667 docentes e 1.428 técnico-administrativos compõem o quadro funcional da UFCG, o que nos dá uma dimensão da importância deste equipamento público e o coloca como referência acadêmica em ensino, pesquisa e extensão (Tabela 2) (UFCG, 2019a).

Tabela 2 – Dados do Período Letivo 2019.2 – Universidade Federal de Campina Grande.

CENTRO	Campus	Alunos Matriculados	Professores	Ingressantes
CCT – Centro de Ciências e Tecnologia	Campina Grande	1.256	257	91
CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	Campina Grande	1.035	165	142
CH – Centro de Humanidades	Campina Grande	2.418	242	505
CEEI – Centro de Engenharia Elétrica e Informática	Campina Grande	1.597	161	221
CTRN – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais	Campina Grande	1.011	187	126
CFP – Centro de Formação de Professores	Cajazeiras	2.029	172	235
CCJS – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais	Sousa	1.356	76	46
CSTR – Centro de Saúde e Tecnologia Rural	Patos	1.208	121	170
CES – Centro de Educação e Saúde	Cuité	1.727	127	128
CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido	Sumé	766	82	1
CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar	Pombal	966	77	157
TOTAL		15.369	1.667	1.822

Fonte: UFCG (2019a).

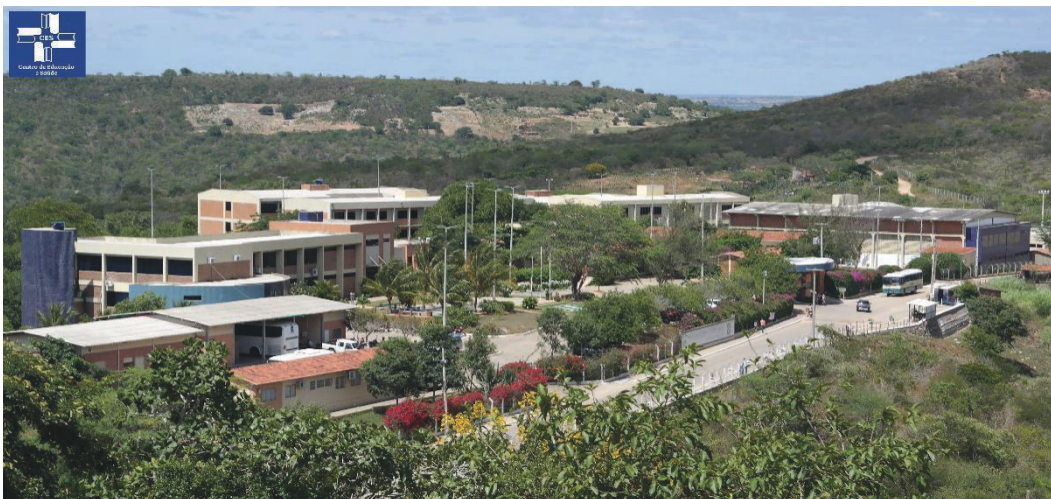
A Tabela 2 mostra a distribuição de alunos matriculados e a lotação funcional dos professores entre os campi da UFCG. No tocante a estes últimos, a UFCG tem o total de 1.667 docentes efetivos, 257 deles estão lotados no CCT. Com 2.418 alunos, o CH é o maior Centro da UFCG, neste quesito; o Centro de Formação de Professores, com 2.029 matrículas ativas, se destaca por ser ter o maior contingente de alunos em um campus fora de sede; Cuité aparece logo em seguida, com 1.727 discentes. É justamente o Centro de Educação e Saúde (CES) o tema da próxima seção.

4.8 CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE (CES)

O Estatuto da UFCG, em seu art. 4º, § 3º, já previa que a universidade poderia “implantar outros campi universitários para tornar mais efetiva sua atuação no desenvolvimento regional” (UFCG, 2004, p. 13). E assim o fez, iniciando seu processo

de expansão, tendo Cuité, com seu Centro de Educação e Saúde, como cidade pioneira desta iniciativa (Figura 9).

Figura 9 – Campus do CES.



Fonte: CES (UFCG, 2019a).

Informações disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Cuité (2019) nos revelam que o município está localizado a 235km da capital João Pessoa, na mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental, com risco de seca, e seu principal acesso é via BR 104. Diz, ainda, que a população estimada em 2016 era de 20.337 habitantes, sua área territorial percorre 741,8 Km², perfazendo uma densidade demográfica de 26,93 hab/Km.

O Centro de Educação e Saúde da UFCG está localizado no acesso Prof^a Maria Anita Furtado Coelho, Sítio Olho D'água da Bica, a 2 Km do centro de Cuité, possuindo uma área de 80 hectares, ou 86 hectares se somadas as áreas do Horto Florestal e da Residência Universitária (CES, 2016). À época da sua criação, em 2006, o CES dispunha de quatro cursos de graduação, as Licenciaturas em Biologia, Química, Matemática e Física, diurno e noturno; em 2008, juntam-se ao grupo os cursos de Enfermagem (diurno) e Farmácia (diurno); e, completando a grade, em 2009, tem início o curso de Nutrição (diurno) (UFCG, 2014).

Atualmente o campus é composto por quatro Unidades Acadêmicas (UA) – Biologia e Química (UABQ), Física e Matemática (UAFM), Saúde (UAS) e Enfermagem (UAENFE) –, encarregadas de guiar sete cursos de graduação, divididos entre três bacharelados e quatro licenciaturas, e um Mestrado Acadêmico em Ciências Naturais e Biotecnologia (UFCG, 2019a).

Com treze anos de atuação, o CES é referência na sua área de atuação, sendo um dos onze Centros da UFCG, o que faz do campus o segundo maior fora de sede em número de alunos matriculados (1.727) e professores (127), tomando por base dados da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) da UFCG para o segundo semestre de 2019. Conta também com o apoio de 46 servidores técnico-administrativos em seu quadro funcional, incumbidos de assessorar administrativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro (UFCG, 2019a). Vale ressaltar que, como as Licenciaturas registram ingressantes basicamente apenas no início do ano (2019.1), salvo algumas exceções, optou-se por preencher a Tabela 3 com tais dados. As demais informações referem-se ao período letivo 2019.2. Passemos para a análise das questões abordadas pela A3P no tocante aos seus desdobramentos no CES.

Tabela 3 – Quantitativo de Aluno e Docentes dos Cursos de Graduação do Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG.

Curso	Modalidade	Unidade Acadêmica	Alunos Matriculados	Ingressantes	Professores
Ciências Biológicas ⁽¹⁾	Licenciatura	UABQ	244	51	28
Química ⁽¹⁾	Licenciatura	UABQ	188	61	
Farmácia	Bacharelado	UAS	404	52	39
Nutrição	Bacharelado	UAS	342	46	
Física ⁽¹⁾	Licenciatura	UAFM	148	67	35
Matemática ⁽¹⁾	Licenciatura	UAFM	153	60	
Enfermagem	Bacharelado	UAENFE	248	30	25
TOTAL			1.727	366	127

(1) Somatório dos Cursos Diurno e Noturno

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações repassadas pelas Coordenações dos Cursos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A contar deste ponto, procede-se com a análise dos resultados obtidos mediante a aplicação do formulário da A3P (Anexo B), extraído do Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (BRASIL, 2017a). Diferentemente do que foi observado na literatura correlata, cujos formulários eram direcionados apenas aos gestores das Instituições, a presente pesquisa apresenta a análise dos resultados dividida em duas etapas distintas, mas que se completam.

O primeiro ciclo diz respeito à sistemática encontrada nos trabalhos de natureza semelhante, onde o formulário é aplicado junto ao Prefeito Setorial, Nutricionista do Restaurante Universitário, Chefes do Almoxarifado, Patrimônio, Divisão de Materiais e Setor de Licitações, Diretor do campus e um Professor coordenador de um projeto local, de forma a captar informações sobre a real situação do CES, identificando evidências que auxiliem na elaboração do diagnóstico da universidade, segundo passo da metodologia da cartilha da A3P, e um dos objetivos específicos desta pesquisa.

Em um segundo momento, o estudo se dedica a traçar um perfil dos respondentes - servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes - em relação à visão que eles têm no tocante às práticas desenvolvidas no âmbito da gestão socioambiental. Busca-se, com isso, comparar o que acontece no CES e a percepção dos que vivenciam essa realidade.

5.1 A A3P NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

5.1.1 Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

São oito questões que fazem parte do primeiro eixo da A3P:

- q1 – A universidade verifica mensalmente o consumo de água?
- q2 – A universidade verifica mensalmente o consumo de energia?
- q3 – A universidade verifica mensalmente o consumo de papel?
- q4 – A universidade verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis?
- q5 – A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de água?

- q6 – A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de energia?
- q7 – A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de papel?
- q8 – A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis?

5.1.1.1 Eixo Temático 1 - Evidências Observadas

A partir de informações repassadas pelo Prefeito Setorial, constatou-se que o CES não verifica nem possui nenhum equipamento para mensurar o **consumo mensal de água (q1)** em suas dependências. Vale salientar que o campus não é abastecido pela estatal responsável pelo fornecimento de água no Estado da Paraíba – a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). De acordo com o Plano de Logística Sustentável da UFCG, documento que está em vias de aprovação pelo Colegiado Pleno, o CES disponibiliza a água “por gravidade, proveniente de um olho d’água do Horto Florestal da Universidade (Figura 10), que é usada para a irrigação de todas as plantas no centro, para a limpeza geral, para o abastecimento da população local e para a lavanderia comunitária” (UFCG, 2019a). O sistema de irrigação presente no CES não dispõe de automação, competindo aos próprios jardineiros o controle manual da vazão da água.

Figura 10 – Olho D’água do Horto Florestal do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Em relação à Residência Universitária, em condições normais, o CES assegura o abastecimento de água por meio de um bombeamento submerso, ligado a uma mangueira, que abastece a cisterna do local, com capacidade para 80 mil litros. Em seguida, o líquido é distribuído para as caixas d'água das residências masculina e feminina. A retirada da água acontece em um outro ponto do Horto Florestal, mediante uma cacimba recentemente descoberta por funcionários terceirizados. Ao contrário do que ocorre na estrutura central do campus, mensura-se a quantidade de água utilizada para este fim.

Há cerca de quatro meses, após ser constatado uma avaria na bomba, o que inviabilizou seu funcionamento, a Direção do CES passou a atuar em parceria com a Prefeitura Municipal de Cuité, que se comprometeu a suprir a demanda de água daquela localidade, sem custos para a universidade. Os gastos mensais giram em torno de 244 mil litros, ou, levando em consideração o número total de residentes (112), a média de consumo individual é de 2.178 litros/mês, 72,6 litros/dia. Para efeito de comparação, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), unidade ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2017 a média de consumo diária do brasileiro ficou em 153,6 l/hab.dia e a do cidadão paraibano em 116,3 l/hab.dia (MDR, 2019).

As práticas relatadas que colaboram para a **redução do consumo de água (q5)** são basicamente três:

- I. Aproveitamento de água resultante da atividade de aparelhos de ar condicionado nos Blocos de Aula (G e I), destinada à irrigação de jardins e áreas verdes do entorno daqueles prédios;
- II. Afixar cartazes em ambientes estratégicos de maior circulação de pessoas; e
- III. Ações pontuais de conscientização em eventos, oficinas, debates, rodas de conversa e assembleias.

O argumento da ação I é poupar de modo imediato uma maior captação de água do olho d'água, o que realmente se comprova, haja vista áreas que totalizam cerca de 1.500 m² serem autossuficientes em irrigação. Contudo, não há indicadores que meçam a quantidade de m³ de água aproveitada ou economizada no transcorrer do tempo, tampouco o impacto efetivo das II e III ações no público-alvo.

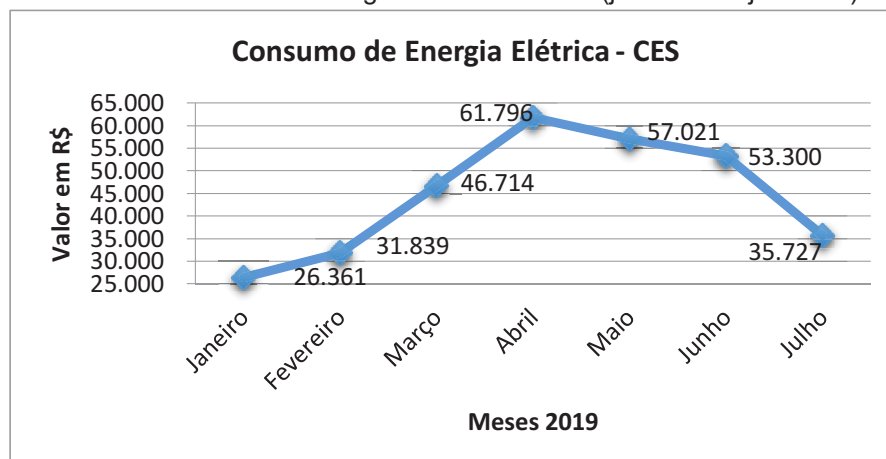
Em fase de elaboração, o Plano de Logística Sustentável do CES, braço do PLS da UFCG voltado exclusivamente ao diagnóstico e às necessidades do campus, contribui com algumas propostas em termos de otimização da utilização da água (UFCG, 2019a):

- I. Aproveitar o rejeito dos dessalinizadores para uso nas descargas dos banheiros;
- II. Destinar água das cisternas do CES ao Restaurante Universitário, em detrimento da água mineral comprada para o preparo e cozimento de alimentos; e
- III. Substituir as torneiras comuns por torneiras com temporizador.

Ademais, o PLS da UFCG aponta algumas ações exitosas desenvolvidas pelo Órgão passíveis de serem replicadas, entre estas, destacam-se: a reestruturação do sistema de abastecimento de água que reduziu sensivelmente o desperdício de água no campus Sede e a implantação de equipamentos de controle de vazão e sistema de monitoramento de consumo de água por meio de sensores;

No tocante à verificação do **consumo mensal de energia elétrica (q2)**, antes concentradas na sede da UFCG, em Campina Grande, as faturas com os devidos valores derivados da utilização deste serviço passaram a chegar ao campus a partir de janeiro de 2019, quando, em uma mudança de fluxo processual, coube, desde então, ao Prefeito Setorial do CES a função de atestar a nota fiscal. Desta forma, até a análise dos dados desta pesquisa, foi possível o registro do consumo de janeiro a julho do corrente ano (Gráfico 2).

Gráfico 2 –Consumo de Energia Elétrica do CES (jan./2019 a jul./2019).



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Considerando o período letivo 2019.1, que teve início na segunda semana de março e encerramento na primeira metade de julho, percebe-se claramente uma oscilação intensa entre os meses que concentram, mesmo que parcialmente, o calendário acadêmico, com maiores níveis de consumo, tendo como pico o mês de abril (R\$ 61.796,74), e os demais, que constituem intervalos de recesso ou férias acadêmicas, visto que as contas se estabilizaram abaixo ou próximas de R\$ 30.000,00.

Essas significativas **reduções no consumo de energia (q6)** nos meses de recesso ou férias acadêmicas, além de serem justificadas pela diminuição do uso das salas de aulas e dos ambientes administrativos, devem-se, também, ao procedimento de suspender as atividades noturnas no complexo esportivo e não ativar a iluminação externa em áreas tidas como não essenciais, preservando as demais, a exemplo da guarita principal. Há, portanto, um racionamento da energia elétrica em ambientes internos e externos.

Outro fator que promete gerar impacto na conta de luz do campus, desta feita permanente, é a substituição das lâmpadas fluorescentes convencionais pelas de LED. Com investimento inicial de R\$ 14.000,00, a iniciativa começou no final de 2017 quando os Blocos G e I (salas de aula) e a Residência Universitária foram os primeiros contemplados. Mais recentemente, os Blocos A, B, D, Restaurante Universitário e Administrativo também receberam nova iluminação. A expectativa é que em até um ano todas as lâmpadas do CES sejam trocadas pelas de tecnologia LED.

Os efeitos esperados são: melhoria na qualidade da iluminação, economia dos gastos com energia elétrica em até 70%, diminuição da sensação de calor nos ambientes, redução na geração de resíduos perigosos, visto que as lâmpadas de LED têm uma vida útil prolongada e não contêm metais pesados em sua composição, facilitação de reciclagem, entre outros. A questão do descarte das lâmpadas substituídas e inservíveis será tratada mais à frente.

A matriz de abastecimento energético encontrada no CES é exclusivamente elétrica, e em muito se relaciona com os resultados da investigação procedida pelo PLS da UFCG, ou seja, as práticas para uso responsável de energia ainda são incipientes, sobretudo pelo uso ineficiente de equipamentos condicionadores de ar. Por outro lado, a descontinuidade das lâmpadas convencionais pode dar uma guinada na busca pela sustentabilidade energética, dadas as condições financeiras atuais do campus. O PLS da UFCG enfatiza a necessidade de estudos acerca da viabilidade de

diversificação da matriz energética da UFCG, de maneira a trilhar o caminho por fontes sustentáveis de geração de energia (UFCG, 2019a).

Quanto ao **consumo mensal de papel (q3)**, mais um fator investigado pelo formulário, o CES mantém o controle do consumo deste item desde a sua fundação, em 2006. Os pedidos são realizados pelos diversos setores do CES, denominados setores requisitantes, desde que autorizados pelas respectivas chefias, cabendo ao Almojarifado a tarefa de analisar o conteúdo dos requerimentos e proceder com a liberação da(s) resma(s).

O Gráfico 3 apresenta a série de dados referente ao consumo de papel (em resmas) no CES/UFCG durante o período de janeiro de 2017 a junho de 2019. Constatou-se um consumo médio mensal de 48,6 resmas durante o período considerado. Em 2017 a média foi de 40 resmas, aumentando significativamente para 59 resmas em 2018 enquanto que a média dos seis meses de 2019 foi de 44,8 resmas. Verificou-se ainda um aumento da ordem de 48% entre os anos de 2017 (479 resmas) e 2018 (711 resmas) e quando comparado o primeiro semestre de 2019 com o de 2018 observou-se uma redução de 21,0%.

Gráfico 3 – Consumo de papel (em resmas) pelo CES/UFCG durante o período de janeiro de 2017 a junho de 2019 por trimestre



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os meses de recesso acadêmico costumam ser menos intensos em demanda por papel, enquanto que nos períodos letivos os pedidos se intensificam, tanto para as atividades de aula quanto para as atribuições administrativas. Observa-se, ainda, que não há uma sequência lógica ou tendência ao longo do tempo, variando de acordo com as circunstâncias. Um dado que chama a atenção diz respeito ao fato que, apesar

de ser concebido para, entre outras finalidades, reduzir o consumo de papel, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implementado no CES desde o segundo semestre de 2017, não significou uma diminuição durante os meses seguintes (UFCG, 2019b).

A situação levantada pelo PLS da UFCG aponta algumas incorreções que precisam passar por reavaliação procedimental na Instituição, a exemplo da utilização de papel comum para ações ordinárias, presença de blocos de anotações em todos os setores dos centros pesquisados e as necessidades de revisão de cláusulas contratuais sobre a validade do produto e modelos de compra e distribuição (UFCG, 2019a).

Após a realização do diagnóstico, a equipe do PLS estipulou metas para alcançar um nível aceitável de consumo de papel na UFCG, quais sejam (UFCG, 2019a):

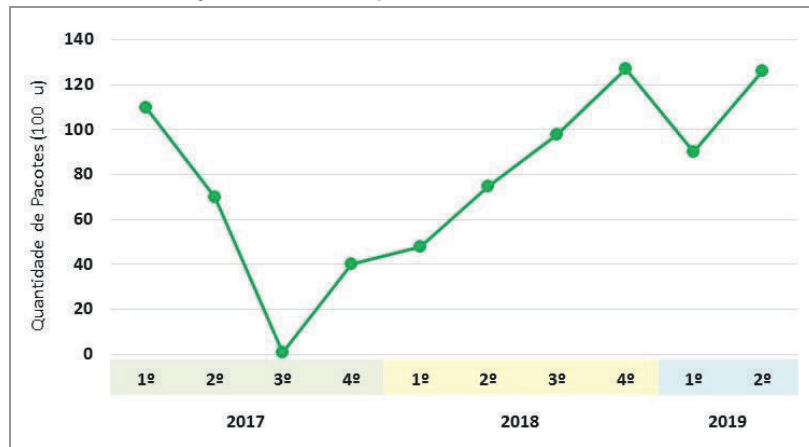
- a) Construir um documento padrão para a implementação de novos procedimentos para fornecimento de papel e estabelecer limites e variáveis de controle;
- b) Implementar na política de aquisição de papel, além da variável preço, uma variável de priorização para os papéis reciclados; e
- c) Implementar uma política de incentivo à sustentabilidade nas práticas organizacionais visando à redução do uso de papel, impressões, implantação de ilhas de impressão e outros aspectos.

No que tange às práticas orientadas para a **redução do consumo de papel (q7)** no CES, o representante do Almoxarifado indicou que as conversas pontuais com os demandantes, com o propósito de investigar a pertinência e a relevância dos pedidos, são as únicas atitudes constatadas em direção a conscientizar ou reduzir as saídas do material. Além disso, alguns servidores, por iniciativa própria, reutilizam papel de rascunho como bloco de notas. Não foi identificada qualquer outra ação por parte dos demais setores ou da Direção.

O panorama do **consumo mensal de copos descartáveis (q4)** se assemelha ao do item anterior. Sob os cuidados do Almoxarifado, o CES detém os registros do consumo deste material desde a sua fundação. O procedimento para fazer a solicitação segue a mesma tônica do constatado para o fluxo de papel, e a responsabilidade para despachar acerca dos pedidos recai sobre o chefe do setor.

A média de consumo de copos descartáveis (em pacotes com 100 unidades) durante o período pesquisado foi de 26,2, sendo que a média de 2017 foi de 18,4, aumentando substancialmente em 2018 para 29 pacotes mensais. Entre 2017 e 2018, verificou-se um aumento de 57%. Quando comparado com o 1º semestre dos anos seguintes, esse aumento alcançou 76% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Consumo de copos descartáveis (pacotes de 100u) pelo CES/UFMG durante o período de janeiro de 2017 a junho de 2019 por trimestre



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Da mesma maneira que foi verificada no caso dos papéis, a situação aqui analisada varia em determinados momentos. Isto é, em época de parada acadêmica o consumo cai consideravelmente, por outro lado, a extremidade oposta ocorre nos meses em que são realizados eventos na universidade. A título de informação, não houve registro de saída de copos descartáveis nos meses de julho e agosto de 2017 devido à indisponibilidade do material em estoque.

Com vistas a **reduzir o consumo de copos descartáveis (q8)**, cabe o adendo de que a Chefia do Almojarifado estuda a viabilidade de, juntamente com a Direção do CES, substituir gradativamente estes objetos plásticos por canecas e copos de material durável ou deixar de adquiri-los. Para tanto, a argumentação é de que o PDI da UFGM, em seu Plano de Sustentabilidade, prevê tal possibilidade. Todavia, a ideia ainda está em estágio embrionário e carece de um planejamento robusto alinhado à questão da conscientização do uso responsável, ou da própria descontinuidade destes utensílios, setor a setor (Figura 11).

Figura 11 – Cartaz da Campanha de Uso Consciente de Materiais Plásticos do CES.



Fonte: CES (2019).

Nessa perspectiva, ao examinar o cenário da Instituição, constatou o uso excessivo de copos descartáveis e a existência de atitudes de incentivo à adoção de itens individuais não descartáveis (UFCG, 2019a), o que coaduna, em parte, com o caso testemunhado no CES. O texto cita como metas a redução da compra de copos descartáveis em 50%, mas não menciona prazo, e a implementação de ações de incentivo à utilização de copos/canecas/garrafas permanentes de cunho pessoal e à extinção do uso de canudos plásticos (UFCG, 2019a). Seguindo esta linha, o CES, em consonância com o apelo mundial ao redor do tema, também se manifesta em favor da redução do uso de material descartável (CES, 2019a).

Os resultados deste eixo, de maneira parcial, vão ao encontro do que foi percebido nos estudos de Gondim (2017) e Freitas, Borget e Pfitscher (2011), pois constata que, à exceção da água utilizada no campus, há o monitoramento do uso de energia elétrica, papel e copo descartável, todavia, as ações de melhoria dirigidas à redução do consumo são incipientes. Exatamente o oposto do que Viegas e Cabral (2014) encontraram em outra Universidade, em que o único item verificado é a água. Por outro lado, Kruger et al. (2011) vivenciaram uma experiência diferente, na qual a IFES preenchia integralmente os requisitos exigidos pela A3P.

Em estudo *multicampi*, Araújo, Freitas e Rocha (2017), identificaram várias realidades dentro do mesmo Órgão, por exemplo, enquanto um campus cumpria à risca as práticas sustentáveis relacionadas à água, outros ainda se viam usando sistemas hidráulicos antigos; ao passo que alguns campi têm ações orientadas para a redução do consumo de papéis e copos, outros nada fazem. Os respectivos

impactos nos recursos financeiros acompanham as práticas desenvolvidas pelas entidades.

Dias (2014) verificou que, por meio do programa “AGUAPURA”, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) havia reduzido em 36% a conta de água, o que representou uma economia mensal de R\$ 200.000,00; com o programa “POUPELUZ”, aquela instituição alcançou metas estabelecidas pelo Governo Federal em época de crise energética; e o projeto “Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos na EAUFBA”, impulsionaram uma redução de 75% no consumo de papéis e copos descartáveis, tendo como consequência, também, a redução de custos nestes segmentos.

5.1.2 Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

O segundo eixo da metodologia concebida pela A3P examina a questão ligada à gestão adequada dos resíduos gerados, composta por cinco questões:

- q9 – A universidade separa os resíduos sólidos recicláveis?
- q10 – A universidade separa resíduos perigosos?
- q11 – A universidade descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros?
- q12 – A universidade realiza a compostagem de resíduos orgânicos?
- q13 – A universidade adota alguma prática para redução do material de expediente?

5.1.2.1 Eixo Temático 2 – Evidências Observadas

O primeiro questionamento faz menção à **separação de resíduos sólidos recicláveis (q9)** (papel, papelão, plástico, metal e vidro). A sistemática obedece a dois ciclos distintos: a coleta dos resíduos gerados pelos andantes e a oriunda das atividades acadêmicas e administrativas. Nessa sequência, foi identificado que o CES realiza a separação dos resíduos em conformidade com a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001. São disponibilizados por todo o perímetro do campus 20 conjuntos como os da Figura 12, para o recolhimento de vidro (verde), metal

(amarelo), papel/papelão (azul) e plástico (vermelho), além de outros 3 coletores comuns no complexo esportivo, a fim de recolher os resíduos gerados pelos transeuntes.

Figura 12 – Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Não obstante o cuidado em assegurar a separação dos resíduos, o CES cumpre apenas metade do processo, por assim dizer. A etapa de destinação final ocorre de maneira imprópria e rudimentar. O material é recolhido pela Prefeitura Municipal de Cuité periodicamente em caminhões comuns, onde o lixo é misturado, e conduzido à área de despejo (lixão convencional), sem que haja qualquer reaproveitamento.

Já coleta de resíduos sólidos provenientes das atividades acadêmicas e administrativas segue um modelo um pouco diferente. Quanto aos plásticos, metais e vidro, o relato sugere que a universidade não os produz com frequência, mas, quando acontece, tem o mesmo destino do fluxo descrito anteriormente. Já no caso de papéis e papelões, eles são armazenados em local adequado e, assim que atingem um determinado nível de acúmulo, a Prefeitura Setorial Universitária contacta um catador que os recolhe e se encarrega da reciclagem. Não há registro da quantidade de resíduos sólidos recicláveis gerada para nenhum dos itens abordados.

Com relação à **separação de resíduos perigosos (q10)**, cuja situação enseja mais esmero e trato no seu manuseio, de maneira geral o CES não detém uma estrutura adequada para o descarte de tais itens, tão somente os armazena. As lâmpadas fluorescentes substituídas são acondicionadas em caixas de madeira

construídas para este fim e os resíduos gerados pelos laboratórios em bombonas (galões de plástico). Em ambos os casos, os materiais permanecem no campus, em ambientes específicos, sem previsão para destinação a organizações especializadas neste tipo de coleta.

Dos objetos verificados, o quadro que inspira mais atenção é o da separação e descarte de materiais de informática - cartuchos, *toners*, baterias e demais insumos de tecnologia –, os quais concentram em sua composição metais pesados e que, quando não armazenados pelo setor competente (Gerência de Tecnologia da Informação), tomam o mesmo destino dos resíduos sólidos recicláveis, seguindo para descarte no lixo comum. Da mesma maneira que fora percebido nos itens anteriores, não há controle da quantidade resíduos produzida.

Em 2017, o CES promoveu uma campanha na cidade com o objetivo de recolher fármacos com prazo de validade vencido e encampar uma iniciativa pelo descarte correto, mas o projeto não teve o andamento necessário, os itens recebidos encontram-se armazenados em um cômodo à espera de uma solução. Também à época, foi montado o Comitê Gestor de Laboratórios do CES, que chegou a contar com 16 membros, entre professores e técnico-administrativos, com a missão de elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para o campus.

O Comitê chegou a se reunir inúmeras vezes como forma de discutir a situação da Instituição, identificar pontos de intervenção, traçar estratégias de melhoria e propor soluções pontuais e gerais, fundamentando-se em um planejamento integrado envolvendo diversos atores da universidade. Foram elencadas 13 iniciativas fundamentais no Plano de Ação, com especificação de prazos de início e término, pessoas responsáveis, recursos necessários, além de como e o que deveria ser feito para viabilizar a ação:

1. Criação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;
2. Implementação, construção/adequação e inauguração do almoxarifado para reagentes do CES;
3. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os técnicos de laboratórios e discentes;
4. Promoção de visita de servidores da Medicina do Trabalho da UFCG ao CES;
5. Criação do plano de gerenciamento dos reagentes dos laboratórios;
6. Elaboração do Regimento do Comitê;

7. Normatização do uso dos laboratórios;
8. Contratação de empresa de gerenciamento de resíduos sólidos;
9. Instalação de chuveiros lava-olhos;
10. Contratação de um Químico para ser o responsável pelo almoxarifado de reagentes;
11. Criação do plano de gerenciamento dos materiais permanentes dos laboratórios;
12. Criação do plano de gerenciamento das vidrarias dos laboratórios; e
13. Implementação do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 – participação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis para o CES.

Contudo, desde junho de 2018 as reuniões cessaram e a delineação do diagnóstico estagnou. Muito se deve a isso ao fato da remoção de uma funcionária que liderava informalmente o grupo e que passou a trabalhar em Campina Grande, como também outras atribuições laborais dos membros se sobrepuseram às do grupo, visto que não havia dedicação exclusiva, tratando-se, portanto, de um projeto desempenhado paralelamente.

O CES, a exemplo da tônica constatada até o momento para o gerenciamento de resíduos, tanto recicláveis quanto perigosos, no tocante ao **descarte de bens inservíveis como equipamentos eletroeletrônicos e de sala de aula (q11)**, nunca houve o desfazimento deste tipo de material (bens permanentes/tombados). Ou seja, quando o item perde sua utilidade, ele é encaminhado para um depósito nas dependências do CES e lá permanece no aguardo de uma destinação definitiva, mas não há plano ou proposta alterar esse ciclo.

Identificou-se que o fato de não existirem, na redondeza, cooperativas especializadas na captação e processamento dos diferentes tipos de resíduos pesa maciçamente para a constatação do cenário atual. Na ausência destas, os gestores da Instituição vislumbram firmar parcerias e convênios com organizações sediadas em outros municípios, sobretudo em Campina Grande, porém a questão logística, devido à distância entre as localidades, dificulta o avanço de projetos.

Já o cenário para a **realização de compostagem de resíduos orgânicos (q12)** mostra-se o oposto do encontrado até aqui. O CES, por intermédio do “Projeto de Reflorestamento do Olho D’água da Bica”, coordenado pelo Curso de Ciências

Biológicas, reaproveita parte do material orgânico vegetal proveniente do Restaurante Universitário (RU) para ações de reflorestamento e adubação dos jardins da universidade. A produção diária deste tipo de resíduo no RU do CES representa o montante de 41 Kg, a depender do fluxo de comensais. Em estudo recente, Macedo (2019) concluiu que há um elevado percentual de sobras no local, o que enseja ações sistêmicas de racionalização e gerenciamento de resíduos em harmonia com a execução de práticas sustentáveis e a promoção da conscientização por parte dos usuários quanto ao desperdício de alimentos.

O projeto supramencionado ganhou força a partir da instalação da casa de compostagem/estufa agrícola ocorrida em abril de 2016, que permitiu o preparo de compostos e substratos orgânicos em maior escala (Figura 13) (CES, 2016). Em um primeiro momento, o novo equipamento foi utilizado para a semeadura de 100 sementes de Pau-Brasil, que, após período de acondicionamento e catalogação, foram conduzidas para plantio no em áreas do campus e do Horto Florestal, destacando-se também o cultivo de Jatobá, Craibeira, Umbu, Mulungu, Jucá, Barriguda, Angico, Tambor, Pereiro e Cumaru (CES, 2016).

Figura 13 – Área de Compostagem e Estufa Agrícola do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Atualmente denominado “Horto Florestal Olho D’água da Bica CES/UFMG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade”, o programa conseguiu alcançar nos sete primeiros meses de 2019 a produção de 150 Kg de húmus de minhoca (vermicompostagem) e cerca de 2,5 m³ de composto orgânico (compostagem). Ademais, o grupo de pesquisadores e voluntários cultivou 750 mudas de espécies nativas (Barriguda, Catingueira, Mulungu, Sabiá, Ipê-roxo, Jucá, Craibeira

e Angico), das quais 250 mudas foram introduzidas no Horto Florestal e as demais ou permanecem na casa de vegetação ou foram doadas ao poder público e à população em geral.

Continuando, não houve a constatação de plano, ações ou **práticas direcionadas à redução da utilização de materiais de expediente (q13)** do Órgão. A única verificação que acontece diz respeito ao quantitativo total suficiente para suprir a necessidade anual frente às exigências inerentes ao desempenho das rotinas administrativas e acadêmicas. Há alguns anos, a UFCG passou a adquirir estes materiais valendo-se do compartilhamento de compras, o que proporcionou economia processual, de tempo e de recursos, mas não em relação ao quantitativo dos itens.

Ainda em fase preliminar, o PLS do CES também considera a temática do gerenciamento adequado de resíduos. Uma das ações propostas no âmbito da coleta seletiva é a adoção de sacos plásticos nas cores das lixeiras que recebem os elementos descartados, a fim de evitar a mistura dos materiais quando retirados dos coletores (UFCG, 2019a). O plano, todavia, na etapa atual, ainda não cita questões envolvendo o descarte dos resíduos.

Enquanto isso, o PLS da UFCG diagnosticou que o Órgão não dispõe de um Plano de gestão Integrada de resíduos Sólidos, há pouca divulgação dos procedimentos legais, além de faltar capacidade técnica (UFCG, 2019a). Como modelo de práticas a serem observadas pelos demais Centros, o Plano enumera ações exitosas desenvolvidas pelo Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) (UFCG, 2019a, p. 74):

- a) Espaço exibidor do circuito Tela Verde do Ministério do Meio Ambiente e do Planeta Doc;
- b) Envolvimento de alunos, técnicos e professores de diversos cursos em formulações de metodologias e pesquisas para o gerenciamento integrado de resíduos;
- c) Sistema Disque-Coleta (2101-1188), canal de comunicação, esclarecimentos para descartes doações e coletas para catadores e educação ambiental para ações sustentáveis no campus Sede e no município de Campina Grande;
- d) Distribuição de caixas coletoras nos espaços do campus Sede para o acondicionamento de papel, de mudas de árvores, composto orgânico,

folhetos educativos e coletores de óleo nos espaços dos coretos do *Campus Sede*; e

- e) Ações da SEMEA nos coretos do campus Sede para divulgação da coleta seletiva e compostagem na UFCG, biblioteca aberta, coleta de óleo de cozinha usado.

O Plano faz menção a projetos de extensão voltados para a recuperação física e biológica de resíduos sólidos e induz que seja iniciada ou fortalecida a parceria com cooperativas de catadores, que os novos contratos prevejam a obrigatoriedade da logística reversa, também a implantação de fato da coleta seletiva, elaborar o Plano de Resíduos da UFCG, etc. (UFCG, 2019a).

Oportunizando as experiências pesquisadas por Gondim (2017) e Freitas, Borget e Pfitscher (2011), as IFES não dispunham integralmente de coletores conforme a Resolução CONAMA nº 275 – o oposto do CES – como também não destinava os resíduos de maneira correta, fato que se assemelha aos resultados aqui debatidos. Em ambos os casos, há o reaproveitamento dos resíduos orgânicos gerados pelos Restaurantes Universitários. Já Viegas e Cabral (2014) se depararam com um ambiente em que os resíduos (perigosos) gerados por um Hospital Veterinário seguiam o processo correto, mas os demais careciam de correções.

Araújo, Freitas e Rocha (2017) visualizaram em uma IFES *multicampi* diversas ambiguidades entre seus centros, mas notaram algo em comum: a falta de manejo dos resíduos de saúde nos campi em que estão instalados cursos desta área, além da inexistência de contratos com empresas coletoras de resíduos perigosos. Tal constatação também foi evidenciada pelo PLS da UFCG, inclusive, uma das metas dispostas no plano de ação trata da celebração de contratos nesta seara visando mitigar ou eliminar o imbróglio.

Kruger *et al.* (2011) encontraram um outro cenário na IFES averiguada: destinação adequada dos resíduos gerados, inclusive com a existência de uma central de resíduos e coleta seletiva integral. Em outra frente, Dias (2014) constatou três projetos - Usina Experimental de Compostagem da UFBA, Recicle UFBA e Campanha E-lixo: doando e ajudando – que, aplicados em conjunto com os atores organizacionais, contribuíram para que a UFBA atingisse uma gestão adequada dos resíduos sólidos.

5.1.3 Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Apenas uma pergunta integra o terceiro eixo do formulário:

- Q14 – A universidade promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos sobre questões ambientais?

5.1.3.1 Eixo Temático 3 - Evidências Observadas

As ações relacionadas ao tema se notabilizam em eventos acadêmicos, abertos ao público, oferecidos pela universidade, como a oficina Produção e Plantio de Mudanças de Árvores Nativas da Caatinga do Município de Cuité-PB, coordenada por um professor da Instituição. Outrossim, desde o ano de 2015, o programa “Horto Florestal Olho D’água da Bica CES/UFCG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade” promove capacitação de alunos, alguns funcionários do campus e a comunidade em geral (UFCG, 2019a).

As iniciativas do programa visam ao repovoamento vegetal das áreas degradadas do Horto Florestal do CES, o reconhecimento de espécies arbóreas nativas e espécies exóticas, bem como seus desdobramentos para a conservação da Caatinga. Busca-se, ainda, ampliar os métodos de armazenamento de sementes para a produção de mudas de espécies nativas e oferecer oficinas e minicursos na área (UFCG, 2019a). Nas outras vertentes não foram detectadas ações de capacitação sobre questões ambientais, compreendendo uma área com potencial de atuação por parte da universidade.

Como se pode notar, as ações são muito incipientes e com impacto mínimo nos técnico-administrativos e professores e alunos que não pertencem ao Curso de Ciências Biológicas. Esta quase ausência de medidas lideradas pela Administração coaduna com o perfil da IFES descrito por Freitas, Borget e Pfitscher (2011), mas é antagonizada pela IFES estudada por Kruger *et al.* (2011) e pelos campi VII e IX da pesquisa de Araújo, Freitas e Rocha (2017), quando da realização de campanhas de conscientização para redução do consumo de água, energia, copos descartáveis papel e de proteção ao meio ambiente.

O “Recycle UFBA” é o carro-chefe da Universidade para conduzir iniciativas de sensibilização e capacitação dos stakeholders, disseminando as ideias do programa em eventos e seminários institucionais, com o objetivo de fazer despertar

na comunidade acadêmica o senso de responsabilidade ambiental (DIAS, 2014). No CCM/UFPB nada era feito com os atores internos e externos, apesar dos gestores terem se animado com a ideia de promover práticas na esfera da sensibilização socioambiental (GONDIM, 2017).

5.1.4 Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo

O quarto eixo proposto pela A3P aborda a qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo. Corresponde ao segundo maior em número de questionamentos (13):

- q15 – A universidade realiza projetos de educação ambiental?
- q16 – A universidade promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental?
- q17 – A universidade tem bicicletário?
- q18 – Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados?
- q19 – A universidade tem rampas de acesso ou elevador para deficientes?
- q20 – A universidade tem equipamentos de adequados a portadores de necessidades especiais?
- q21 – A universidade possui equipamentos de proteção nas escadas?
- q22 – A universidade possui uma horta?
- q23 – A horta é utilizada nas refeições?
- q24 – A universidade compra alimentos orgânicos?
- q25 – A universidade compra alimentos da agricultura familiar?
- q26 – A universidade tem pomar?
- q27 – A universidade tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros?)

5.1.4.1 Eixo Temático 4 – Evidências Observadas

Antes de mais nada, inicia-se este bloco lembrando que o PLS da UFCG tem como metas nesta área a implementação de calendário de capacitação em educação ambiental e o incentivo à universalização da temática da sustentabilidade ambiental, como componente obrigatório curricular, nos cursos de graduação da Instituição

(UFCEG, 2019a). No que concerne à **realização de projetos de educação ambiental (q15) e eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental (q16)**, aqui, mais uma vez, vale mencionar o programa “Horto Florestal Olho D’água da Bica CES/UFCEG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade”, o qual, além das atitudes já relatadas, desenvolve atividades junto à comunidade sobre educação ambiental relacionadas à identificação, cultivo e plantio de árvores nativas (UFCEG, 2019a).

Ao longo de sua trajetória, os números auferidos pelo programa, que atualmente se estende pelos municípios circunvizinhos (Nova Floresta-PB, Picuí-PB e Jaçanã-RN), dão conta da recuperação de 5% da área de vegetação do Horto Florestal e produção de mais de 10 m³ de composto para cultivo de mudas. No período mais recente de vigência do projeto, janeiro a julho de 2019, foram realizadas 30 ecotrilhas no Olho D’água da Bica, com as participações da Escola Técnica Estadual de Cuité, do Instituto Federal da Paraíba (Picuí – PB) e de 10 escolas da educação básica da Paraíba e Rio Grande do Norte, somando 946 visitantes. As mudas cultivadas na Casa de Vegetação são utilizadas, também, em projetos de recuperação de áreas e arborização urbana nas cidades de Campina Grande – PB, João Pessoa – PB, Baraúna – PB e São Bento do Trairi – RN.

Comemora-se anualmente com evento no CES o Dia Nacional da Caatinga, com ciclo de atividades que se ocupa da realização de palestras, concursos culturais e exposições, despertando a sociedade para a importância da educação ambiental quanto ao respeito à vegetação nativa do Bioma Caatinga. Outro projeto bastante difundido no campus e na cidade de Cuité prevê a arrecadação de garrafas PET para construção do Espaço de Práticas Integrativas do CES. A campanha lançada em dezembro de 2018 vem sendo realizada em parceria com comerciantes locais, bares, restaurantes, pizzarias e espetinhos da cidade, que funcionam como pontos de coleta dos recipientes (Figura 14).

Figura 14 – Cartaz da Campanha de Arrecadação de Garrafas PET.



Fonte: Site do CES (2019).

Ao todo, o planejamento interno estima recolher cerca de 23 mil garrafas PET, de um ou dois litros, para viabilizar a construção de cinco ambientes, tipo “ocas”, a fim de abrigar diversas atividades curriculares e extracurriculares. Com essa iniciativa, o CES espera gerar uma consciência ambiental não só na comunidade acadêmica, mas em toda a população adjacente. Esta experiência também será abordada no sexto eixo do formulário da A3P.

No que se refere ao CES **possuir bicicletário (q17)** em suas dependências, confirmou-se que o campus dispõe deste equipamento (Figura 15). O dispositivo se localiza entre o Restaurante Universitário e o complexo esportivo, e tem capacidade para comportar o mínimo de 8 bicicletas. Apesar deste número parecer insuficiente em comparação com o número de alunos, por exemplo, o utensílio permanece grande parte do tempo vazio, sem utilização. As causas podem estar ligadas a algumas circunstâncias: inexistência de campanhas que incentivem a mobilidade por meio de bicicletas, localização pouco estratégica e a geografia espacial em que está assentado o campus, onde o único acesso disponível percorre uma ladeira de inclinação bastante acentuada.

Figura 15 – Bicletário do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Constatou-se que os **equipamentos de esporte e lazer do CES (q18)** apresentam bom estado de preservação, além de serem constantemente utilizados. O complexo esportivo dispõe de uma área de 3.218,59 m², mais 1.186,23 m² do ginásio poliesportivo, totalizando 4.404,82 m² de espaço destinado ao esporte e lazer da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. A estrutura conta com uma academia ao ar livre, uma quadra de tênis, um campo de futebol *society*, duas quadras de areia e uma pista para caminhada de cerca de 400 m. No ginásio poliesportivo, as principais modalidades praticadas são o futsal, vôlei, basquete e tênis de mesa.

Com relação ao espectro acessibilidade, **o CES tem rampas de acesso, mas não possui elevadores (q19)**. Todas as rampas catalogadas nesta pesquisa foram desenvolvidas pela equipe de manutenção interna do CES, formada por funcionários terceirizados (Figura 16). Somada a área de circulação do campus e todos os acessos aos blocos, seja administrativo, de aulas, de professores e de laboratórios, há um total de 25 rampas, 11 das quais sem sinalização e 1 destas sem corrimão de apoio. Destaca-se que o PLS da UFCG indicou em seu plano de ação a necessidade de se elaborar uma política de acessibilidade específica para cada campus, assim como adequar 100% dos espaços da UFCG às normas de acessibilidade (UFCG, 2019a).

Figura 16 – Rampa de Acesso em Frente à Biblioteca do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Quanto à inexistência de elevadores ou rampas dentro dos blocos, a previsão para a disponibilização destes equipamentos deveria constar nos respectivos projetos de construção, o que não aconteceu. Como resultado disso, setores administrativos já precisaram ser realocados, saindo do primeiro andar para o térreo, em virtude da falta de elevador. Por outro lado, analisando a oferta de aulas, nenhum relato de queixa chegou até os gestores.

No tocante à oportunização de **equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais (q20)**, o CES tem estacionamentos privativos – 5 ao todo – posicionados estrategicamente pelo campus, corrimões de segurança presentes nas áreas de passeio e nas escadas dentro dos blocos, e computadores com tela e caracteres ampliados direcionados ao usuário que tem deficiência parcial da visão. Em contrapartida, apesar de já ter acontecido de alunos procurarem por livros em braille, a Biblioteca do CES não os detém nem desfruta de ferramenta que assegure o atendimento desta demanda. Não tratando de equipamento em si, mas de assistência a pessoas com necessidades especiais, um Intérprete de Libras compõe atualmente o quadro de funcionários técnico-administrativos do CES, auxiliando a Instituição nesse âmbito.

Verifica-se que o CES atende moderadamente aos critérios de acessibilidade, havendo muito a evoluir. Ao contrário do cenário que foi identificado por Freitas, Borget e Pfitscher (2011), Kruger et al. (2011) e Viegas e Cabral (2014), onde as Instituições analisadas correspondiam a todas as exigências de acessibilidade, inclusive, neste último trabalho, com a disponibilização absoluta de elevadores e a adaptação de

construções antigas às exigências modernas. Gondim (2017) detectou que o Centro de Ciências Médicas (CCM) da UFPB dispunha de rampas de acesso, vagas exclusivas em estacionamentos, banheiros adaptados, mobiliários ergonômicos, mas não foi relatada a presença de elevadores, indicadores praticamente idênticos aos do CES.

Para dar apoio às pessoas que circulam nos diferentes blocos, como dito no parágrafo anterior, o CES **possui equipamentos (corrimões) de proteção nas escadas (q21)** dos seus prédios. Relativamente ao questionamento de haver **horta (q22)** e **pomar (q26)** controlados pela universidade, mesmo que o PLS do CES sugira uma produção própria, levando em consideração a autossuficiência de água para irrigação, a produção de adubo orgânico e a estrutura da estufa, não há nenhum indicativo de que sistemática será posta em prática em um futuro próximo.

Partindo para a questão que investiga a **compra de alimentos orgânicos (q24)**, os gestores afirmam não optarem por esta alternativa nos processos licitatórios devido aos custos dos itens, visto que são sensivelmente mais elevados que os tradicionais. A fim de compensar esta ausência e fomentar o consumo de artigos orgânicos, desde o início de 2019, às quartas-feiras, agricultores locais comercializam sua produção na área do Centro de Convivência do CES. Entre, os produtos comercializados, evidenciam-se os vegetais (frutas, legumes e verduras), mel, grãos, cereais e etc. (Figura 17).

Figura 17 – Comércio de Produtos Orgânicos no CES.



Fonte: CES (2019).

De outro modo, quanto à **compra de alimentos provenientes da agricultura familiar (q25)**, pela primeira vez desde a sua fundação, o CES, mediante a Dispensa

de Licitação/Chamada Pública nº 01/2019, procedeu com a aquisição de hortifrutigranjeiros e polpa de frutas oriundos exclusivamente deste segmento de agricultores. O valor total autorizado na compra foi de R\$ 107.009,52, os quais serão distribuídos entre três cooperativas situadas em Picuí – PB, Campina Grande – PB e Jaçanã – RN.

Para finalizar o bloco de perguntas referente ao eixo temático que trata da qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo, procura-se saber **se o CES mantém criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros) (q27)** em suas dependências. A resposta é não. A negativa se deve aos custos envolvidos na manutenção de área destinada a este fim, de funcionários a insumos diversos, como também não guarda consonância com os anseios do campus e poderia encontrar resistência em parcela da comunidade acadêmica. Para finalizar este bloco, devido às ações e à estrutura que estimula a interação social, o PLS da UFCG cita o CES como caso de sucesso no âmbito da qualidade de vida (UFCG, 2019a).

5.1.5 Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

O quinto eixo proposto pela A3P trata das construções, reformas e ampliações sustentáveis no âmbito do CES/UFCG, com abordagem de 14 perguntas:

- q28 – A universidade faz uso de fonte alternativa de energia renovável?
- q29 – A universidade possui aquecedor solar?
- q30 – A universidade tem estrutura para captação e uso de água da chuva?
Essa estrutura está em uso?
- q31 – A universidade está ligada à rede pública de saneamento?
- q32 – As salas de aula têm janelas para ventilar?
- q33 – As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural?
- q34 – As salas de aula têm janelas, mas não são usadas, por serem climatizadas?
- q35 – As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?
- q36 – O mobiliário da universidade é de madeira certificada?
- q37 – A universidade faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado?

- q38 – A universidade possui jardim?
- Q39 – Existe praça ou parque próximo da universidade?

5.1.5.1 Eixo Temático 5 – Evidências Observadas

Os dois primeiros questionamentos do quinto bloco examinam **se o CES faz uso de fonte alternativa de energia renovável (q28)** e **se possui aquecedor solar (29)**. A começar pelo último, a própria conjuntura climática em que se encontra a universidade, por si só, dispensa o uso desta tecnologia, sendo, desta forma, inócua dada a realidade vivida. Os gestores sequer cogitam a possibilidade de adquirir o maquinário.

Embora o CES esteja situado em uma região de clima predominantemente seco, de baixo índice pluviométrico, o qual, salvo os períodos de chuvas isoladas, o sol reina quase que o ano inteiro, o campus utiliza exclusivamente a matriz elétrica como fonte de energia. Os custos elevados para a implantação de sistema de energia solar fotovoltaica e a ausência de pessoal qualificado para fazer um estudo sobre a viabilidade desta alternativa emperram as discussões em torno do assunto.

Vale salientar que um empreendimento dessa envergadura, na visão dos gestores, deveria partir da sede da UFCG, que dispõe de corpo técnico especializado e em número suficiente para se debruçar sobre o tema. Inclusive, o PLS da UFCG considera a possibilidade de estudar a viabilidade de implantação de uma matriz energética sustentável, inspirada na miniusina piloto de produção fotovoltaica existente no campus de Pombal (UFCG, 2019a).

No que tange à **estrutura para captação e uso da água de chuva e se ela está em uso (q30)**, o CES conserva em suas dependências uma cisterna com capacidade de armazenamento para 120 mil litros. O sistema de captação de água pluvial se concentra na cobertura de três edificações: centro de convivência e blocos G e I. Após o processo de absorção, a água passa por filtragem, ou seja, tratamento químico periódico, até se tornar própria para o consumo humano, então, é distribuída para os bebedouros do campus. Consoante o PLS do CES e os gestores locais, essa técnica garante a autossuficiência do abastecimento de água potável para a comunidade acadêmica (UFCG, 2019a).

Assim como o município inteiro de Cuité, **as unidades do Centro de Educação e Saúde** (campus, Horto Florestal, Residência Universitária e Museu do

Homem do Curimataú) **não são ligadas à rede pública de saneamento (q31)**. Não há rede pública de saneamento na localidade, de forma que os dejetos são despejados em fossas, parte sépticas e parte rudimentares comuns. Cada bloco dispõe de um local específico para recolhimento da matéria, e há uma fossa séptica maior que faz a coleta dos prédios do Laboratório de Análises Clínicas, Restaurante Universitário, Biotério e Setor de Obras.

Evidenciou-se que todas as salas de aula do CES **são equipadas com janelas para ventilar (q32)**, os “janelões” tomam conta praticamente de metade da superfície de uma das paredes em cada sala. Com relação à **utilização da iluminação natural de forma eficiente (q33)**, as janelas não possuem persianas, cortinas ou dispositivos semelhantes, apenas películas redutoras de claridade, assim, a regra é usar a luz natural em detrimento da artificial. As exceções ocorrem devido às oscilações climáticas externas e/ou à utilização de equipamentos eletrônicos, que demandam espaços com luminosidade controlada (Figura 18).

Figura 18 – Estrutura da Sala de Aula do CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

As **janelas permanecem a imensa maioria do tempo fechadas em razão das salas de aula serem climatizadas (q34)**. Em cada dependência, dois aparelhos condicionadores de ar ficam responsáveis por regular a temperatura dos ambientes. Entende-se que, nesse quesito, a estrutura atual é suficiente para corresponder às expectativas do público. Há no corpo de funcionários terceirizados um técnico encarregado de fazer manutenções corretivas e preventivas, a fim de minimizar incorreções no funcionamento dos equipamentos. Já a estrutura predial das salas de aula obedece a um modelo convencional de construção, **não havendo qualquer**

proteção específica contra ruídos externos (q35). Quando em aula, até mesmo por causa da utilização dos condicionadores de ar, a porta da sala permanece fechada, sendo o único meio de isolamento entre os sons internos e externos.

Acerca da **madeira utilizada no mobiliário do CES (q36)**, até então, as licitações não exigiam que a mesma fosse expressamente de origem certificada. Porém, no Pregão Eletrônico nº 02/2018 (aquisição de material permanente) houve uma mudança de paradigma, pois o CES passou a ordenar que a aquisição de itens de madeira (mobiliário) só seria aceita se o fabricante estivesse regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, sob a administração do IBAMA, conforme previsto no artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente). Não foi constatado outro tipo de certificação exigido nos certames procedidos pelo CES.

O CES, mesmo que timidamente, **pratica o uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q37)**, sobretudo para fins de ornamentação do campus, a exemplo de pneus velhos que são reaproveitados em canteiros (Figuras 19a e 19b). Portanto, configura uma área a ser explorada, até mesmo porque, como foi explanado no segundo eixo, o CES não se desfaz de determinados tipos de materiais passíveis de serem reutilizados, como mobília e equipamentos de sala de aula. O CES também faz a utilização, em canteiros e praças, de madeira proveniente de Algarobeiras, mediante o corte dessa espécie presente no Horto Florestal. A extração só é permitida haja vista não ser árvore nativa, ter comportamento invasor, impedir o crescimento de outras espécies ao redor e reter muita água na sua estrutura.

Figura 19a – Reutilização de pneus no CES



Fonte: Acervo do Autor (2019).

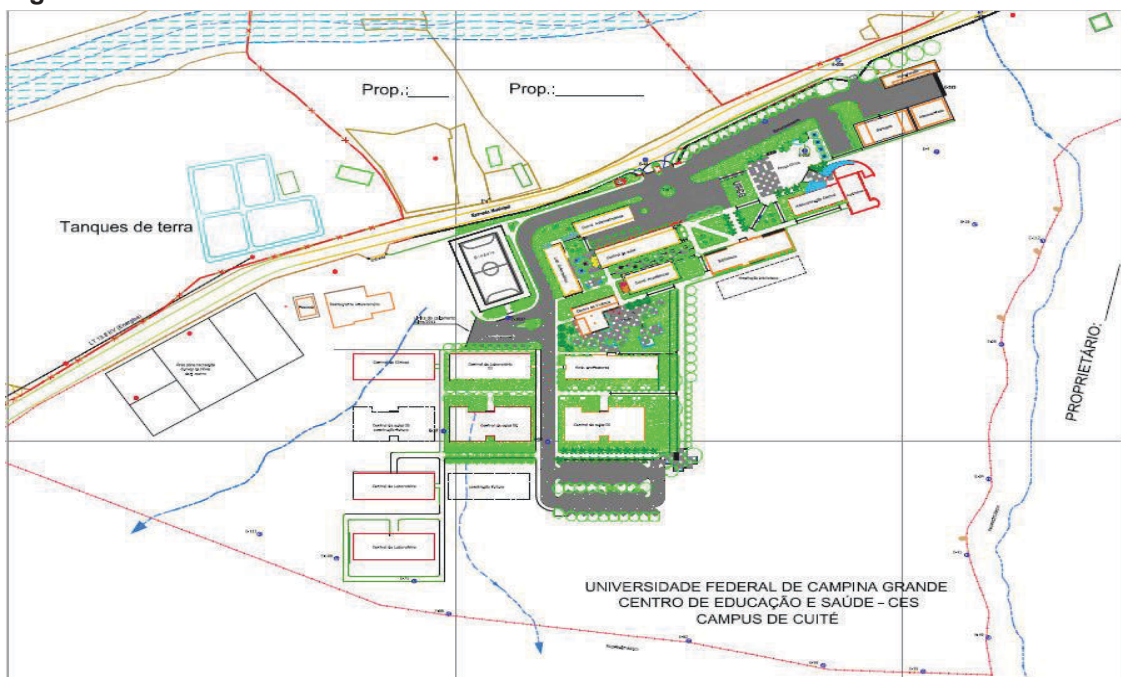
Figura 19b – Reutilização de pneus no CES.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

O campus tem uma área de 101.696,94 m² e, em si, é **repleto de jardins e zonas verdes (q38)**. Além disso, é cercado por vegetação nativa do Bioma Caatinga. Entretanto, não se tem um dado oficial parte da Instituição quanto à dimensão dos seus jardins, tampouco o número total de plantas e árvores existentes dentro do perímetro. Para se ter uma ideia, a área pintada de verde na Figura 20 representa árvores e jardins do CES neste levantamento atualizado até 2011, não tendo grandes alterações em relação à situação atual.

Figura 20 – Planimétrico do CES.



Fonte: UFCG (2019).

Sem citar toda a diversidade existente no entorno do CES, graças à preservação da mata nativa, tanto pelo Poder Público quanto por particulares, as espécies de árvore mais comuns constatadas dentro da área do campus são: Mulungu, Casuarina, Ipê-rosa, Ipê-roxo, Ipê-amarelo, Mororó, *Flamboyant*, Cuité, Goiabeira, Limoeiro, Umbuzeiro, Nim Indiano, Baraúna, Craibeira, Angico, Aroeira-da-praia, Munguba, Barriguda, Jatobá, entre outras.

No que se refere à **existência de praça ou parque próximo do CES (q39)**, como o campus fica a cerca de 2 Km do centro da cidade, considerou-se nesta análise apenas os espaços pertencentes à Instituição. Dentro da sua própria área, quando considerado o Horto Florestal, há o Olho D'água da Bica, um espaço aberto à visitação do público em geral, objeto de pesquisa e investigação, principalmente por alunos e

docentes do Curso de Ciências Biológicas, que comporta também o maior teatro ao ar livre do Estado, onde ocorre um espetáculo cultural anualmente, atraindo turistas não só da Paraíba, mas de outras áreas do território nacional. Todos os cuidados são tomados para que não haja impacto, ou que estes sejam mínimos, no local do evento.

As praças, com diferentes utilidades, estão dispersas pelo campus, são 3 no total: Praça da Didinha, utilizada especialmente para fotos de placa de formatura devido à localização estratégica e à paisagem à sua volta, Praça com Redário (Figura 21a), uma estação convidativa para descanso entre as aulas, e a Praça Jardins Terapêuticos (Figura 21b), um ambiente concebido para acomodar diversos tipos de atividades, como práticas integrativas, meditação, *slackline*, podologia, entre outras.

Figura 21a – Praça do CES (Redário).



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Figura 21b – Praça do CES (Jardins Terapêuticos).



Fonte: Acervo do Autor (2019).

5.1.6 Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis

Para o último eixo o formulário prevê apenas um questionamento:

- q40 – A universidade realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis?

5.1.6.1 Eixo Temático 6 - Evidências observadas

A questão da **realização de licitações para compra de produtos ou contratação de serviços e obras sustentáveis (q40)** é algo recente na realidade do CES. A compra das lâmpadas de LED foi um indicativo de mudança de estilo no tocante às aquisições do Órgão. Mas somente no fim de 2018, a partir do Pregão Eletrônico nº 02/2018, passou-se a observar critérios de sustentabilidade,

formalmente, constante nos editais. Para tanto, a Divisão de Materiais vem utilizando um manual de compras públicas sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União (AGU), a fim de conferir segurança jurídica ao procedimento. O Quadro 8 apresenta um resumo dos editais produzidos (finalizados e não finalizados) que adotam critérios de sustentabilidade nos seus textos.

Quadro 8 –Licitações do CES com Critérios de Sustentabilidade.

Pregão Eletrônico	Tipo de Produto/Item	Valor Total (R\$)	Critério de Sustentabilidade Ambiental
PE 02/2018	Mobiliário, Aparelhos Elétricos, Eletrodomésticos e Equipamentos de Informática	1.448.100,94	<ol style="list-style-type: none"> 1. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos das Portarias INMETRO n.º 410, n.º 577 e n.º 20. 2. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981
PE 08/2018	Material de Informática	183.192,44	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. 2. Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; 3. Bens acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; 4. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); 5. Produtos cadastrados nas Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme regulamenta a Instrução Normativa 11/2018. (INCLUSÃO)
PE 10/2019	Gêneros Alimentícios	21.620,00	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. 2. Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; 3. Bens acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
PE 03/2019		509.201,68	
PE 05/2019	Água Mineral	17.539,44	<p>> Todos dos PE 10/2019 e 03/2019 +</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
PE 06/2019	Material Laboratorial	Pregão não Finalizado	> Todos dos PE 10/2019, 03/2019 e 05/2019
PE 07/2019	Utensílios Domésticos	Pregão não Finalizado	> Todos dos PE 10/2019, 03/2019 e 05/2019
PE 08/2019	Material Laboratorial	Pregão não Finalizado	> Todos dos PE 10/2019, 03/2019 e 05/2019

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Foi evidenciado que o CES, conforme acontecia com as licitações para compra de produtos até o final de 2018, ainda não realiza contratação de obras e serviços utilizando critérios sustentáveis. Os principais motivos citados são os custos e a própria legislação que dificulta a opção por uma contratação nestes moldes, visto que geralmente é mais cara, fato também relatado nas pesquisas de Freitas, Borget e Pfitscher (2011) e Kruger *et al.* (2011). Na contramão do que foi identificado por Viegas e Cabral (2014), que perceberam na IFES o movimento pró-contratação de obras e serviços com respeito aos padrões de sustentabilidade, mas não para a aquisição de produtos. Gondim (2017) relata que, para as três facetas mencionadas, o CCM/UFPB se preocupava apenas em determinar padrões sustentáveis de consumo de energia, ignorando outros aspectos.

Essa perspectiva não homogênea também foi sentida por Araújo, Freitas e Rocha (2017), no sentido de que pode haver diferentes realidades dentro da mesma Instituição, onde alguns setores adotam critérios de sustentabilidade e outros ignoram. Conjuntura igualmente narrada por Dias (2014) quando apurou que um sistema interno de patrimônio da UFBA constituía o principal empecilho quanto à adoção de práticas totalmente sustentáveis nas suas licitações, por não contemplar informações sobre a natureza de sustentabilidade dos materiais cadastrados.

Nesta mesma linha, mas valendo-se de uma abordagem teórica, Cogo, Oliveira e Tesser (2012) apontaram que o caminho para a construção de um modelo factível de aquisição sustentável esbarra nas dificuldades operacionais e no rigor das exigências legais da Administração Pública para com ela mesma. Portanto, este processo deve passar adequadamente pelas fases de “planejamento, comunicação, treinamento e motivação para que haja participação efetiva de todos os funcionários envolvidos” (PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014, p. 13).

Ademais, a insuficiência de normas que definam critérios objetivos sobre esse tipo de aquisição e a pouca oferta de empresas no mercado, o que limita a concorrência e, a depender do objeto, leva ao risco de não haver fornecedores ou, se estes existirem, não demonstrarem interesse no certame, também impactam negativamente. Ante estas dificuldades, o CES inovou e está ele mesmo desenvolvendo uma obra sustentável (Figura 22).

Figura 22 – Obra Sustentável do CES em Construção.



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Com seu corpo de funcionários terceirizados para obras e reparos, o CES iniciou um projeto para construção do Espaço de Práticas Integrativas. O objetivo, além do ganho financeiro, com a economia de recursos, e ambiental, com o recolhimento e utilização responsável de cerca de 23 mil garrafas PET, é gerar uma consciência ambiental em toda a população. O novo espaço, constituído de cinco “ocas”, receberá inúmeras atividades que auxiliarão na prevenção de doenças e recuperação da saúde, por meio de uma escuta acolhedora e métodos terapêuticos, integrando a universidade e *stakeholders* internos e externos. Pretende-se desenvolver ações no campo da reflexologia, terapia comunitária, meditação, dança circular, hipnoterapia, práticas de estímulo ao autocuidado, etc. (UFCEG, 2019a).

5.2 A PERCEPÇÃO DE ALUNOS CONCLUINTES, PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS ACERCA DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CES

Inicia-se nesta seção uma abordagem sobre a percepção de três públicos da comunidade acadêmica do CES quanto aos eixos e critérios versados pelo Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas, e tem como objetivo mensurar a assimilação de alunos concluintes, professores e técnico-administrativos relativamente à realidade percebida no tocante à gestão socioambiental desenvolvida no CES.

Para tanto, percorreram-se os seis eixos praticados pela A3P (Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, Gestão Adequada dos Resíduos Gerados,

Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis e Contratações Públicas Sustentáveis), para as três categorias de respondentes.

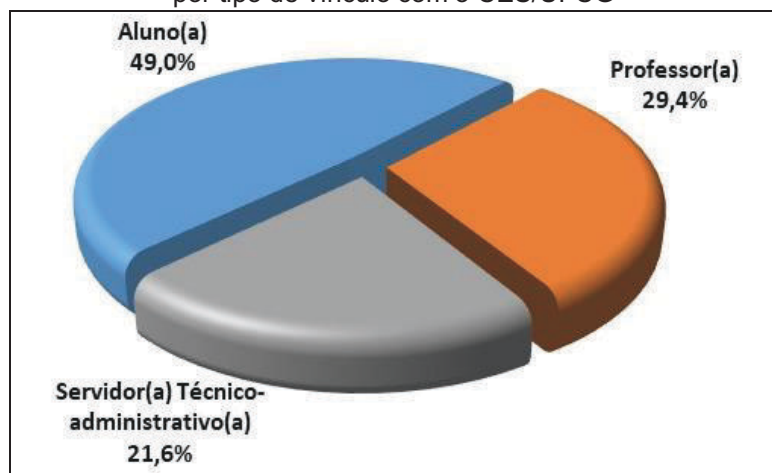
Ao final de cada segmento, será apresentada uma compilação seus resultados, a fim de facilitar a compreensão e permitir uma melhor visualização por parte do leitor. Nesse sentido, decidiu-se classificar as tendências das respostas em três classes: “concordância”, “discordância” e “indiferença” (nem concorda e nem discorda). Após a exposição da totalidade das análises, com o propósito de verificar semelhanças, disparidades e evidências de maior expressividade entre os grupos de respondentes (alunos concluintes, professores e técnicos), apresenta-se um quadro comparativo dos resultados obtidos. Inicialmente, traça-se um perfil sintetizado dos sujeitos da pesquisa, no intuito de conhecer alguns de seus aspectos.

5.2.1 Perfil dos Respondentes

Este bloco é composto por sete questões, as quais abordam temas que caracteriza o tipo de vínculo que o respondente tem com o CES, idade, sexo, grau de instrução, tempo de vínculo, o curso que o aluno encontra-se matriculado, destinada apenas para alunos concluintes, e a Unidade Acadêmica a qual está vinculado(a) o(a) professor(a), exclusiva para este segmento.

Participaram desta pesquisa 204 indivíduos, caracterizados da seguinte forma: 100 alunos concluintes dos sete cursos de graduação do CES (49,0%); 60 professores efetivos (29,4%, distribuídos em quatro Unidades Acadêmica) e 44 técnico-administrativos (21,6%), excluindo-se o Prefeito Setorial do campus, por ter colaborado majoritariamente em fase distinta a essa, além do autor da pesquisa (Gráfico 5).

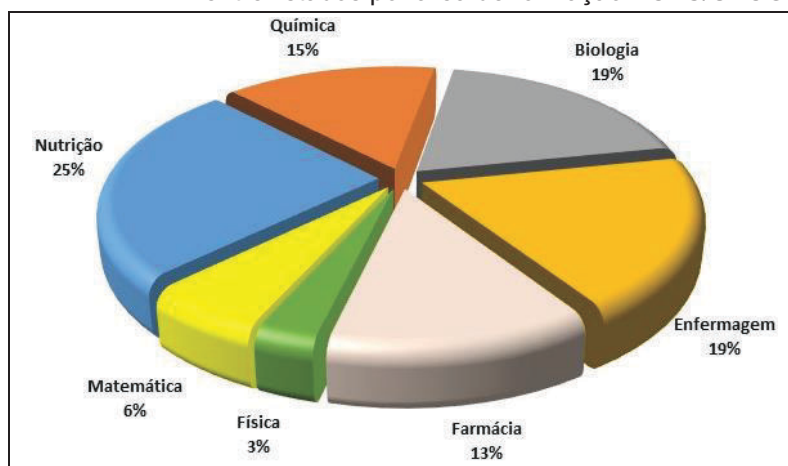
Gráfico 5 – Distribuição percentual do número de entrevistados por tipo de vínculo com o CES/UFMG



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

No que se refere à categoria dos alunos concluintes no período de coleta dos dados (2019.1), foram distribuídos de acordo com suas áreas de formação, predominantemente no Curso de Nutrição (25%), seguido dos cursos de Biologia e Enfermagem, ambos com o mesmo percentual de 19,0% (Gráfico 6).

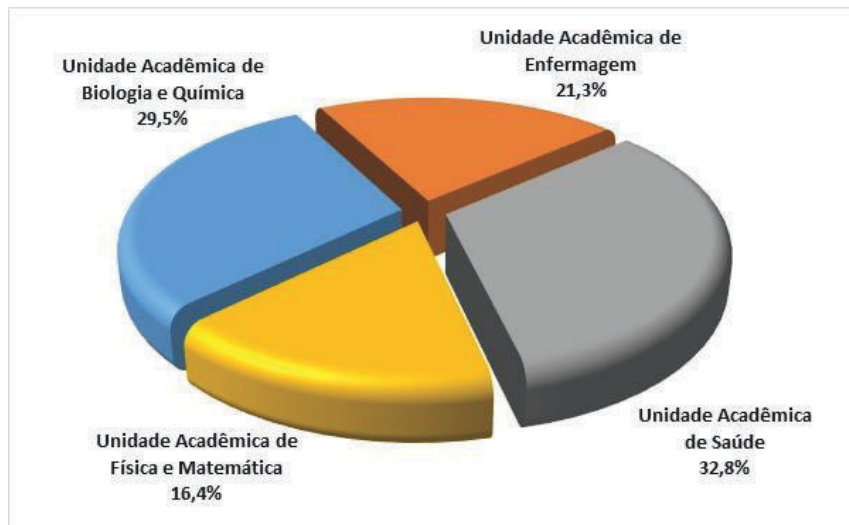
Gráfico 6 – Distribuição percentual do número de alunos entrevistados por área de formação - CES/UFMG



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Dos 127 professores efetivos que compõem o quadro de profissionais de ensino do CES, 60 retornaram o formulário, obtendo uma taxa de resposta de 47,2%. Os professores da Unidade Acadêmica de Saúde, que abrange os cursos de Farmácia e Nutrição, corresponderam a 32,8%, enquanto os da Unidade Acadêmica de Física e Matemática em menor proporção (16,4%) dentre as quatro Unidades (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Distribuição percentual do número de professores entrevistados por Unidade Acadêmica - CES/UFCG



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A Tabela 4 apresenta o perfil dos entrevistados quanto ao sexo, faixa etária (anos), grau de instrução e tempo de vínculo com o CES/UFCG, segundo o tipo de vínculo. Observou-se, independentemente do tipo de vínculo, a maior participação de entrevistados do sexo feminino (57,4%), também predominante para os vínculos de aluno(a) e professora(a), com os percentuais de 64,0% e 53,3%, respectivamente, enquanto na categoria dos servidores técnicos a predominância foi do sexo masculino (52,3%).

Com relação à idade, constatou-se de um modo geral, que a maioria (50,5%) dos entrevistados estão inseridos na faixa etária de 20 a 29 anos. No entanto, quando analisados de forma isolada, observou-se que a grande maioria (90%) dos alunos está inserida na faixa etária de 20 a 29 anos, 70% dos professores possuem idade entre 35 a 49 anos e a maioria (52,3%) dos servidores técnicos administrativos está inserida na faixa etária de 25 a 34 anos.

No tocante ao grau de instrução dos participantes da pesquisa, observou-se que, independente do vínculo com o CES/UFCG, um pouco menos da metade (48%) possuem superior incompleto. Na categoria dos professores, 80% possuem doutorado e em menor proporção, 18,3% possuem Mestrado. Metade (50,0%) dos servidores técnico-administrativos possuem Mestrado ou Superior Completo.

Tabela 4 – Variáveis consideradas no perfil dos entrevistados segundo o tipo de vínculo com o CES/UFCG

Variáveis	Tipo de vínculo						Total Geral	
	Aluno(a)		Professor(a)		Servidor(a) Técnico-administrativo(a)			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo								
Feminino	64	64,0	32	53,3	21	47,7	117	57,4
Masculino	36	36,0	28	46,7	23	52,3	87	42,6
Total	100	100,0	60	100,0	44	100,0	204	100,0
Faixa Etária (Anos)								
20 a 24	63	63,0	–	–	3	6,8	66	32,4
25 a 29	27	27,0	1	1,7	9	20,5	37	18,1
30 a 34	8	8,0	10	16,7	14	31,8	32	15,7
35 a 39	2	2,0	19	31,7	5	11,4	26	12,7
40 a 49	–	–	23	38,3	7	15,9	30	14,7
50ou mais	–	–	7	11,7	6	13,6	13	6,4
Total	100	100,0	60	100,0	44	100,0	204	100,0
Grau de Instrução								
Pós-graduação	1	1,0	1	1,7	16	36,4	18	8,8
Doutorado	–	–	48	80,0	–	–	48	23,5
Mestrado	–	–	11	18,3	13	29,5	24	11,8
Superior completo	4	4,0	–	–	9	20,5	13	6,4
Superior incompleto	94,0	94,0	–	–	4	9,1	98	48,0
Ensino médio completo	1	1,0	–	–	2	4,5	3	1,5
Total Geral	100	100,0	60	100,0	44	100,0	204	100,0
Tempo de vínculo com o CES/UFCG								
Menos de 1 ano	1	1,0	1	1,7	4	9,1	6	2,9
De 1 a 2 anos	–	–	4	6,7	12	27,3	16	7,8
De 2 a 3 anos	1	1,0	1	1,7	5	11,4	7	3,4
De 3 a 4 anos	24	24,0	3	5,0	1	2,3	28	13,7
De 4 a 5 anos	51	51,0	4	6,7	1	2,3	56	27,5
De 5 a 6 anos	16	16,0	3	5,0	4	9,1	23	11,3
Mais de 6 anos	7	7,0	44	73,3	17	38,6	68	33,3
Total	100	100,0	60	100,0	44	100,0	204	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

No que se refere ao tempo que os respondentes mantêm algum tipo de vínculo com o CES, seja como aluno, professor ou técnico-administrativo, 1/3 (33,3%) dos entrevistados declararam ter uma relação com o campus que ultrapassa os 6 anos. Mais de 85% estão ativos há mais de 3 anos. Na categoria dos alunos, a grande maioria (91,0%) possui vínculo entre 3 a 6 anos. Já para a categoria dos professores esse tempo é de mais de 6 anos para 73,3% enquanto para os servidores técnicos administrativos é de 38,6% para tempo de vínculo de mais de 6 anos e de 27,3% para aqueles que exercem função de 1 a 2 anos.

5.2.2 Percepção dos Alunos Concluintes quanto aos Eixos da A3P

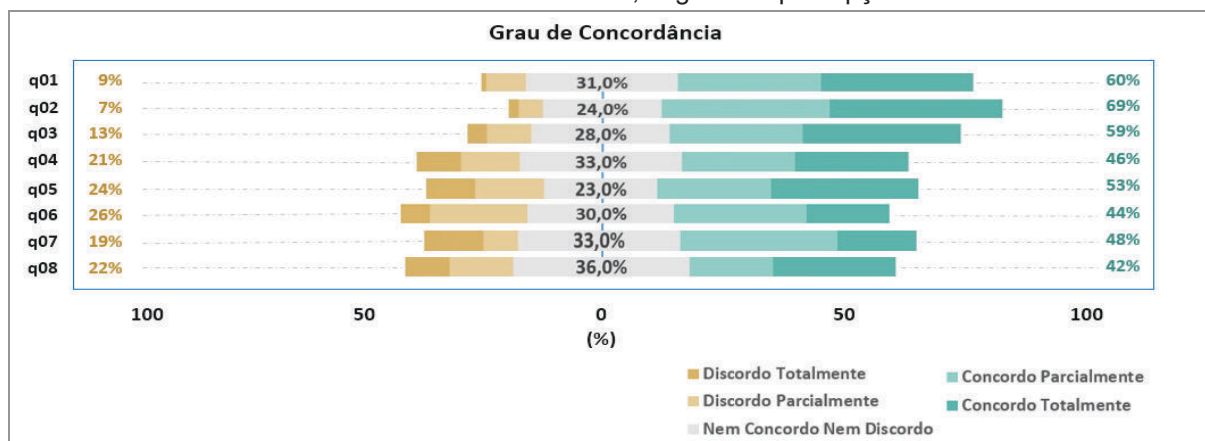
5.2.2.1 Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

O primeiro Eixo pesquisado foi composto por oito afirmações:

- q1 – O CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de água em suas dependências.
- q2 – O CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de energia elétrica em suas dependências.
- q3 – O CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de papel em suas dependências.
- q4 – O CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis em suas dependências.
- q5 – O CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de água em suas dependências.
- q6 – O CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de energia elétrica em suas dependências.
- q7 – O CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de papel em suas dependências.
- q8 – O CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis em suas dependências.

Os graus de concordâncias das questões do Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, estão apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

O primeiro questionamento (q1) diz respeito à percepção dos participantes no que tange à verificação do consumo de água nas dependências do CES. Nesse sentido, 60% dos alunos concluintes concordam parcial ou totalmente com esta afirmação enquanto 31% mostraram-se indiferentes.

A exemplo da questão anterior, os alunos concluintes também apresentam uma percepção assertiva (concordância) quanto à verificação do consumo de energia elétrica no campus (q2), alcançando 69% dos alunos. Outros 24% nem concordam nem discordam desta afirmação.

A terceira questão (q3) indica um grau de concordância da maioria dos alunos concluintes pesquisados da ordem de 59% (parcial ou total), onde afirmam que o CES verifica o consumo de papel em suas dependências.

Em relação ao consumo de copos descartáveis (q4), constata-se que 46% dos discentes entrevistados concordam parcial ou total com essa assertiva. Ressalta-se ainda que um terço (33,3%) desse público mostra-se indiferente, ou seja, nem concorda e nem discorda.

Iniciando a abordagem atinente à água, verifica-se que a maioria (53%) dos alunos concluintes expressa um grau de concordância parcial ou total, afirmando que o CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de água em suas dependências (q5), observando percentuais próximos aos entrevistados que se mostram indiferentes ou discordam desta questão.

Quando questionados se o CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de energia elétrica em suas dependências (q6), constata-se a predominância de concordância (parcial ou total) (44%). Entretanto, graus de indiferença e de discordância são bastante expressivos, como os valores de 30% e 26%, respectivamente.

O percentual dos que concordam, na totalidade ou em parte, com a assertiva de que O CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de papel em suas dependências (q7), alcança praticamente a metade dos alunos entrevistados (48%), grau de concordância este, menor do que o observado para o seu par correspondente (q3). Ressalta-se que praticamente um terço (33,0%) desse público se mostrou indiferente a esta questão (q7).

A última questão analisada refere-se ao questionamento se o CES/UFMG adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis em suas dependências (q8), onde foi observado que um pouco menos da metade (42,0%)

concorda parcial ou totalmente, destacando-se ainda um grau de concordância expressivo de alunos concluintes indiferentes a esta questão (36,0%).

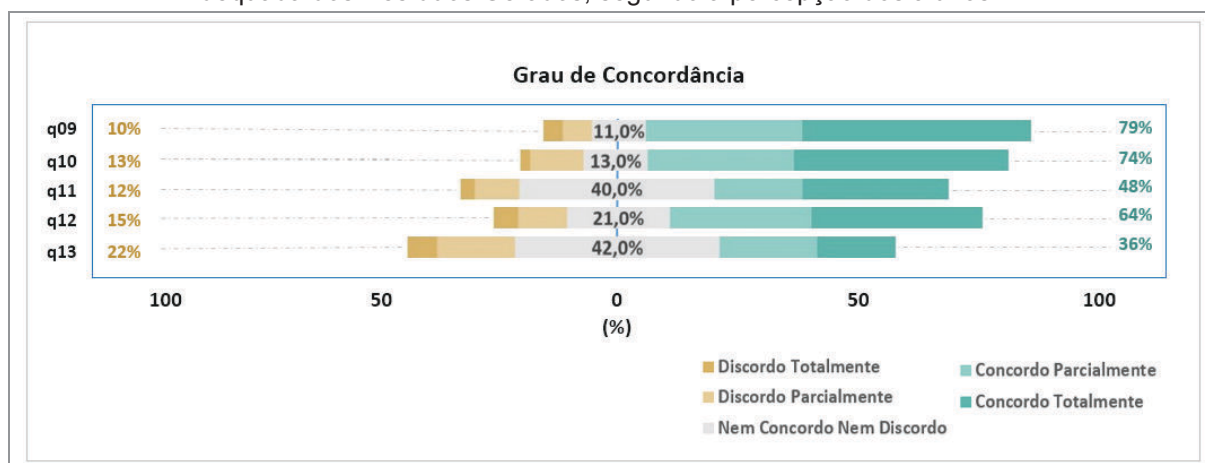
5.2.2.2 Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

O segundo eixo da metodologia concebida pela A3P examina a questão ligada à gestão adequada dos resíduos gerados, composta por cinco afirmações:

- q9 – O CES/UFCEG separa os resíduos sólidos recicláveis.
- q10 – O CES/UFCEG separa os resíduos perigosos.
- q11 – O CES/UFCEG descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros.
- q12 – O CES/UFCEG realiza compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos.
- q13 – O CES/UFCEG adota alguma prática para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros).

Os graus de concordâncias das questões do segundo Eixo Temático pesquisado, estão elencados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

A primeira questão (q9) explora a percepção dos alunos concluintes com relação à separação dos resíduos gerados pelo CES, que foi majoritariamente aceita

pelos alunos concluintes entrevistados, justificado pelo alto grau de concordância (79%, parcial ou total). Ressalta-se o fato de que o CES dispõe de inúmeros coletores seletivos espalhados pelo campus, facilmente visualizados pelos transeuntes, o que pode ser um indício para explicar esse grau de concordância.

Assim como em relação aos recicláveis (q9), a separação dos resíduos perigosos pelo CES (q10) também obteve um expressivo grau de concordância (74%, parcial ou total). Os graus de indiferença e de discordância são pouco significativos.

Divergindo do que vinha sendo observado neste eixo, destaca-se na assertiva “o CES/UFCG descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros” (q11) um grau de concordância da ordem de 48% (parcial ou total), um pouco superior aos que se mostram indiferentes (40%, nem concorda, nem discorda).

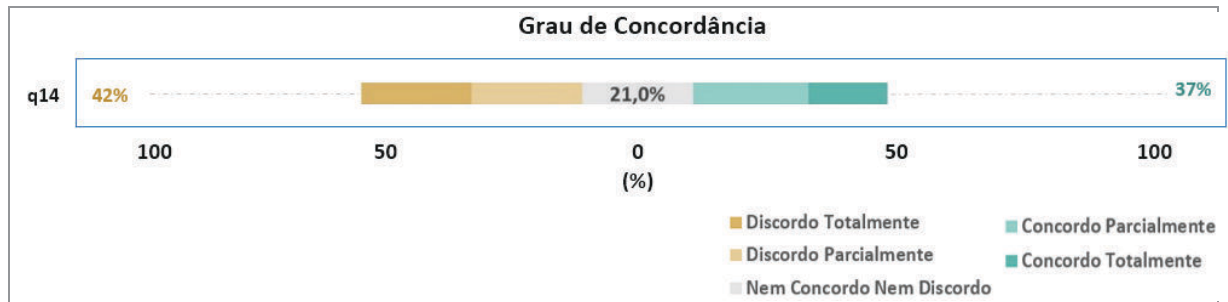
Mais um resultado expressivo de alunos concluintes refere-se a concordar que o CES realiza decomposição de materiais orgânicos ou compostagem de resíduos orgânicos para gerar adubo (q12), onde praticamente 2 em cada 3 discentes concordam parcial ou totalmente (64%).

A última questão (q13) fez referência a prática adotada pelo CES/UFCG para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros), onde foi verificado um grau de concordância de apenas 36% dos respondentes (parcial ou total). Em contrapartida, aqueles que não concordam nem discordam representam um pouco menos da metade (42%).

5.2.2.3 Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Na única pergunta prescrita (q14) pelo formulário da A3P nas Universidades Públicas para simbolizar o seu terceiro eixo, relacionada à promoção de capacitação de alunos sobre questões ambientais pelo CES/UFCG, observou-se uma certa dispersão nas respostas. Vale reforçar que, neste Eixo, foi consultada a percepção que cada grupo (servidores técnico-administrativos, professores e alunos) tem em relação às ações direcionadas à sua própria categoria. As variações das respostas, desde concordância (37%, parcial ou totalmente) até o seu extremo oposto, discordância (42%), apresentaram resultados bem próximos (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos alunos



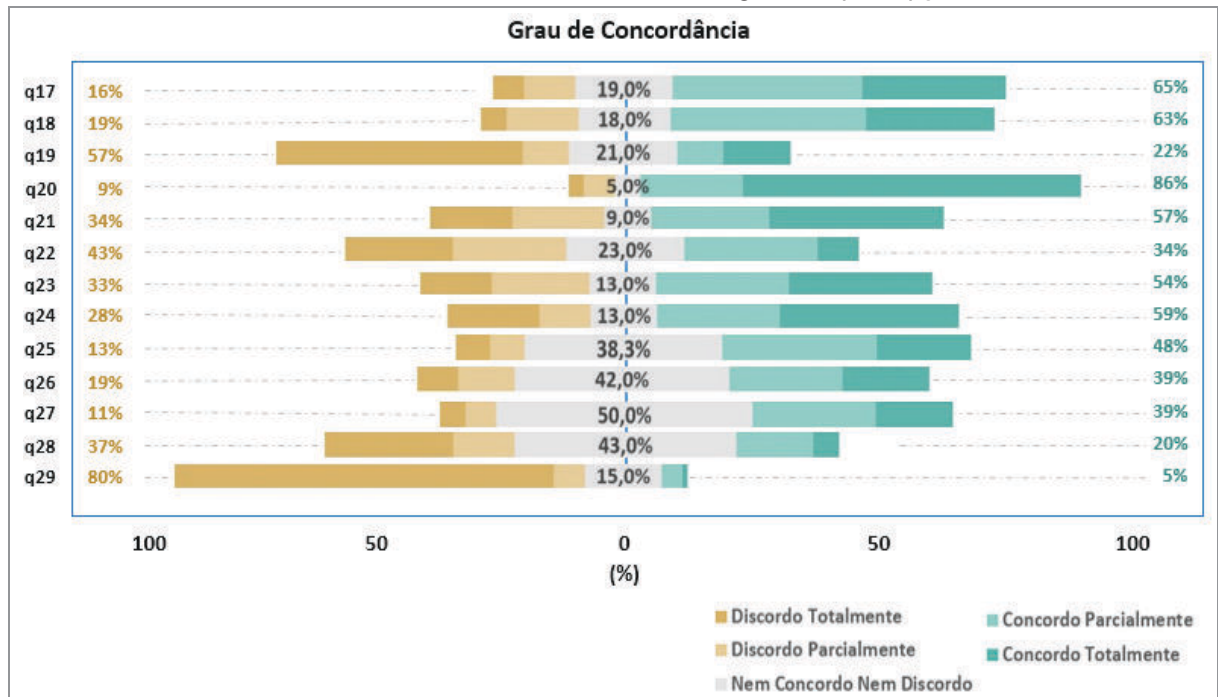
Fonte: Próprio autor (2019).

5.2.2.4 Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo

O quarto eixo proposto pela A3P aborda a qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo. Corresponde ao segundo maior em número de questionamentos (13), cujos resultados estão apresentados no Gráfico 11.

- q17 – O CES/UFCG realiza projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica.
- q18 – O CES/UFCG promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental.
- q19 – O CES/UFCG tem bicicletário.
- q20 – Os equipamentos de esporte e lazer do CES/UFCG são preservados e utilizados.
- q21 – O CES/UFCG tem rampas de acesso ou elevador para deficientes.
- q22 – O CES/UFCG tem equipamentos de adequados a portadores de necessidades especiais.
- q23 – O CES/UFCG possui equipamentos de proteção nas escadas.
- q24 – O CES/UFCG possui uma horta.
- q25 – A horta é utilizada nas refeições.
- q26 – O CES/UFCG compra alimentos orgânicos.
- q27 – O CES/UFCG compra alimentos da agricultura familiar.
- q28 – O CES/UFCG tem pomar.
- q29 – O CES/UFCG tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros).

Gráfico 11 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

Inicialmente foi abordada a questão que versa sobre a realização de projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica (q17). Nesse sentido, constata-se que os alunos, com o percentual de 65%, concordam (parcial ou total), com a sentença supramencionada.

Com números bastante parecidos com a assertiva que a antecede, esta questão reafirma o entendimento, na ótica dos alunos concluintes, da interação do CES com a comunidade acadêmica ou no seu entorno sobre educação ambiental e sustentabilidade socioambiental (q18), onde 63% desse contingente expressaram um grau de concordância (parcial ou total).

A maioria (57%) dos alunos discordou (parcial ou total) da existência de bicicletário no CES/UFCG (q19) enquanto que 22% expressaram um grau de concordância, ou seja, confirmaram a presença deste equipamento.

A percepção positiva dos alunos concluintes em relação à preservação e utilização dos equipamentos de esporte e lazer (q20) alcançou 86%, sendo que os que concordam totalmente são responsáveis por 2/3 total da amostra. Apenas 9% destes expuseram discordância ao teor da assertiva.

Relacionada a questões que envolvem a acessibilidade nas dependências do campus, a sentença explora a percepção dos respondentes quanto à existência de

rampas de acesso ou elevador para deficientes (q21). Discordaram, parcial ou totalmente, 34% dos participantes, enquanto 57% assumiram uma concordância com a afirmação proposta.

Questionamento feito de uma forma mais abrangente, envolvendo portadores de necessidades especiais como um todo, revela que, na visão dos alunos concluintes, o CES carece de utensílios adequados para aquele grupo (q22), levando em consideração que 43% da amostra discordaram, ao passo que 34% asseguram a existência desses equipamentos.

Um pouco mais da metade (54%) dos respondentes concorda (parcial ou total) que no CES possui equipamentos de proteção nas escadas (q23) enquanto que um terço (33%) expressou discordância quanto a esta questão.

Questionados acerca da existência de uma horta no CES (q24), 59% dos discentes concordam com esta afirmação, sendo 35% com concordância total. Sob outra perspectiva, para 28% dos indivíduos desta categoria o campus não dispõe de tal atributo.

Destinada à parcela de respondentes que concorda parcial ou totalmente com a assertiva anterior (q24), foi investigado se o respondente, na hipótese de concordar com a existência de uma horta, percebe que a mesma é utilizada nas refeições ofertadas no campus (q25). Os resultados indicam que quase metade (48%) concorda com esta assertiva de forma parcial ou total enquanto um percentual expressivo (38,3%) mostrou-se indiferente.

No que tange à compra de alimentos orgânicos pelo CES (q26), um pouco menos da metade dos alunos concluintes (39%) concorda parcial ou totalmente enquanto em maior proporção, 42%, não concorda e nem discorda.

Em se tratando da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar (q27), metade (50%) dos respondentes mostram-se indiferentes. Entretanto, 39% deles concordam (parcial ou total) que o CES realiza aquisições oriundas deste nicho do mercado.

Seguindo a tônica observada nas últimas questões, o percentual dos que demonstram um sentimento de indiferença permaneceu elevado (43%) quando indagados sobre a existência de pomar no CES/UFCG (q28), sendo representativo o percentual (37%) que discorda (total ou parcialmente) desta assertiva.

A grande maioria dos respondentes discorda categoricamente a afirmação de que o CES mantém sob sua guarda alguma criação de animais (bovinos, caprinos,

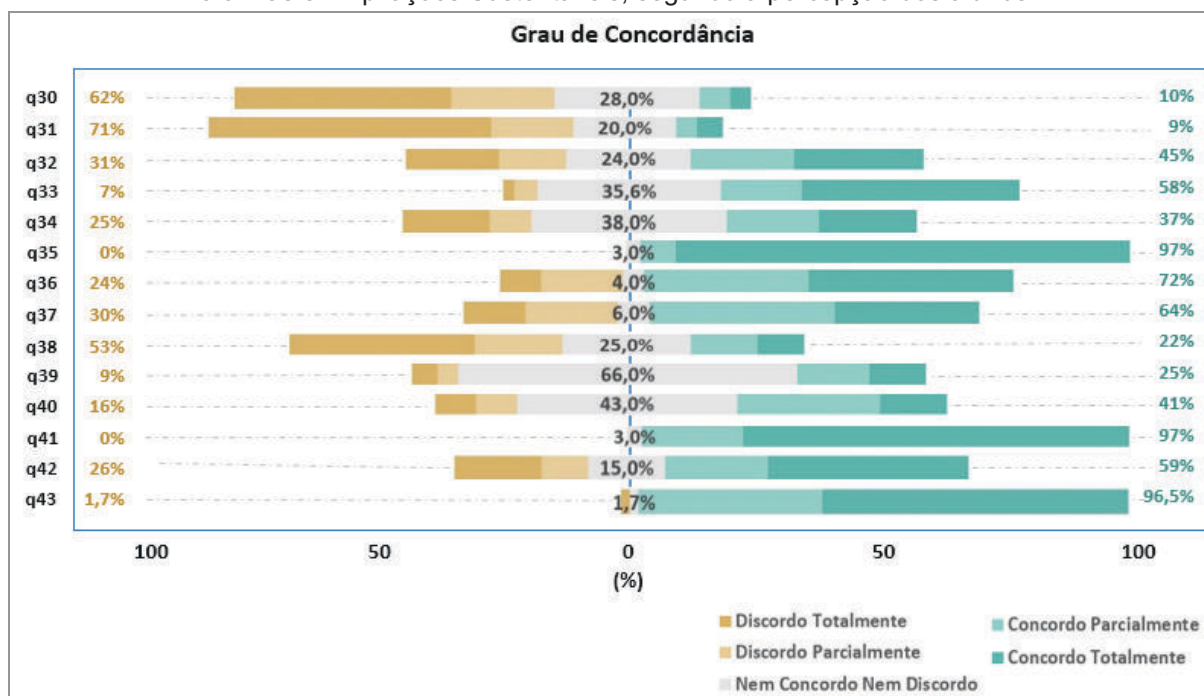
suínos, aves e outros) em suas dependências (q29). Esse número chega a exatos 80% quando considerados na soma os que discordam parcial ou totalmente.

5.2.2.5 Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

O quinto eixo proposto pela A3P trata das construções, reformas e ampliações sustentáveis no âmbito do CES/UFCG, com abordagem de 14 questões, cujos resultados estão dispostos no Gráfico 12:

- q30 – O CES/UFCG faz uso de fonte alternativa de energia renovável.
- q31 – O CES/UFCG possui aquecedor solar.
- q32 – O CES/UFCG tem estrutura para captação e uso de água da chuva.
- q33 – Essa estrutura está em uso.
- q34 – O CES/UFCG está ligado à rede pública de saneamento.
- q35 – As salas de aula do CES/UFCG têm janelas para ventilar.
- q36 – As salas de aula do CES/UFCG usam de forma eficiente a iluminação natural.
- q37 – As salas de aula do CES/UFCG têm janelas, mas não são usadas, por serem climatizadas.
- q38 – As salas de aula do CES/UFCG possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos.
- q39 – O mobiliário do CES/UFCG é de madeira certificada.
- q40 – O CES/UFCG faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado.
- q41 – O CES/UFCG possui jardim.
- q42 – Existe praça ou parque próximo do CES/UFCG.
- q43 – O CES/UFCG utiliza essa praça ou parque.

Gráfico 12 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

Dando início à análise de mais um eixo, aprofunda-se aqui temas relacionados às construções, reformas e ampliações sustentáveis. O primeiro deles reflete que 62% dos participantes discordam (parcial ou total) que o CES faça uso de fonte alternativa de energia renovável (q30). Apenas 10% concordam com esta questão.

Outro ponto que suscitou bastante discordância da ala discente foi o de aquecimento por via solar (q31). Mais de 70% deles discordam (parcial ou totalmente) quanto ao uso desta ferramenta pelo CES. A exemplo do item anterior, a parcela dos que expressam grau de concordância foi pouco significativa (9%).

A trigésima segunda assertiva (q32) que aborda a existência de uma estrutura para captação e uso de água da chuva, revela um nível de dispersão considerável entre o grau de concordância. Os que concordam parcial ou totalmente (45%), nem concordam nem discordam (24%), assim como os que discordam parcial ou totalmente (31%).

Para os alunos que expressam um grau de concordância (parcial ou total) para a questão 32, foi indagado para esse público se a estrutura para captação e uso de água da chuva está em uso (q33). Neste caso, observa-se que a maioria (58%) destes concorda parcial ou totalmente com o funcionamento dessa estrutura enquanto mais

de um terço (25,6%) mostra-se indiferente. Apenas 7% discordam (parcial ou total) dessa questão.

No que se refere ao fato do CES estar ou não ligado à rede pública de saneamento (q34), 38% mostram-se indiferentes a esta questão. Entretanto, 37% concordam (parcial ou total) enquanto 25% discordam com tal afirmativa.

Com uma das maiores taxas de concordância para a categoria dos alunos concluintes (97%), aborda-se a assertiva que visa identificar a percepção deste grupo com relação à disposição de janelas para ventilar nas salas de aulas do CES (q35). Apenas 3% mostram-se indiferentes e nenhum dos respondentes discordou desta questão.

A utilização de forma eficiente da luminosidade natural nas salas de aula do CES (q36) foi destacada por um número amplo de participantes (72%) que concorda, no todo ou em parte. Esta assertiva apontou ainda que 24% discordam de tal discurso.

Ainda em se tratando desse campo que envolve iluminação natural e a utilização de janelas, esta indagação adiciona ao questionamento a condição do uso ou não das janelas devido às salas de aulas disporem de aparelhos condicionadores de ar (q37). À vista disso, 64% dos discentes concordam esta narrativa (total ou parcial) enquanto 30% discordam deste item.

Nesse estágio da pesquisa pode-se perceber que o percentual de 53% dos alunos concluintes discorda (total ou parcial) que haja algum tipo de proteção contra ruídos externos nas salas de aula do CES (q38). Os que se situam na outra extremidade, ou seja, concordam (parcial ou total) atingiu um percentual de 22%.

A questão que traz consigo a afirmação de que o mobiliário do CES é de madeira certificada (q39) evidencia a dúvida no que concerne à percepção dos alunos concluintes, haja vista que 2 em cada 3 respondentes (66%) mostram-se indiferentes (nem concordo nem discordo). Os que concordam com esta assertiva alcançam um percentual de 25%.

Também com um percentual bastante expressivo quanto aos que se mostram indiferentes (43%), destaca-se a questão que trata do uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q40). Além do dado supramencionado, observa-se a concordância (parcial ou total) por parte de 41% dos participantes.

A quase totalidade dos respondentes (97%) concorda (parcial ou total) com assertiva que tratada da existência de jardim nas dependências do CES/UFCG (q41).

Como aconteceu no quesito que abordava a existência de janelas nas salas de aula do CES, não houve registro de indivíduos que discordam (q35).

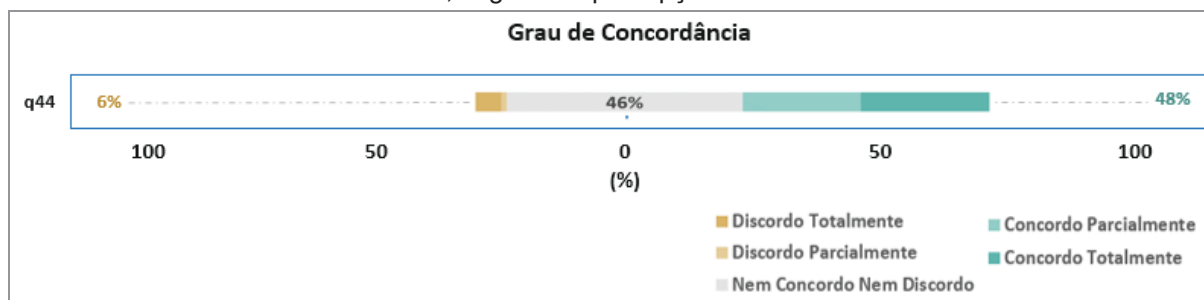
A exemplo do que se verifica na grande maioria das questões deste bloco, estamos diante de mais uma sentença com a maioria (59%) dos alunos concluintes que concorda (parcial ou total) com a existência de praça ou parque próximo do CES/UFCG (q42). Por outro lado, 26% discordam dessa assertiva.

Para aqueles alunos que concordam com a existência de praça ou parque próximo do CES/UFCG (q42), foi indagado o uso desse equipamento público, onde verifica-se que a quase unanimidade destes alunos (96,5%) concorda de forma parcial ou total que utiliza essa praça no campus.

5.2.2.6 Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis

Neste último eixo foi considerando apenas uma questão: q44 – O CES/UFCG realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis. O resultado deste item está apresentado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

A última questão pesquisada e única a representar o bloco do sexto eixo da A3P, busca elucidar se o CES realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis (q44). Observa-se que um pouco menos da metade (48%) expressa um grau de concordância (parcial ou total) para esta questão. Por outro lado, um percentual um pouco menor (46%) mostrou-se indiferente.

5.2.2.7 Evidências dos Eixos Temáticos – Alunos Concluintes

Após uma análise detalhada de cada uma das questões que compõem os Eixos abordados, apresenta-se em sequência as principais evidências para o segmento dos alunos, em conformidade com os resultados sumarizados no Gráfico 14.

Primeiro eixo – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Os alunos concluintes percebem, em sua grande maioria, que o CES verifica o consumo de copos descartáveis (q4), água (q1), papel (q3) e energia elétrica (q2), com maior predileção por este último e menor pelo primeiro. Por outro lado, quando indagados se o CES adotaria alguma prática para redução do consumo destes elementos, foram menos incisivos. Contudo, de forma ampla, o eixo que considera o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, sob a ótica dos alunos concluintes, apresenta um viés positivo.

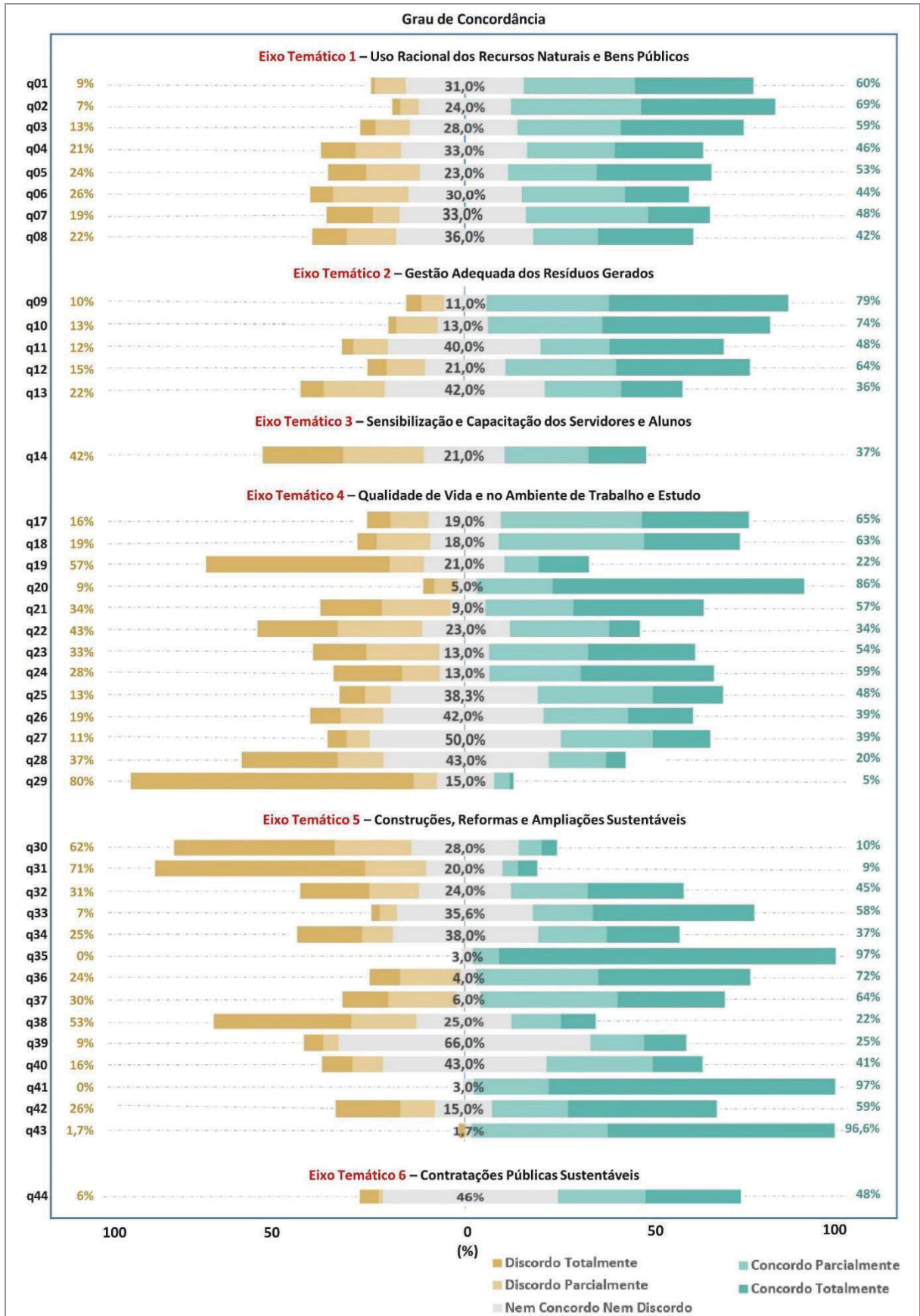
Segundo eixo – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

As questões inerentes às separações de resíduos (q9), tanto recicláveis quanto perigosos (q10), obtiveram maior grau de concordância pelos alunos concluintes. A que tratou da realização de compostagem no campus (q12), de maneira semelhante às supracitadas, atingiu grau de concordância significativo. Por outro lado, o descarte de bens inservíveis (q11) e a adoção de alguma prática que leve à redução do consumo do material de expediente (q13) foram objeto de maior indiferença.

Terceiro eixo – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Evidencia-se, neste eixo pesquisado, no tocante à promoção de capacitação sobre questões ambientais direcionadas aos alunos concluintes (q14), uma percepção dos respondentes com tendência a indiferença. Isto é, o resultado presume que haja uma insuficiência de ações e ferramentas práticas nessa esfera do gerenciamento socioambiental.

Gráfico 14 – Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

Quarto eixo – Qualidade de Vida e no Ambiente de Trabalho e Estudo

Das 13 questões que compõem o quarto bloco, a que apresenta maior grau de concordância pelos alunos concluintes diz respeito à preservação e utilização dos equipamentos de esporte e lazer (q20). Indagações atinentes à promoção de ações e eventos ligados à educação ambiental e à sustentabilidade socioambiental (q17), disposição de rampas ou elevadores (q21) e equipamentos de proteção nas escadas (q23), bem como ao cultivo de uma horta (q24), também assumem um posto de consentimento perante a opinião dos discentes.

As contestações se notabilizam mais enfaticamente nas assertivas que tratam da criação de animais (q29) e da oferta de bicicletário (q19) e, como menor intensidade, quanto aos equipamentos adequados aos portadores de necessidades especiais (q22) e à existência de pomar (q28). Ao passo que as indecisões são mais fortemente sentidas nos pontos que abordam a compra de alimentos orgânicos (q26) e da agricultura familiar (q27), além da utilização dos alimentos da horta nas refeições disponibilizadas pelo CES (q25).

Quinto eixo – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

Formado por 14 itens, o quinto bloco foi o maior em quantidade de itens. As questões estudadas que apresentam melhor desempenho de aceitação no que se refere à percepção dos alunos concluintes reportam-se à presença de janelas para ventilação nas salas de aula do CES (q35), à utilização da iluminação natural de forma eficiente (q36), assim como à existência de jardim (q41) e praça ou parque (q42) e à utilização destes dois (q43). Também figurou neste rol a temática da climatização nos ambientes de ensino (q37).

As realidades percebidas que se concentram no polo da discordância, fundamentalmente, são respeitantes às que abrangem o uso de fonte alternativa de energia renovável (q30) e aquecedor solar (q31), além de uma queixa latente com relação à proteção das salas de aula contra ruídos (q38). Causam indiferença temas relacionados à captação e uso de água da chuva (q32), saneamento (q34), mobiliário proveniente de madeira certificada (q39) e a reciclagem ou reutilização de materiais ou equipamentos (q40).

Sexto eixo – Contratações Públicas Sustentáveis

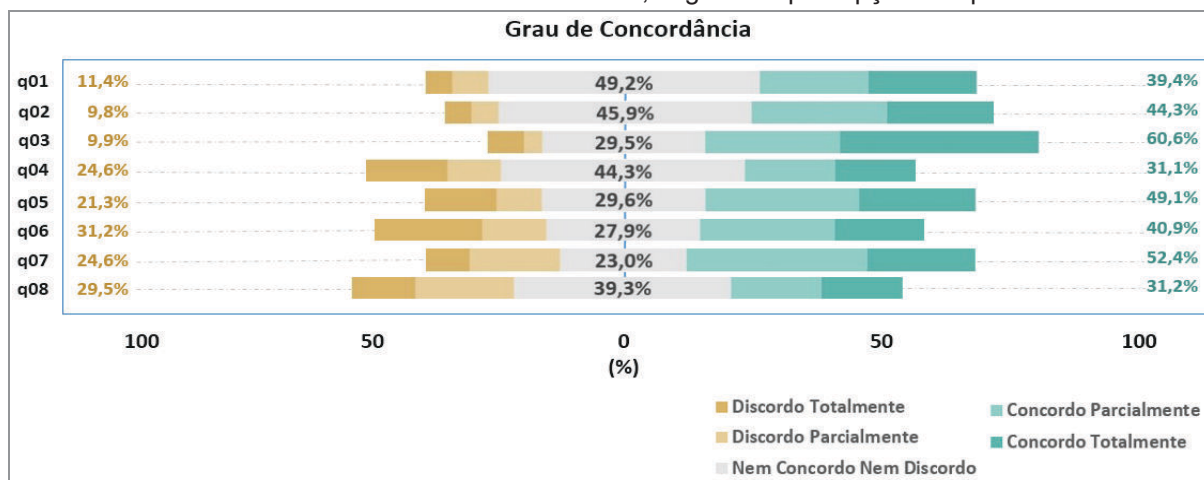
Dois grupos se evidenciam nas respostas obtidas quando da realização da pesquisa: os que duvidam e os que confirmam a veracidade da assertiva. Poucos são os respondentes que optam por negar o seu enunciado. Ou seja, para este ponto, há de forma explícita duas alas que se dividem em depositar confiança na realização de licitações sustentáveis ou simplesmente se abster (q44).

5.2.3 Percepção dos Professores quanto aos Eixos da A3P

5.2.3.1 Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Esta seção apresenta os resultados para o primeiro Eixo pesquisado na categoria dos professores, composto por oito questões(q), com seus resultados sumarizados no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos professores



Fonte: Próprio autor (2019).

Quando questionados se o CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de água em suas dependências (q1), um pouco menos da metade (49,2%) dos professores entrevistados mostra-se indiferente. Por outro lado, 39,4% concordam (parcial ou totalmente) com essa afirmação.

Na questão seguinte (q2), que indaga se o CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de energia elétrica em suas dependências, encontra-se praticamente a mesma situação predominante quando comparador com a questão anterior (q1), onde

45,9% dos entrevistados expressam indiferença e 44,3% concordam (parcial ou totalmente) com esta questão.

Em outra afirmação, sobre a verificação mensal do consumo de papel em suas dependências pelo CES/UFCEG (q3), os resultados indicam que a maioria (60,6%) acata esta questão, considerando os entrevistados que concordam parcialmente e totalmente. Outro item questionado foi se o CES/UFCEG verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis em suas dependências (q4), observando-se que um pouco menos da metade dos professores abordados (44,3%) mostra-se indiferente, enquanto que 31,1% concordam parcialmente ou totalmente nesta questão.

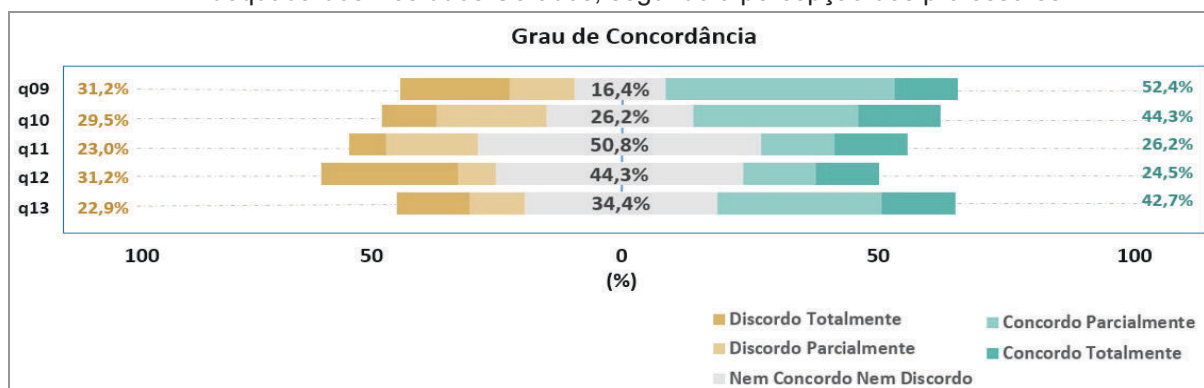
Na questão 5 (q5), referente a adoção pelo CES/UFCEG de alguma prática para reduzir o consumo de água em suas dependências, observa-se um pouco menos da metade (49,1%) dos docentes participantes da pesquisa concorda (parcial ou total) nesta questão. Em outro item que aborda desta vez, o consumo de energia nas dependências do CES/UFCEG (q6), foi observado o grau de concordância (total ou parcial) de 40,9%, sendo expressivo o percentual de professores que se mostra indiferente (27,9%).

As duas últimas questões do primeiro eixo dizem respeito a adoção de alguma prática, nas dependências do CES/UFCEG, para reduzir o consumo de papel em suas dependências (q7) e para reduzir o consumo de copos descartáveis (q8). Para a primeira questão, a maioria (52,4%) concorda (total ou parcial) com ações para reduzir o consumo de papel enquanto que para as ações direcionadas à redução de copos descartáveis, 39,3% dos docentes mostra-se indiferente, embora 31,2% concordem com tal prática.

5.2.3.2 Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

No que se refere à gestão adequada dos resíduos gerados, foram apresentadas cinco questões para avaliar a concordância, discordância ou indiferença (nem concorda, nem discorda) para a categoria dos professores, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos professores



Fonte: Próprio autor (2019).

Quando questionados se o CES/UFMG separa os resíduos sólidos recicláveis (q9), a maioria (52,4%) dos docentes entrevistados expressa um grau de concordância total ou parcial, por outro lado, 31,2% discordam desta questão. Em relação à separação de resíduos perigosos (q10), o nível de concordância (total ou parcial) é um pouco menor (44,3%) quando comparado com a questão anterior, onde os percentuais de discordância e indiferença são da ordem de 29,5% e 26,2%, respectivamente.

Concernente ao descarte de forma correta de bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros (q11), constata-se que mais da metade (50,8%) dos professores pesquisados mostra-se indiferente a esta afirmativa, ou seja, nem concordam e nem discordam, sendo expressivo o grau de concordância (total ou parcial, 26,2%).

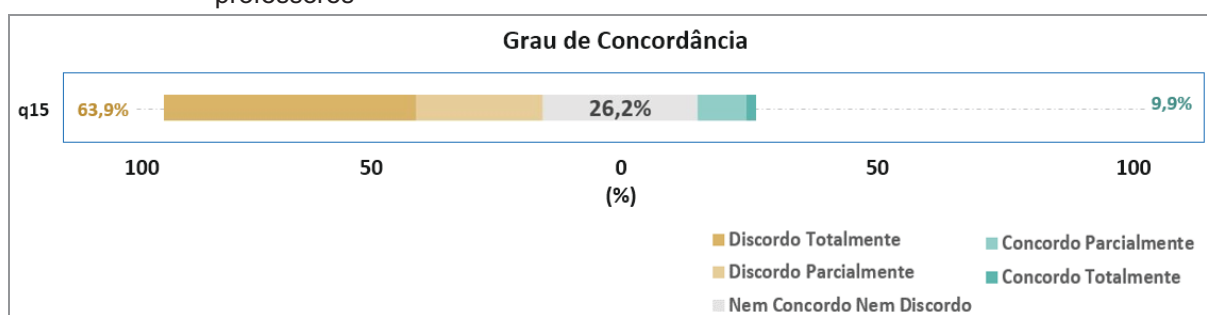
Quanto à prática de compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos (q12), um pouco menos da metade (44,3%) dos docentes entrevistados mostra-se indiferente neste item, embora 24,5% tenha concordado (total ou parcial). Já a prática de alguma ação para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros) (q13) foi evidenciada por 42,7% dos professores abordados que concordam (total ou parcial), ressaltando que um pouco mais de um terço (34,4%) nem concorda e nem concorda.

5.2.3.3 Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Para o terceiro eixo temático foi considerada apenas uma questão, a qual aborda se o CES/UFMG promove capacitação de professores sobre questões

ambientais (q15). Destaca-se mais uma vez que, neste Eixo, foi consultada a percepção que cada grupo (servidores técnico-administrativos, professores e alunos) tem em relação às ações direcionadas à sua própria categoria. Os resultados desta indicam que a maioria (63,9%) dos docentes discorda (total ou parcialmente) sobre esta indagação. Ressalta-se, ainda, que um percentual expressivo (26,2%) se mostrou indiferente a este item (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos professores

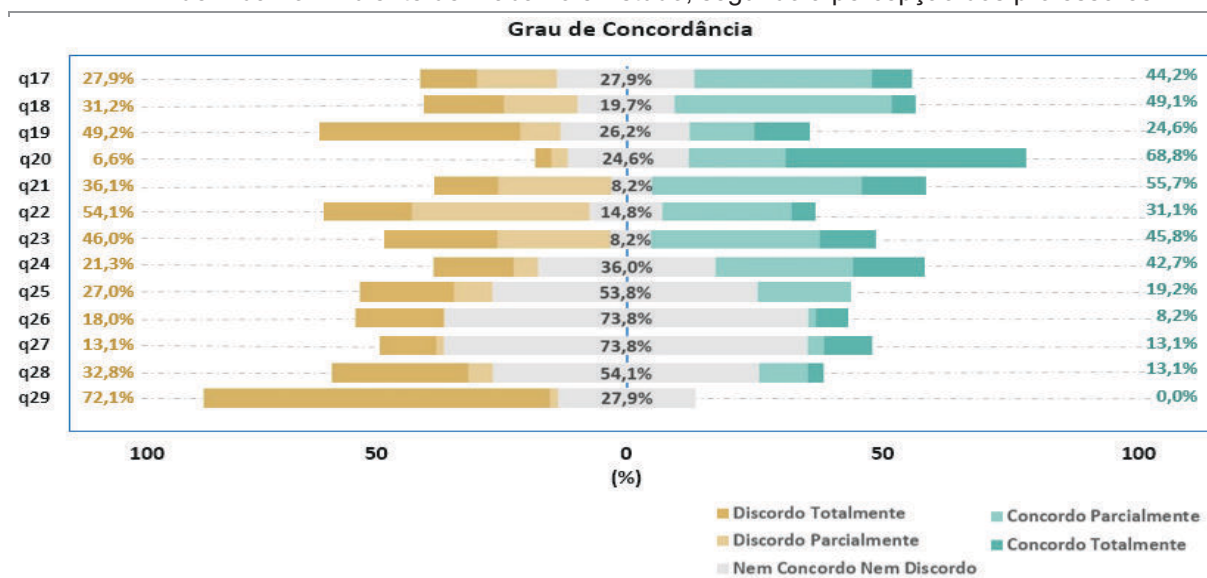


Fonte: Próprio autor (2019).

5.2.3.4 Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo

O estudo do terceiro eixo temático, relacionado à Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, foi composto por 13 questões, cujos resultados estão expostos no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos professores



Fonte: Próprio autor (2019).

A primeira questão abordada fez referência à realização, por meio do CES/UFCG, de projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica (q17), onde verifica que 44,4% dos professores entrevistados concordam, parcial ou totalmente, com esse item. Ressalta-se que o mesmo percentual de 27,9% foi observado para aqueles que se mostram indiferentes ou discordam.

Já a promoção de eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental ("ações que respeitam o meio ambiente e políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade") (q18) foi evidenciada para um pouco menos da metade (49,1%). Por outro lado, um pouco menos de um terço (31,2%) discorda desta questão.

A existência de bicicletário no CES/UFCG (q19) foi indicada por apenas 24,5% dos docentes abordados. Os que expressam grau de discordância são da ordem de 49,2% (total ou parcial). Em contrapartida, mais de dois terços (68,8%) desse público concordam que os equipamentos de esporte e lazer do CES/UFCG são preservados e utilizados (q20).

Três questões são abordadas e relacionadas aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE). A primeira, questiona sobre a existência, nas dependências do CES/UFCG, de rampas de acesso ou elevador para deficientes (q21), sendo validada para a maioria dos professores entrevistados (55,7%), os quais concordam total ou parcialmente. A segunda, fez alusão à existência de equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais (q22), sendo desta vez, refutada pela maioria (54,1%) desse público, que discorda (total ou parcial). O terceiro e último, questiona sobre a existência de equipamentos de proteção nas escadas (q23), evidenciando um impasse entre os entrevistados, visto que 45,8% concordam (total ou parcial) e 46,0% discordam (total ou parcial).

O quesito que avalia a existência de uma horta no CES/UFCG (q24) recebeu um grau de concordância, parcial ou total, da ordem 42,7% enquanto que 36,0% dos professores demonstram indiferença para este item, ou seja, nem concordam e nem discordam. Para aqueles entrevistados que expressam um grau de concordância (total ou parcial) na questão anterior (q24), foi indagado se a horta é utilizada nas refeições (q25), onde foi verificado que apenas 19,2% concordam com esta afirmativa, ressaltando uma indiferença para a maioria (53,8%) desse público entrevistado.

Nas questões q26 (o CES/UFCG compra alimentos orgânicos) e q27 (o CES/UFCG compra alimentos da agricultura familiar) foi observado uma similaridade

entre o grau de indiferença, com o mesmo percentual de 73,8% e para os que discordam, os valores de 18,0% e 13,1%, respectivamente.

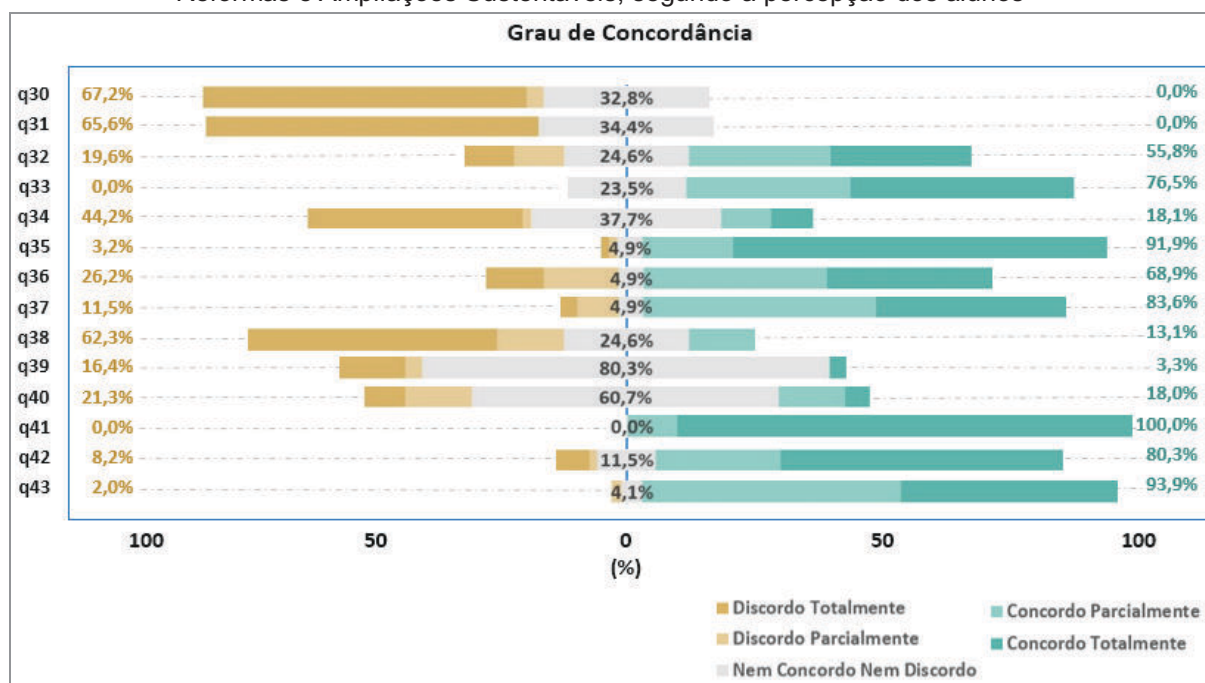
Já na questão 28 onde investiga a existência de pomar no CES/UFMG (q28), observou-se que mais da metade (54,1%) dos docentes mostra-se indiferente. No entanto, um pouco menos de um terço (32,8%) discorda (total ou parcial) deste item.

A última questão do quarto eixo indagou aos professores abordados, se no CES/UFMG tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros) (q29). Observou neste item que a grande maioria (72,1%) discorda dessa prática e quem nenhum dos entrevistados acredita que o CES/UFMG mantenha criação de animais.

5.2.3.5 Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

O quinto Eixo Temático – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis foi avaliado em 14 itens. Os dados ilustrados no Gráfico 19 mostram o grau de concordância de cada um dos itens considerados.

Gráfico 19 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos alunos



Fonte: Próprio autor (2019).

Os dois primeiros itens apresentam resultados similares em relação ao grau de discordância: q30 (o CES faz uso de fonte alternativa de energia renovável) e q31

(o CES possui aquecedor solar), onde ficou constatado o grau de discordância (total ou parcial) da ordem de 67,2% e 65,6%, respectivamente, pelos professores entrevistados.

A maioria dos docentes abordados (55,8%) concorda (parcial ou total) que o CES tem estrutura para captação e uso de água da chuva (q32) e que para estes docentes a estrutura está em uso (q33), justificado pelo grau de concordância de 76,5% (total ou parcial).

Quando indagados se o CES está ligado à rede pública de saneamento (q34), 44,2% dos professores discordam desta afirmativa, de forma parcial ou total. Apenas 18,1% expressam concordância (total ou parcial).

Foram consideradas quatro questões na análise da estrutura das salas de aula do CES, com os seguintes resultados observados segundo a percepção dos professores entrevistados:

- a) A grande maioria (91,9%) concorda (parcial ou total) que as salas de aula do CES têm janelas para ventilar (q35);
- b) A maioria (68,9%) expressa um grau de concordância parcial ou total, afirmando que as salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural (q36);
- c) Mais de 80% concordam (parcial ou total) que as salas de aula têm janelas, mas não são usadas por serem climatizadas (q37); e
- d) Mais da metade (62,3%) dos docentes entrevistados, discorda de forma total ou parcial, que as salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos (q38).

Foi observado um expressivo grau de desconhecimento em relação à questão que indaga se o mobiliário do CES/UFMG é de madeira certificada (q39), uma vez que a grande maioria (80,3%) dos docentes entrevistados nem concorda e nem discorda deste item. Este fato também foi evidenciado para outra questão, a qual aborda se o CES/UFMG faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q40), desta vez com um percentual de 60,7% de indiferença (nem concorda nem discorda).

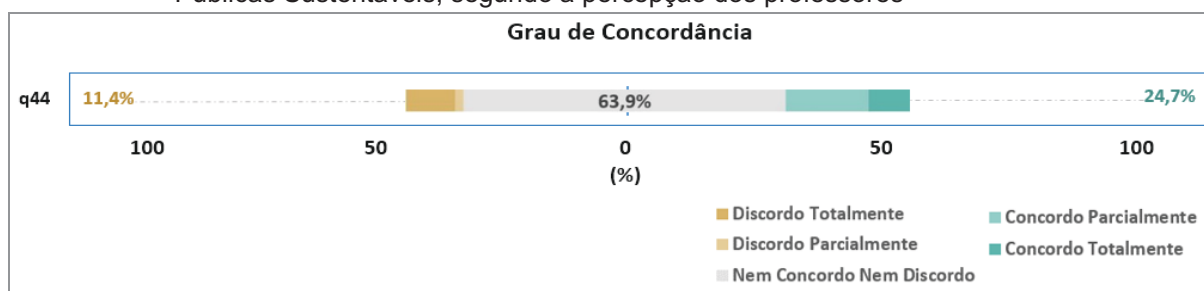
A totalidade (100,0%) dos docentes entrevistados concorda, parcial ou totalmente, que no CES/UFMG possui jardim (q41). Os dois últimos itens considerados abordam a existência e uso de equipamentos públicos próximo ao CES/UFMG, onde foi observado que a maioria (80,3%) dos docentes concorda (parcial ou total) com a

existência de praça ou parque próximo do CES/UFMG (q42) e dentre estes que afirmam a existência desses equipamentos, a maioria (93,9%) concorda com o uso dessa praça ou parque (q43).

5.2.3.6 Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis

O último eixo no estudo da percepção dos professores aborda apenas uma questão, na qual foi perguntado se o CES/UFMG realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis (q44), sendo verificado um expressivo de grau de desconhecimento, ou seja, 63,9% nem concordam e nem discordam desta questão. Por outro lado, um percentual expressivo de 24,7% desse público concorda, parcial ou total com tal prática (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos professores



Fonte: Próprio autor (2019).

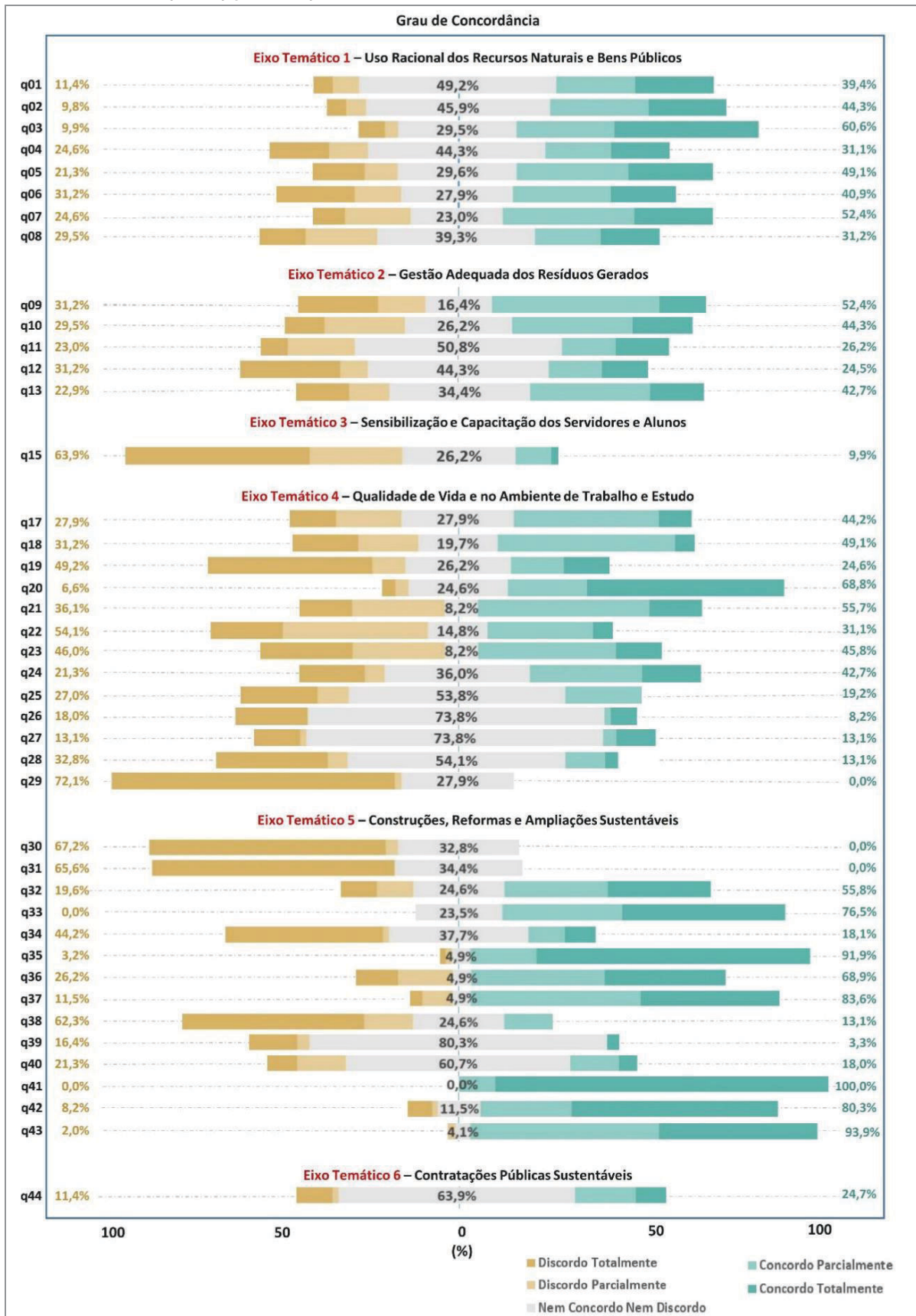
5.2.3.7 Evidências dos Eixos Temáticos – Professores

Após o estudo de cada uma das questões considerada nos seis Eixos para a categoria dos professores, apresenta-se nesta seção, as principais evidências, em consonância com os resultados agrupados no Gráfico 21.

Primeiro eixo – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Na percepção dos professores entrevistados, quatro dos oito itens abordados no Eixo Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos são atribuídos grau de concordância (total e parcial) superiores aos valores determinados para a o grau de indiferença (nem concordo, nem discordo) e de discordância, quais sejam: verificação mensal do consumo de papel nas dependência do CES/UFMG (q3), adoção de algumas práticas para reduzir o consumo de água (q5), de energia elétrica (q6) e de papel (q7).

Gráfico 21 – Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos professores



Fonte: Próprio autor (2019).

Por outro lado, foi evidenciado que as outras quatro questões obtiveram um grau de indiferença superiores aos valores encontrados para os grau de concordância e discordância, a saber: verificação mensal nas dependências do CES/UFCG do consumo de água (q1), do consumo de energia elétrica (q2), do consumo de copos descartáveis (q4) e adoção de alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis (q8).

Segundo eixo – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

As questões relacionadas às separações de resíduos, tanto recicláveis (q9) quanto perigosos (q10), apresentam maior grau de concordância pelos professores, fato este, também verificado pelos alunos concluintes. Destaca-se, ainda, o grau predominante de concordância na questão relacionada à adoção de alguma prática para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros) (q13).

No entanto, duas questões mostram resultados predominantemente relacionados à indiferença, ou seja, onde o entrevistado nem concorda e nem discorda com a afirmativa indicada tais como o descarte de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros (q11) e a realização de compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos (q12).

Terceiro eixo – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Para a maioria dos professores entrevistados, o CES/UFCG não promove capacitação de professores sobre questões ambientais (q15). No entanto, uma pequena parte desse público (26,2%) mostra-se indiferente, ou seja, nem concorda e nem discorda sobre esta temática.

Quarto eixo – Qualidade de Vida e no Ambiente de Trabalho e Estudo

Composto de 13 itens, pode-se destacar as principais divididas em três blocos, que expressam a predominância do grau de concordância, de indiferença (nem concordo e nem discordo) e de discordância:

- a) **Predominância do grau de concordância** – com destaque para as seguintes questões: realização de projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica (q17); promoção de eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental (q18); preservação e utilização dos equipamentos de esporte e lazer (q20); existência de rampas de acesso ou elevador para deficientes (q21); e existência de uma horta (q24);
- b) **Predominância de indiferença** – utilização da horta nas refeições (q25); compra alimentos orgânicos (q26); compra alimentos da agricultura familiar (q27); e existência de pomar (q28);
- c) **Predominância de discordância** – existência de um bicicletário (q19); existência de equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais (q22); e criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros) (q29).

Ressalta-se que uma questão relacionada à existência de equipamentos de proteção nas escadas (q23) apresenta um grau de concordância (45,8% - total ou parcial) bastante próximo ao grau de discordância (46,0% - total ou parcial).

Quinto eixo – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

Maior eixo em quantidade de tópicos (14 questões), com a maioria das percepções dos professores direcionadas ao grau de concordância parcial ou total (oito questões, representando 57,1% de todas as questões desse eixo). Duas delas concentram-se no grau de indiferença (nem concordo e nem discordo), correspondente a 14,3% do total de questões enquanto que as que foram direcionadas para o grau de discordância, representam 42,9%, com os seguintes destaques:

- a) **Questões com predominância de concordância (total ou parcial):** estrutura para captação e uso de água da chuva (q32); salas de aula do CES/UFCG com janelas para ventilar (q35); salas com uso de forma eficiente da iluminação natural (q36); uso de janelas, mas não são usadas, por serem climatizadas (q37); existência de jardim (q41); e existência de

praça ou parque próximo do CES/UFCG (q42) e uso desses equipamentos (q43);

- b) **Questões com predominância de indiferença (nem concordo e nem discordo):** mobiliário do CES/UFCG é de madeira certificada (q39); e uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q40); e
- c) **Questões com predominância de discordância (total ou parcial):** uso de fonte alternativa de energia renovável (q30); existência de aquecedor solar (q31); ligação à rede pública de saneamento (q34); e salas de aula do CES/UFCG com algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos (q38).

Sexto eixo – Contratações Públicas Sustentáveis

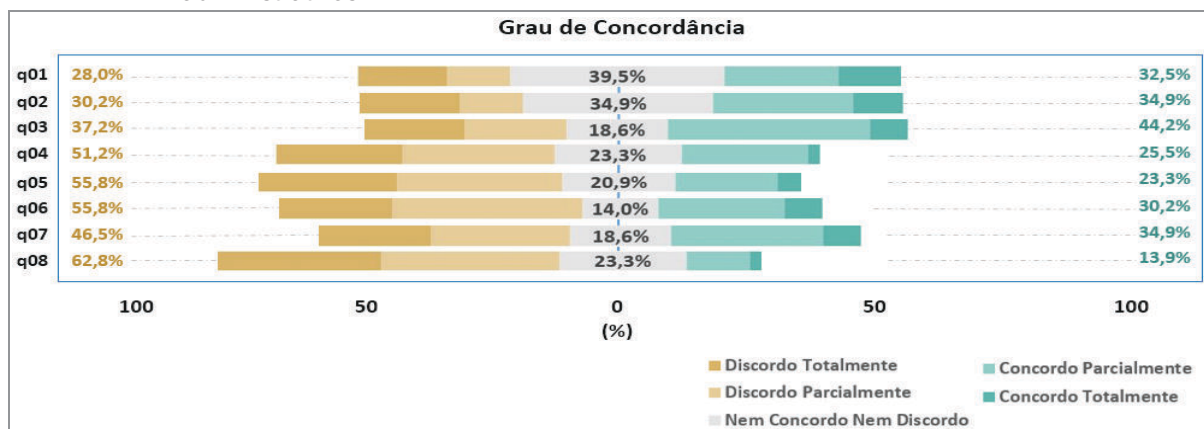
Neste último eixo ficou evidenciado o desconhecimento pela maioria (63,9%) dos docentes entrevistados sobre a realização de licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis no CES (q44).

5.2.4 Percepção dos Servidores Técnico-Administrativos quanto aos Eixos da A3P

5.2.4.1 Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

No estudo do primeiro eixo temático, que trata uso racional dos recursos naturais e bens públicos, foram consideradas oito questões, cujos resultados (grau de concordância) estão descritos no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

Quando questionados se o CES/UFCG verifica mensalmente o consumo de água em suas dependências (q1), observa-se a predominância de servidores técnicos-administrativos indiferentes a esta afirmação, ou seja, nem concordam nem discordam (39,5%), embora um percentual expressivo desse contingente concorde parcial ou totalmente (32,5%).

Em relação à verificação mensal pelo CES/UFCG do consumo de energia elétrica em suas dependências (q2), observa-se o mesmo número de servidores respondentes (34,9%) que concorda (parcial ou total) e que se mostra indiferente.

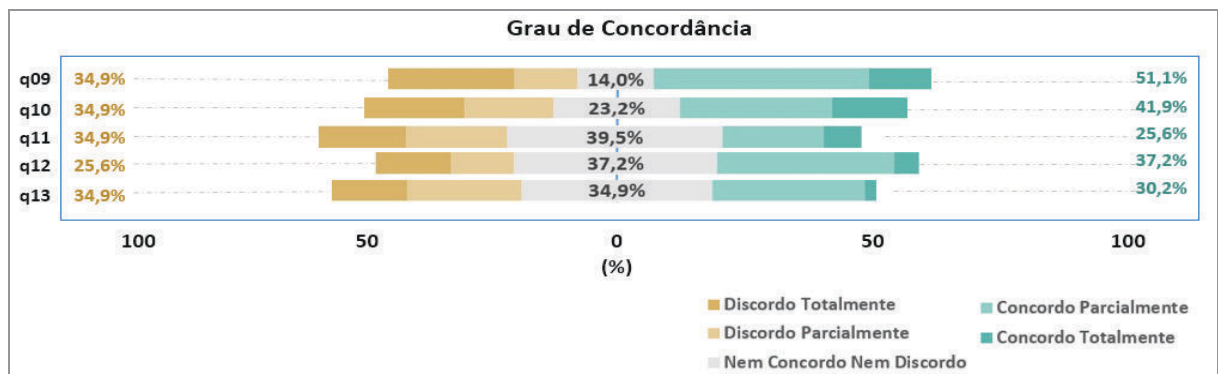
Já no tocante à mensuração mensal do consumo de papel (q3), predomina os servidores que concordam com esta afirmação (44,2%), sendo expressivos também aqueles que discordam (total ou parcial) (37,2%). Ao passo que o hábito de apurar mensalmente o consumo de copos descartáveis (q4) apresenta um grau de discordância para a maioria (51,2%) dos servidores entrevistados.

Quatro questões são direcionadas às práticas para reduzir o consumo dos itens citados anteriormente. Observa-se para todas estas questões, a predominância do grau de discordância (total ou parcial): práticas para redução do consumo de água (q5) com 55,8%; práticas para redução do consumo de energia elétrica (q6) também com 55,8%; práticas para redução do consumo de papel (q7) com 46,5% e práticas para redução do consumo de copos descartáveis (q8) com 62,8%.

5.2.4.2 Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

O estudo do segundo eixo temático que trata da gestão adequada dos resíduos gerados, foi composto por cinco questões, com seus resultados (Grau de Concordância) expressos no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

Na percepção dos servidores técnicos-administrativos entrevistados, o CES/UFCEG separa os resíduos sólidos recicláveis (q9), uma vez que a maioria (51,1%) expressa concordância (parcial ou total). Também é observada a predominância desse grau de concordância em relação aos resíduos perigosos (q10) (41,9%).

Quando indagados se o CES/UFCEG descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros (q11), verifica-se que 39,5% dos servidores pesquisados mostram-se indiferentes, ou seja, nem concordam e nem discordam. Ressalta-se nesta questão, um expressivo grau de discordância (34,9%).

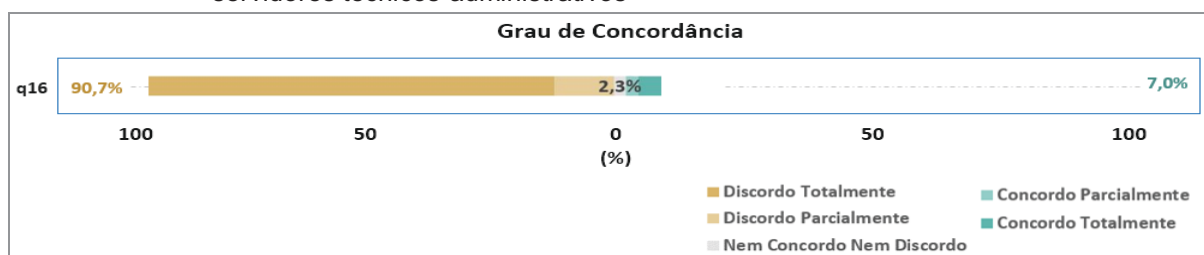
Não houve consenso entre os servidores técnicos-administrativos sobre o fato do CES/UFCEG realizar compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos (q12), uma vez o mesmo percentual de 37,2% de respondentes concorda e se mostra indiferente a este questionamento.

A última questão que aborda se o CES/UFCEG adota alguma prática para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros) (q13), também não houve consenso entre esse grupo de entrevistados, pois foi observado o mesmo percentual de 34,9% tanto para aqueles que discordam quanto para aqueles que se mostram indiferentes.

5.2.4.3 Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Alude-se ao fato de que, neste Eixo, foi consultada a percepção que cada grupo (servidores técnico-administrativos, professores e alunos) tem em relação às ações direcionadas à sua própria categoria. Nesse sentido, a grande maioria (90,7%) dos servidores discorda (parcial ou total) que o CES promove capacitação de funcionários técnico-administrativos sobre questões ambientais (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



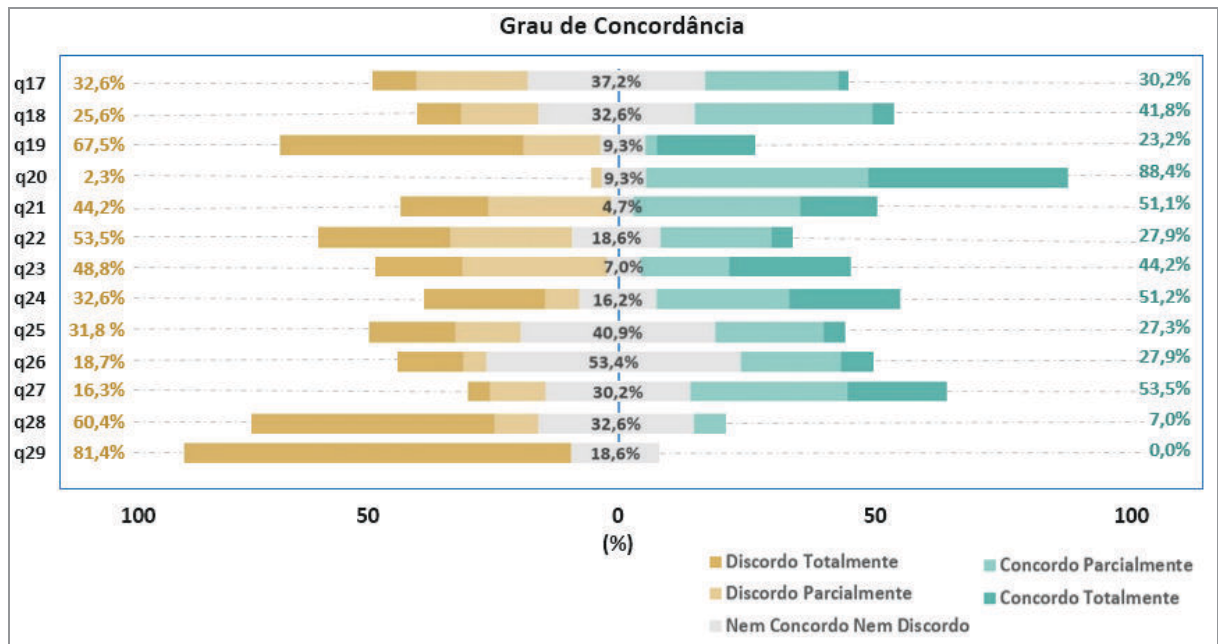
Fonte: Próprio autor (2019).

5.2.4.4 Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo

O quarto Eixo Temático contemplou 13 itens, abordando questões relacionadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo, onde seus resultados estão apresentados no Gráfico 25.

Não houve consenso entre os servidores pesquisados se o CES/UFMG realiza projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica (q17), uma vez que 37,2% se mostram indiferentes, 30,2% concordam (parcial ou total) e 32,6% discordam sobre este tema.

Gráfico 25 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

Já a questão que trata da promoção de eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental ("ações que respeitam o meio ambiente e políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade") (q18) obteve um grau de concordância da ordem de 41,8%, destacando-se um percentual expressivo (32,6%) que se apresentam como indiferentes.

A maioria (67,5%) dos servidores discorda (parcial ou total) que o CES/UFMG tem bicicletário (q19). Por outro lado, a maioria (88,4%) dos servidores concorda que os equipamentos de esporte e lazer do CES/UFMG são preservados e utilizados (q20).

Na percepção da maioria (51,1%) dos servidores entrevistados, há no CES/UFCG rampas de acesso ou elevador para deficientes (q21), uma vez que concordam parcial ou totalmente. Por outro lado, a maioria (53,5%) dos servidores discorda (parcial ou total) sobre a existência de equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais (q22), assim como discordam sobre a existência de equipamentos de proteção nas escadas (48,8%) (q23).

No tocante à existência de horta no CES/UFCG (q24), observa-se um grau de concordância entre os servidores entrevistados da ordem de 51,2%, no entanto, 32,6% discordam. Dentre os servidores que concordam (total ou parcialmente), foi indagado a esse contingente se a horta é utilizada nas refeições (q25), onde foi observado um grau de indiferença de 40,9%, ou seja, não concordam e nem discordam.

Respeitante à compra de alimentos orgânicos pelo CES/UFCG (q26), a maioria (53,4%) demonstra desconhecimento sobre esta questão, diferentemente quando questionados sobre a compra alimentos da agricultura familiar (q27), onde foi constatado um grau de concordância (parcial ou total) de 53,5%.

Quanto às duas últimas questões, identifica-se, para ambas, graus de discordâncias expressos pela maioria dos servidores entrevistados, referentes à existência de pomar no CES/UFCG (q28) (60,4%) e à criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros) (q29) (81,4%).

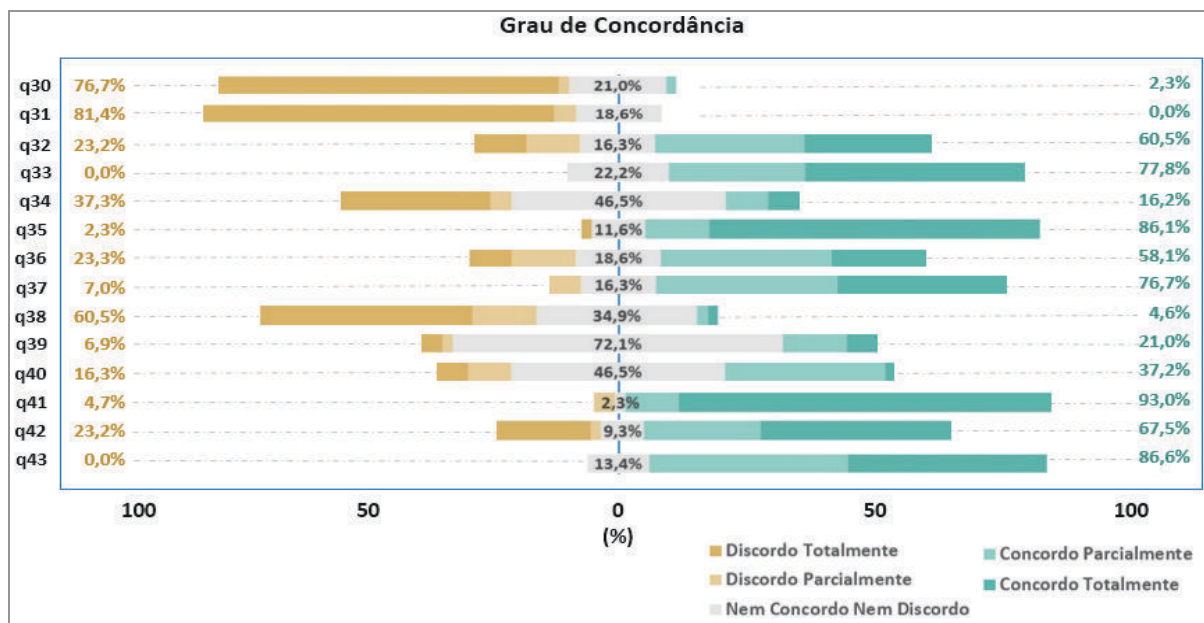
5.2.4.5 Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

Para o quinto Eixo Temático, são analisadas 14 questões, cujos resultados com o grau de concordância apresentados no Gráfico 26.

São observados altos valores de discordância (total ou parcial) para as questões que abordaram o uso, pelo CES/UFCG, de fonte alternativa de energia renovável (q30) (76,7%) bem como a existência de aquecedor solar (q31) (81,4%).

Por outro lado, a maioria (60,5%) dos servidores técnicos-administrativos concorda (parcial ou total) que no CES/UFCG há estrutura para captação e uso de água da chuva (q32). Dentre os servidores que expressaram grau de concordância (total e parcial) da questão 32, foi indagado se essa estrutura está em uso (q33), alcançando um grau de concordância (total ou parcial) da ordem de 77,8%.

Gráfico 26 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

Foi constatado um grau de desconhecimento quando questionados se o CES/UFCG está ligado à rede pública de saneamento (q34), uma vez que 46,5% nem concordam e nem discordam desta questão. Ressalta-se que mais de um terço (37,3%) discorda desse item.

No aspecto da estrutura das salas de aula do CES/UFCG são verificados graus de concordância (parcial ou total) para a maioria dos entrevistados no que tange às seguintes questões: a) salas de aula com janelas para ventilar (q35), com 86,1% de concordância; b) salas de aula com uso de forma eficiente a iluminação natural (q36), com 58,1% de concordância; e c) salas de aula com janelas, mas não são usadas por serem climatizadas (q37), com 76,7%. Por outro lado, quando indagados se as salas de aula do CES/UFCG possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos (q38), foi verificado um grau de discordância (parcial ou total) da ordem de 60,5%.

A maioria (72,1%) dos servidores entrevistados mostra desconhecimento (nem concorda nem discorda) quando questionados se o mobiliário do CES/UFCG é de madeira certificada (q39) bem como se o CES/UFCG faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q40) com o percentual de 46,5%.

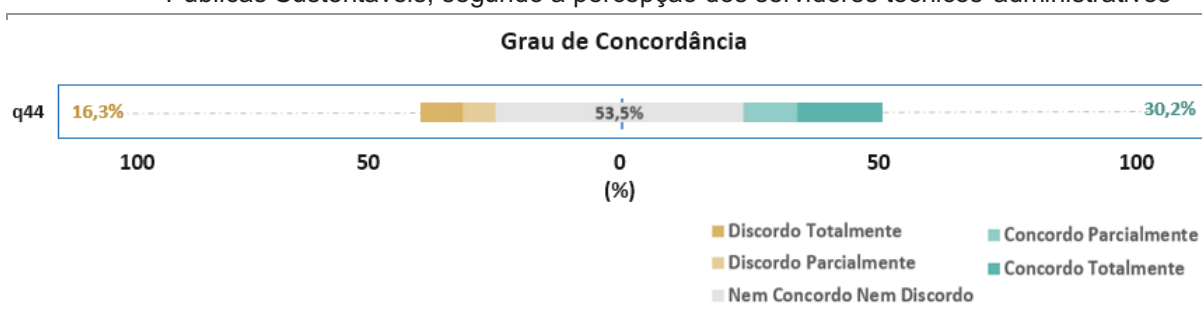
No que se refere à existência de equipamentos públicos, observa-se que a grande maioria (93,0%) concorda (parcial ou total) que existe jardim (q41) bem como

a existência de praça ou parque próximo do CES/UFMG (q42) (67,5%). Para os servidores que expressaram grau de concordância (parcial ou total) da questão 42, foi perguntado se o CES/UFMG utiliza essa praça ou parque (q43), onde foi verificado que a maioria (86,6%) concorda (parcial ou total) com essa questão.

5.2.4.6 Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis

Apenas uma questão foi considerada no Eixo Temático relacionada às contratações públicas sustentáveis. Neste item, constata-se um grau de indiferença (nem concorda nem discorda) de 53,5% quando questionados se o CES/UFMG realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis (q44) (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Grau de concordância das questões que compuseram o Eixo Temático 6 – Contratações Públicas Sustentáveis, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

5.2.4.7 Evidências dos Eixos Temáticos – Servidores Técnicos-Administrativos

Finalizada a análise das questões considerada nos seis Eixos Temáticos para a categoria dos servidores técnico-administrativos, apresenta-se as principais evidências dos referidos eixos, conforme resultados agrupados no Gráfico 28.

Primeiro eixo – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Na ótica dos servidores técnico-administrativos entrevistados, duas questões foram consideradas predominantemente como indiferentes, evidenciando de certo modo, um grau de desconhecimento sobre os temas abordados, quais sejam: se CES/UFMG verifica mensalmente o consumo de água (q1) e energia elétrica em suas dependências (q2). Diferentemente, o consumo de papel recebeu um grau

predominante de concordância (parcial ou total) (q3) enquanto que o consumo de copos descartáveis de discordância (q4). Todas as outras quatro questões obtiveram predominantes de discordância, seja total ou parcial: adoção pelo CES/UFCG de alguma prática para reduzir em suas dependências o consumo de água (q5), de energia elétrica (q6), de papel (q7) e de copos descartáveis (q8).

Segundo eixo – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

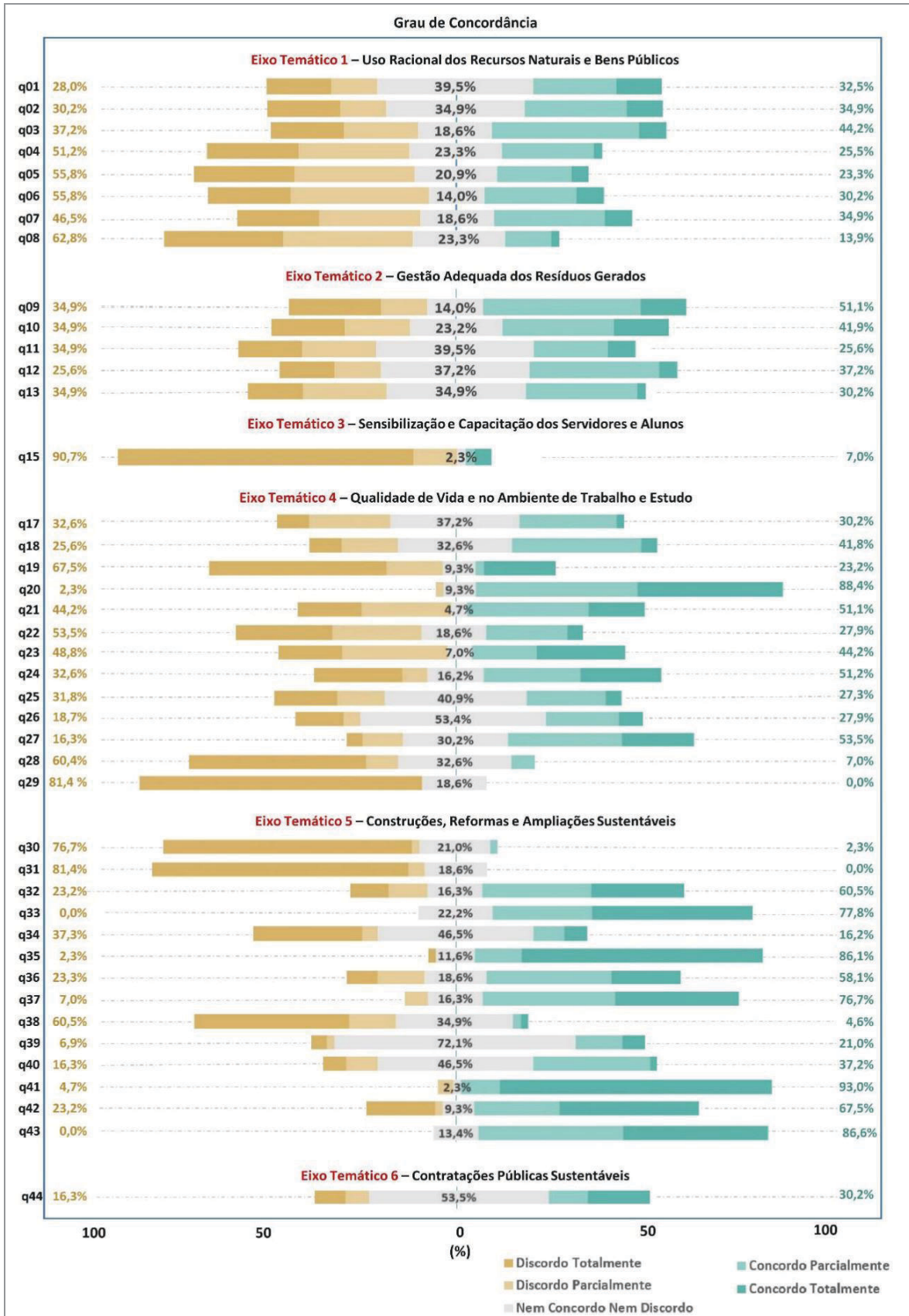
Após a discussão do segundo eixo, pode-se evidenciar na percepção dos servidores técnicos-administrativos a predominância do grau de concordância em relação à separação dos resíduos sólidos recicláveis (q9) e perigosos pelo CES/UFCG (q10).

Não houve consonância entre os servidores quando questionados se o CES/UFCG descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros (q11). Da mesma forma, não foi observado um consenso quanto à realização da compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos (q12), assim como a adoção de alguma prática para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros) (q13).

Terceiro eixo – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos

Eixo composto de apenas um item, onde foi evidenciado um alto grau de discordância quando questionado se o CES/UFCG promove capacitação de funcionários técnico-administrativos sobre questões ambientais (q15).

Gráfico 28 – Grau de concordância das questões que compuseram os Eixos Temáticos, segundo a percepção dos servidores técnicos-administrativos



Fonte: Próprio autor (2019).

Quarto eixo – Qualidade de Vida e no Ambiente de Trabalho e Estudo

Após a análise das 13 questões do quarto eixo, destaca-se as evidências divididas em três blocos, de acordo com o grau de concordância observada:

- a) **Questões com predominância de concordância total ou parcial** – destacaram-se os seguintes itens: promoção de eventos pelo CES/UFMG com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental (q18); preservação e utilização dos equipamentos de esporte e lazer (q20); existência de rampas de acesso ou elevador para deficientes (q21); existência de uma horta (q24) e compra de alimentos da agricultura familiar (q27);
- b) **Questões com predominância de indiferença (nem concorda nem discorda)** – realização de projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica (q17); utilização da horta nas refeições (q25), compra alimentos orgânicos (q26); e
- c) **Questões com predominância de discordância (total ou parcial)** – existência de bicicletário (q19), de equipamentos de adequados a portadores de necessidades especiais (q22), de equipamentos de proteção nas escadas (q23), existência de pomar (q28) e criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros (q29).

Quinto eixo – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

Este eixo temático apresentou 14 questões, com uma abordagem sobre as construções, reformas e ampliações sustentáveis. De um modo geral, a maioria das questões obteve grau de discordância (parcial ou total): existência e uso de estrutura no CES/UFMG para captação e uso de água da chuva (q32); salas de aula do CES/UFMG com janelas para ventilar (q35), com uso de forma eficiente a iluminação natural (q36), salas com janelas, mas não são usadas, por serem climatizadas (q37); existência de jardim (q41), praça ou parque próximo do CES/UFMG (q42) e uso dessa praça ou parque (q43).

Dentre o rol de questões, três delas se destacaram com a predominância do grau de indiferença (nem concorda e nem discorda): ligação do CES/UFMG à rede

pública de saneamento (q34); uso de madeira certificada para confecção de mobiliário do CES/UFCG (q39); e uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado (q40).

Por último, evidenciam-se as questões onde foram verificadas a predominância de discordância (total ou parcial), quais sejam: uso de fonte alternativa de energia renovável (q30); existência de aquecedor solar (q31); e salas de aula com algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos (q38).

Sexto eixo – Contratações Públicas Sustentáveis

Composto de apenas uma questão, a qual evidenciou o desconhecimento por parte dos servidores entrevistados no que diz respeito à realização de licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis (q44).

5.2.5 Síntese das Percepções dos Respondentes (Alunos, Professores e Servidores Técnicos Administrativos)

Após a análise detalhada de cada um dos seis Eixos Temáticos para as três categorias de respondentes, apresenta-se nesta seção, um quadro síntese relacionando os segmentos pesquisados (alunos concluintes, professores e servidores técnicos-administrativos). Traça-se um paralelo da predominância do grau de concordância, discordância ou indiferença, e suas respectivas variáveis avaliadas (Quadro 9), em comparação à realidade encontrada no diagnóstico percorrido na primeira etapa da coleta e análise de dados.

Dessa forma, são apresentados a seguir, os destaques para cada um dos eixos pesquisados.

Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

- Das oito questões do eixo, apenas uma delas obteve grau de concordância (parcial ou total) para todos os segmentos: q3 – A universidade verifica mensalmente o consumo de papel;
- Foi verificada a predominância de concordância em todas as questões para o segmento dos alunos concluintes;
- Nenhuma das questões no segmento dos professores foi avaliada predominantemente com discordância;

- Seis das oito questões avaliadas pelos servidores técnico-administrativos foram avaliadas predominantemente com o grau de discordância.

Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

- Das cinco questões deste eixo, duas delas foram avaliadas por todos os segmentos com grau de concordância: q9 – A universidade separa os resíduos sólidos recicláveis e q10 – A universidade separa resíduos perigosos;
- Nenhum dos segmentos apresentou predominância de discordância nas cinco questões consideradas;
- O segmento dos alunos concluintes apresentou o maior número de questões com predominância de concordância (quatro questões);

Quadro 9 – Resumo das percepções predominantes dos respondentes segundo as categorias

Eixos Temáticos – Questões	Categorias			Evidência observada no CES
	Alunos	Professores	Servidores	
Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos				
1. A universidade verifica mensalmente o consumo de água?				Parcialmente
2. A universidade verifica mensalmente o consumo de energia?				Sim
3. A universidade verifica mensalmente o consumo de papel?				Sim
4. A universidade verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis?				Sim
5. A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de água?				Não
6. A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de energia?				Sim
7. A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de papel?				Não
8. A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis?				Não
Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados				
9. A universidade separa os resíduos sólidos recicláveis?				Sim
10. A universidade separa resíduos perigosos?				Parcialmente
11. A universidade descarta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, fogão, geladeira, freezer, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, panelas, lousas e outros?				Não
12. A universidade realiza a compostagem de resíduos orgânicos?				Sim
13. A universidade adota práticas para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, pincel atômico, cartucho de impressora, outros)?				Não
Eixo 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores				
A universidade promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais?				Minimamente
Eixo 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo				
17. A universidade realiza projetos de educação ambiental?				Ações isoladas

Quadro 9 – Resumo das percepções predominantes dos respondentes segundo as categorias

Eixos Temáticos – Questões	Categorias			Evidência observada no CES
	Alunos	Professores	Servidores	
18. A universidade promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental?	Concordância	Concordância	Concordância	Ações isoladas
19. A universidade tem bicicletário?	Discordância	Discordância	Discordância	Sim
20. Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
21. A universidade tem rampas de acesso ou elevador para deficientes?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
22. A universidade tem equipamentos adequados à portadores de necessidades especiais?	Discordância	Discordância	Discordância	Parcialmente
23. A universidade possui equipamentos de proteção nas escadas?	Concordância	Discordância	Discordância	Sim
24. A universidade possui uma horta?	Concordância	Concordância	Concordância	Não
25. A horta é utilizada nas refeições?	Concordância	Indiferença	Indiferença	-
26. A universidade compra alimentos orgânicos?	Indiferença	Indiferença	Indiferença	Não
27. A universidade compra alimentos da agricultura familiar?	Indiferença	Indiferença	Concordância	Sim
28. A universidade tem pomar?	Indiferença	Indiferença	Discordância	Não
29. A universidade tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros)?	Discordância	Discordância	Discordância	Não
Eixo 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis				
30. A universidade faz uso de fonte alternativa de energia renovável?	Discordância	Discordância	Discordância	Não
31. A universidade possui aquecedor solar?	Discordância	Discordância	Discordância	Não
32. A universidade tem estrutura para captação e uso de água da chuva?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
33. Essa estrutura está em uso?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
34. A universidade está ligada à rede pública de saneamento?	Indiferença	Discordância	Indiferença	Não
35. As salas de aula têm janelas para ventilar?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
36. As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
37. As salas de aula têm janelas, mas não usam, por serem climatizadas?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
38. As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?	Discordância	Discordância	Discordância	Não
39. O mobiliário da universidade é de madeira certificada?	Indiferença	Indiferença	Indiferença	Parcialmente
40. A universidade faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado?	Indiferença	Indiferença	Indiferença	Parcialmente
41. A universidade possui jardim?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
42. Existe praça ou parque próximo da universidade?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
43. O CES/UFCG utiliza essa praça ou parque?	Concordância	Concordância	Concordância	Sim
Eixo 6 – Contratações Públicas Sustentáveis				
44. A universidade realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis?	Concordância	Indiferença	Indiferença	Parcialmente

Legenda:  Discordância  Indiferença  Concordância

Fonte: Próprio autor (2019).

Eixo 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

- Neste eixo, todos os segmentos apresentaram grau predominantemente de discordância;

Eixo 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo

- Das 13 questões que compuseram o estudo deste eixo, três delas obtiveram grau de concordância predominante para todos os segmentos pesquisados: q18 – A universidade promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental; q20 – Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados; e q21 – A universidade tem rampas de acesso ou elevador para deficientes;
- Três questões obtiveram grau discordância predominantemente para os três segmentos estudados: q19 – A universidade tem bicicletário; q22 – A universidade tem equipamentos adequados à portadores de necessidades especiais; e a universidade promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais.
- Uma das questões exibiu a predominância de indiferença (nem concorda e nem discorda): q26 – A universidade compra alimentos orgânicos.

Eixo 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis

- Das 14 questões do quinto eixo, oito delas (correspondente a 57,1%), apresentaram, predominantemente, grau de concordância: q32 – A universidade tem estrutura para captação e uso de água da chuva; q33 – Essa estrutura está em uso; q35 – As salas de aula têm janelas para ventilar; q36 – As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural; q37 – As salas de aula têm janelas, mas não usam, por serem climatizadas; q41 – A universidade possui jardim; q42 – Existe praça ou parque próximo da universidade; e q43 – 10 CES/UFCG utiliza essa praça ou parque;
- Duas questões apresentaram predominância de indiferença (nem concorda e nem discorda): q39 – O mobiliário da universidade é de madeira certificada; e q40 – A Universidade faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado;
- Das 14 questões, três apresentaram, predominantemente, grau de discordância: q30 – A universidade faz uso de fonte alternativa de energia renovável; q31 – A universidade possui aquecedor solar; e q38 – As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos;

- Apenas uma questão expôs discordância ou indiferença, relacionada ao fato da universidade está ligada à rede pública de saneamento.

Eixo 6 – Contratações Públicas Sustentáveis

- Composta de apenas uma questão, identificou concordância por parte dos alunos concluintes, enquanto que os professores e técnicos-administrativos mostraram-se indiferentes quando questionados se a universidade realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis.

6 PLANO DE AÇÃO

Superada a etapa de análise e discussão dos resultados, descreve-se nesta seção um plano de ação elaborado com o intuito de propor iniciativas que colaborem para a adequação de pontos com oportunidades de melhoria, assim como para intensificar e fortalecer atitudes exitosas verificadas concernentes à gestão socioambiental desenvolvida no CES. Trata-se de sugestões direcionadas a cada eixo da A3P abordado, concebidas de forma a priorizar o pragmatismo e a utilização parcimoniosa de recursos financeiros quando da implementação pela Instituição.

6.1 DESCRIÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Antes de mais nada, esclarece-se que a lista de ações exposta no Quadro 10, em consonância com os Eixos da A3P, não tem a pretensão de esgotar as linhas passíveis de modificação, haja vista o entendimento de que as fontes com potencial para intervenções nos aspectos sociais e ambientais são inesgotáveis, dado que proporcionar qualidade e satisfação não só à comunidade acadêmica, mas também à sociedade como um todo, exige esforço contínuo.

Dito isto, vale salientar que o Plano de Ação (Quadro 10) deve ser analisado como um mecanismo que elenca oportunidades – e não críticas – e aponta propostas de soluções para situações verificadas no diagnóstico aplicado junto aos gestores e/ou na investigação procedida para aferir a percepção dos alunos concluintes, servidores técnico-administrativos e professores, conservando a função de contribuir para que o CES desempenhe sua missão da melhor maneira possível.

Ademais, explica-se que o planejamento é apenas a primeira etapa de um ciclo que passa ainda pelas fases de execução, checagem e comparação dos resultados com o que foi programado, sugerindo novas ações baseadas nos *feedbacks* obtidos, no sentido de reparar eventuais incorreções ou assegurar a continuidade do que foi conquistado. Mostra-se, portanto, como um processo constante e dinâmico de retroalimentação que gera conhecimento ao passo que concorre para a efetividade da organização.

Quadro 10 – Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCC.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos						
1	Adquirir dois hidrômetros (campus e residência universitária)	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Monitoramento do consumo de água no CES
2	Dispor de sistema mecânico para irrigação dos jardins do campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Economia de água proveniente do Horto
3	Substituir todas as torneiras dos banheiros do campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório para aquisição de torneiras com temporizador	A definir	A definir	Economia de água pluvial
4	Prover sistema de reutilização da água para descargas nos banheiros do campus	Direção, Docentes da área, Prefeitura Setorial	A partir de um estudo técnico, proceder com as adaptações necessárias nas instalações hidráulicas.	A definir	A definir	Economia de água pluvial
5	Implementar campanha para substituição de copos descartáveis	Direção, Coordenadores de Curso e Técnico-Chefes de Setor	Divulgação nas páginas oficiais do CES e e-mails; restringindo o acesso ao material para uso cotidiano; e descontinuar compra em até 3 anos	A definir	A definir	Redução da geração de resíduos e economia de recursos financeiros
6	Realizar campanha de conscientização para reduzir consumo de papel	Direção do CES, Coordenadores de Curso e Chefes de Setor	Realização de campanhas educativas; ampliação do uso do SEI; divulgação de ações educativas nas páginas oficiais do CES e e-mails.	A definir	A definir	Redução da geração de resíduos e economia de recursos financeiros
7	Estudar meios para viabilizar a aplicação de provas digitais	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Adaptando equipamentos e sistemas de informática	A definir	A definir	Redução do consumo de papel
8	Estabelecer metas de redução de consumo de papel e copos descartáveis e premiar anualmente os setores que as atingir	Direção do CES	Criação de prêmio e exposição das melhores práticas em evento anual; Divulgação nas páginas	A definir	A definir	Conscientização da necessidade de redução do consumo de tais itens
9	Adquirir sensores de presença para iluminação dos ambientes dos CES	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Economia do consumo e redução da conta de energia elétrica

Quadro 10 – Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFMG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados						
1	Firmar parcerias com cooperativas de reciclagem de materiais diversos	Direção e Técnico-administrativos do CES	Desenvolvendo parcerias junto a cooperativas na cidade de Campina Grande	A definir	A definir	Destinação correta dos resíduos recicláveis
2	Construir Estação de Resíduos no campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório; Construção de um espaço adequado para armazenamento de resíduos antes de serem enviados a uma cooperativa	A definir	A definir	Armazenamento correto de resíduos diversos
3	Estudar a viabilidade de implementação de logística reversa para contratos e aquisições diversos	Direção e Técnico-administrativos do CES	Verificação dos dispositivos legais e editais de licitação	A definir	A definir	Evitar acúmulo de materiais obsoletos no campus
4	Evitar mistura de resíduos antes de enviar às cooperativas	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório para aquisição de sacos de lixo coloridos	A definir	A definir	Separação adequada de resíduos antes da sua destinação
5	Criar projeto de recolhimento de pilhas e baterias	Direção e Técnico-administrativos do CES	Desenvolvimento de programa semelhante ao "PAPAPILHA" do campus de Sumé.	A definir	A definir	Conscientização acerca da necessidade do descarte correto de resíduos perigosos
6	Unificar o recolhimento de papéis e papelões (resíduos gerados pelo CES e transeuntes)	Prefeitura Setorial	Modificando as orientações quando do recolhimento de papéis e papelões nos coletores coloridos que, hoje, são recolhidos pela Prefeitura Municipal de Cuité	A definir	A definir	Universalização da coleta destes materiais por parte de catadores e/ou cooperativas
7	Criar identidade visual do projeto Horto Florestal Olho D'água da Bica CES/UFMG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade	Técnico-administrativos	Aproveitando as habilidades de funcionários do próprio CES para a criação ou Realização de Procedimento licitatório;	A definir	A definir	Fortalecimento do projeto junto à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo
8	Ampliar atuação do projeto Horto Florestal Olho D'água da Bica CES/UFMG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade	Direção do CES e atores envolvidos	Estímulo à captação de voluntários; disponibilização de infraestrutura adequada e recursos financeiros; participação em eventos regionais para exposição do projeto	A definir	A definir	Fortalecimento do projeto junto à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo

Quadro 10 – Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCC.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
9	Reativar o Comitê de Resíduos Sólidos do CES	Direção do CES e membros do Comitê	Provendo meios e oferecendo o apoio necessário para o pleno desempenho das ações idealizadas pelo grupo	A definir	A definir	Otimização das ações em andamento e criação do Plano de Gerenciamento de resíduos Sólidos do CES
Eixo 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos						
1	Promover capacitação periódica para discentes, técnico-administrativos e professores	Direção do CES	Oferta de oficinas, debates, palestras seminários e capacitações na área da gestão socioambiental	A definir	A definir	Comunidade acadêmica conscientizada do seu papel na criação, desenvolvimento e intensificação de práticas socioambientais
Eixo 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo						
1	Identificar causas da baixa utilização do bicicletário do campus	Direção do CES	Desenvolvimento de pesquisa por meio de plataforma digital	A definir	A definir	Promoção de ações direcionadas a estimular e ampliar a utilização deste equipamento
2	Adquirir rede para cobertura do campo de futebol <i>society</i>	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Disponibilização do campo de futebol <i>society</i> para práticas esportivas
3	Universalizar a sinalização das rampas de acesso no campus	Prefeitura Setorial	Utilização de tintas disponíveis no campus ou, na ausência destas, Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Padronização das rampas de acesso
4	Equipar computadores na Biblioteca do campus com <i>softwares</i> de transcrição de textos para deficientes visuais	Direção do CES	Aquisição gratuita de <i>softwares</i> , a exemplo do "BR Braille", desenvolvido pela UNICAMP, e do <i>MecDaisy</i> , criado pela UFRJ; adaptação ou aquisição de computadores para suportarem a tecnologia	A definir	A definir	Promoção da inclusão de deficientes visuais
5	Dispor de pelo menos um bloco de aula com elevador	Direção e Técnico-administrativos do CES	Aquisição de elevador mediante realização de procedimento licitatório	A definir	A definir	Inclusão de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida

Quadro 10 – Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCC.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
Eixo 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis						
1	Estudar viabilidade de diversificação da matriz energética, especialmente para a fotovoltaica	Direção do CES	Engendrando esforços junto aos setores competentes da UFCG, em Campina Grande	A definir	A definir	Redução da conta de energia elétrica
2	Ampliar a estrutura de captação de água pluvial de forma a diminuir a extração de água do olho d'água	Prefeitura Setorial	Replicando o sistema já existente nas edificações que não contam com o mesmo	A definir	A definir	Otimização da captação de água pluvial e diminuir a dependência de água do Horto
3	Eliminar o uso das fossas comuns rudimentares	Direção do CES e Prefeitura Setorial	Adaptar o sistema de encanamento existente; construir fossas sépticas; realização de procedimento licitatório	A definir	A definir	Universalização da captação de dejetos por meio de fossas sépticas
4	Desenvolver e estimular projetos de reciclagem ou reutilização de material ou equipamento	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Fomentando ações de estímulo à reciclagem e reutilização de materiais e equipamentos	A definir	A definir	Diminuição do nível de armazenamento de materiais e equipamentos em depósitos e conscientização da comunidade acadêmica
Eixo 6 – Contratações Públicas Sustentáveis						
1	Ampliar o rol de aquisições compreendidas pelos editais que dispõem de critérios de sustentabilidade	Direção e Técnico-administrativos do CES	Buscando, na legislação, ferramentas que deem segurança jurídica	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos
2	Realizar licitações de obras e serviços que disponham de mecanismos que confirmem vantagem para materiais sustentáveis	Direção e Técnico-administrativos do CES	Disponibilização nos editais de cláusulas que estimulem a oferta de itens sustentáveis, por parte das empresas, a exemplo de materiais biodegradáveis	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos

Quadro 10 – Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCCG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
Geral						
1	Verificar, de forma contínua, e adotar, no que couber, as melhores práticas desenvolvidas por Órgãos Públicos, organizações privadas e entidades do terceiro setor no âmbito da Gestão Socioambiental	Comunidade Acadêmica	Pesquisando, reportando e debatendo junto à Direção do CES casos comprovadamente exitosos de outras organizações, sobretudo IFES.	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos
2	Adotar, no que couber, as ações sugeridas pelo PLS da UFCG	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Disponibilizando o documento para a comunidade acadêmica	A definir	A definir	Alinhamento com as diretrizes institucionais da UFCG
3	Criar rotina de verificação e controle das ações que se propor a realizar	Atores envolvidos	Criando documentos e manuais de verificação e controle	A definir	A definir	Manualização e padronização de procedimentos e promoção da gestão do conhecimento
4	Promover evento anual de divulgação e balanço das ações, sobretudo as desenvolvidas no âmbito da gestão socioambiental	Direção, e Técnico-administrativos do CES	Utilizando o auditório do Centro	A definir	A definir	Institucionalização de práticas socioambientais, conscientização dos atores envolvidos e integração holística do Centro em torno do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade

O Plano de Ação está dividido em sete categorias, de modo que as iniciativas são pautadas levando em consideração, fundamentalmente, os Eixos Temáticos da A3P: Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, Eixo 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos, Eixo 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo, Eixo 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis, e Eixo 6 – Contratações Públicas Sustentáveis. Além de uma categoria geral para ações de uma amplitude maior, que dialogam para além dos eixos.

No campo do primeiro eixo estão previstas as aquisições de dois hidrômetros e sistema mecânico para irrigação dos jardins, a fim de atender às necessidades do campus e da Residência Universitária, sensores de presença para iluminação dos ambientes do CES, torneiras com temporizador destinadas às instalações dos banheiros. Sugere-se, ainda, descontinuar a compra de copos descartáveis para uso cotidiano em até dois anos, limitando-se ao uso em eventos, e reduzir a dependência de papel. Espera-se iniciar o controle da utilização da água e a diminuição dos consumos papel, copos descartáveis e energia elétrica.

Para o segundo eixo foram recomendadas parcerias com cooperativas de reciclagem de resíduos, tanto sólidos quanto perigosos, construção de uma Estação de Resíduos, a fim de armazenar adequadamente o lixo até que este seja recolhido, verificar a aplicabilidade da logística reversa, onde couber, comprar sacos de lixo, de preferência biodegradáveis, nas cores dos respectivos coletores, criar projeto para recolhimento de pilhas e baterias, dentre outras ações. Recomenda-se, ainda e primordialmente, não medir esforços no sentido de reativar o Comitê de Resíduos Sólidos do CES.

O terceiro eixo é um pouco mais enxuto e prevê a realização periódica de capacitação para docentes, alunos e técnico-administrativos, promovendo oficinas, debates, palestras, seminários e capacitações, com o intuito de institucionalizar a prática da gestão Socioambiental no CES. Com relação ao quarto eixo, indica-se a identificação das causas pela baixa utilização do bicicletário, universalizar a sinalização das rampas de acesso para cadeirantes, instalar elevador em pelo menos um bloco de aula, disponibilizar software de transcrição de textos para deficientes visuais e adquirir rede para cobertura do campo *society*, pois se trata de um equipamento que não vem sendo aproveitado para a prática de esportes.

Já o quinto eixo preconiza o estudo da viabilidade de diversificação da matriz energética do campus, a ampliação da estrutura de captação de água proveniente da chuva, a substituição das fossas comuns rudimentares por fossas sépticas e o desenvolvimento de projetos que estimulem o uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado. Enquanto o sexto eixo aconselha a ampliação das aquisições de materiais com critérios de sustentabilidade e a realização de licitações de obras e serviços exclusivos - ou que confirmem vantagem - para produtos sustentáveis.

O sétimo grupo, descrito como “geral”, receita a verificação contínua e a adoção das melhores práticas, procedimento conhecido na administração por benchmarking, no tocante não só a Órgãos Públicos, mas também à iniciativa privada e entidades do terceiro setor. Outrossim, lembra também das metas sugeridas pelo PLS da UFCG, da criação de rotinas de verificação e controle, bem como da realização de evento anual para divulgação e balanço das ações desenvolvidas, sobretudo no âmbito da Gestão Socioambiental. Ou seja, são condutas de abrangência institucional.

Percebe-se, portanto, que a maioria das ações exibidas apresentam relação direta ou indireta com a economia de recursos financeiros, sem descuidar da atenuação dos impactos ambientais decorrentes da execução das atividades. Fatos estes que, na concepção aqui defendida, constituem elementos atrativos ao seu implemento, agregam valor ao serviço final e às funções acessórias, aumentam a sensação do benefício percebido junto à comunidade acadêmica e à sociedade e concorrem para a efetividade da organização.

7 CONCLUSÃO

De maneira a complementar e condensar grande parte de tudo que foi discutido ao longo deste trabalho, esta seção aborda as conclusões acerca da pesquisa, expõe as limitações percebidas neste estudo, como também sugere propostas para pesquisas futuras. Tem-se, portanto, um apanhado geral das informações debatidas e das ideias trabalhadas.

A pesquisa em tela se propôs a analisar como a Gestão Socioambiental é desenvolvida no Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG sob a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para tanto, explorou-se a temática na Instituição, buscando identificar as práticas de gestão socioambiental presentes no CES, aferir a percepção dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes acerca da Gestão Socioambiental e realizar o diagnóstico do CES, de maneira a fornecer as bases para a implantação da A3P definidas no Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas.

Para alcançar tais objetivos, uma vasta gama de documentos foi consultada, a exemplo de artigos apresentados e aprovados em encontros acadêmicos, periódicos de conceituados sites da área, dissertações congêneres, livros de autores com notabilidade, tanto nacional quanto internacional, legislações pertinentes, normativos, manuais, etc. Enfim, almejou-se ornamentar a teoria com a literatura disponível, dispondo da ciência atual concernente ao assunto deste estudo.

Nesse sentido, debruçou-se sobre temas como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade – e suas variadas dimensões –, gestão socioambiental, gestão ambiental, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), sobretudo a evolução dos manuais e cartilhas, e a aplicabilidade nas IFES. Percorreu-se, também, os seis eixos temáticos, apresentando suas características principais, legislação envolvida e seus desdobramentos.

Em seguida, procedeu-se com os diagnósticos organizacionais da UFCG e do CES, e, posteriormente, examinou-se a situação em que este se encontra quanto às ações desenvolvidas no âmbito da gestão socioambiental. Para tanto, aplicou-se o formulário da A3P orientado para Universidades Públicas. Foram ouvidos gestores (técnico-administrativos) e professores que colaboraram especificamente em questionamentos inerentes ao seu campo de atuação, ajudando a montar um

verdadeiro quebra-cabeça de informações e a esculpir a matéria bruta até chegar ao produto final.

Em um segundo momento, por meio da aplicação de questionário, 204 atores organizacionais participaram da pesquisa, sendo 100 alunos concluintes, 44 técnico-administrativos e 60 professores, os quais se dedicaram a demonstrar suas respectivas percepções no tocante aos seis eixos da A3P, em uma adaptação do formulário aplicado junto aos gestores do CES, com o propósito de traçar um paralelo entre o que é realizado no Centro e o que é percebido pela comunidade acadêmica.

Na primeira etapa da coleta de dados, fundamentada em um levantamento de campo, constatou-se que, no tocante ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, o CES apresenta um quadro de monitoramento incipiente nas questões que envolvem o consumo de água, energia, papel e copos descartáveis. Haja vista que, mesmo quando dispõe dos dados, nenhuma prática é adotada em direção à redução do consumo, à exceção da energia elétrica, cujos sinais são animadores. Iniciativas como a substituição da iluminação convencional por lâmpadas de LED e a opção por suspender as atividades do complexo esportivo e manter desligada, no período noturno, toda a iluminação externa do campus, durante os recessos acadêmicos, e a partir das 23:00h em época de aulas, têm contribuído para significativas reduções na conta de luz.

Os resultados da investigação no tocante à percepção dos respondentes revelaram que os alunos têm uma maior predisposição a concordar com os temas relacionados ao primeiro eixo, ao passo que professores se mostraram indiferentes à verificação dos consumos de energia e água e se o CES adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis. Os técnicos rejeitaram afirmações levantadas acerca do uso de copos descartáveis e da adoção de práticas para diminuir o consumo destes, como também de água, energia e papel. A verificação do consumo de papel foi a única unanimidade no primeiro eixo.

Com relação à gestão adequada dos resíduos gerados, segundo eixo abordado, o CES um panorama multifacetado. Enquanto a compostagem de resíduos orgânicos, graças à dinâmica do programa “Horto Florestal Olho D’água da Bica CES/UFCG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade”, é realizada com êxito, os bens inservíveis, resíduos sólidos recicláveis e os perigosos tem fluxo distinto do desejado. O primeiro grupo é mantido em um depósito; o segundo, apesar de ser recolhido corretamente, por meio de coletores coloridos, é

misturado e levado ao lixo comum; o último, ou é armazenado por tempo indeterminado em recipientes no próprio campus, ou tem o mesmo destino dos recicláveis, a exemplo dos itens de informática. Apenas papéis e papelões oriundos das atividades administrativas e acadêmicas são entregues a um catador munícipe.

Servidores técnico-administrativos, professores e alunos foram consensuais no que tange a concordar que o CES separa resíduos recicláveis e perigosos, mas se alternaram entre afirmar ou nem concordar nem discordar as questões seguintes. A compostagem de resíduos orgânicos atraiu a concordância de alunos e servidores, ao mesmo tempo que as práticas para redução do material de expediente obtiveram a dos professores. Apenas alunos concordam que o CES descarta os bens inservíveis, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

O terceiro eixo tratou da sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Ficou evidenciado que a Direção do CES não fomenta este tipo de atividade do campus. As ações existentes são lideradas pelo programa citado na estrofe anterior, o qual realiza um trabalho com alunos do Cursos de Ciências Biológicas e alguns servidores, ou acontecem integradas a eventos acadêmicos, mediante a realização de oficinas, palestras e afins, mas não há a institucionalização dessas práticas. Um reflexo disso foi detectado nas respostas da comunidade acadêmica, pois as três categorias foram enfáticas ao discordarem da assertiva que trata da promoção de capacitação pelo CES sobre temas ambientais.

Os dois primeiros questionamentos do quarto eixo – qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo – seguem praticamente a mesma tônica da conjuntura apresentada acima, salvo pelo projeto em curso para arrecadar cerca de 23 mil garrafas PET, que tem envolvido parte da cidade na ação. O CES possui bicicletário, apesar de ser pouco demandado, por outro lado, equipamentos de esporte e lazer são preservados e têm utilização constante.

As escadas são dotadas de corrimões e as rampas, além de distribuídas estrategicamente ligando os blocos e demais ambientes do campus, estão em bom estado, mas há o que evoluir no que tange a outros equipamentos para portadores de necessidades especiais. O CES não possui criação de animais, como também não cultiva pomar nem horta. Não compra alimentos orgânicos, mas permite que agricultores locais comercializem produtos desta natureza nas suas dependências. O Centro recentemente passou a adquirir produtos da agricultura familiar, sinalizando uma mudança de paradigma nas suas licitações de gêneros alimentícios.

As três classes de respondentes rejeitaram afirmações respeitantes ao CES ter criação de animais e a quanto possuir equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais e bicicletário, apesar da Instituição dispor deste equipamento. Em sentido inverso, entraram em consonância relativamente à promoção de eventos ligados à sustentabilidade socioambiental com a comunidade no entorno, preservação e utilização de equipamentos de esporte e lazer, rampas de acesso e a existência de horta, apesar da universidade não possuir esta ferramenta. Alunos concordaram que as escadas do CES são seguras, as outras duas categorias se opuseram. Somente os técnicos asseguraram que a universidade compra alimentos da agricultura familiar.

O quinto eixo averiguou a situação das construções reformas e ampliações sustentáveis. O CES depende da matriz elétrica como fonte energética, cenário passível de ser alterado apenas se alguma atitude emanar de sede, em Campina Grande. Há uma boa estrutura de captação de água em uso, assegurando a autossuficiência dos bebedouros o ano inteiro. Indica-se ampliar a estrutura para ser utilizada também na irrigação dos jardins, diminuindo a extração de água do Horto Florestal.

As salas de aula aproveitam a luz natural e são equipadas com aparelhos condicionadores de ar, mas não possuem proteção contra ruídos externos. Parte do mobiliário da Instituição, os itens adquiridos pouco tempo atrás, é de madeira certificada, o que pretende ser estendido à medida que a necessidade por novos móveis surja. Há uma tímida ação de reutilização de materiais velhos, como os pneus, destinados principalmente para compor canteiros. Jardins, praças e parques são aproveitados como espaços de interação social e oferta de serviços voltados especialmente para o autocuidado.

Os atores organizacionais apresentaram um grau maior de uniformidade nas respostas no quinto eixo. Foram objeto de concordância mútua questões que abordaram a estrutura para a captação de água da chuva e se ela estaria em uso, a disposição de janelas para ventilar, bem como a utilização eficiente da iluminação natural e a climatização dos ambientes, além da existência de jardim, praça e parque e seu respectivo uso. Contrariamente a isso, recusaram assertivas que tratavam da proteção das paredes contra ruídos externos, o uso de fonte alternativa de energia renovável e a presença de aquecedor solar.

As contratações públicas sustentáveis, objeto do sexto eixo, indicaram o cumprimento parcial dos critérios de sustentabilidade. As aquisições de produtos têm

contemplado estas características, o que deve ser intensificado nas próximas licitações. A parcela que ficou a desejar refere-se às contratações de obras e serviços, muito por conta dos custos elevados e da própria legislação que dificulta avanços nestes segmentos. Respeitante a isso, apenas os alunos inclinaram-se a concordar com a afirmação proposta, ao passo que professores e técnicos se mantiveram neutros.

A partir das informações colocadas, conclui-se que a gestão socioambiental desenvolvida no CES encontra-se em estágio inicial, com sinais positivos em áreas que primam pela realização de licitações para compra de produtos sustentáveis e provenientes da agricultura familiar, por práticas extracurriculares integrativas, estímulo à interação social entre a comunidade acadêmica e a sociedade, utilização coletiva dos espaços comuns, preservação e recuperação de áreas verdes, disponibilização de equipamentos para prática de esportes e lazer, captação de águas pluviais, utilização da luz natural nos ambientes, monitoramento do consumo de bens públicos e compostagem de resíduos orgânicos.

Por outro lado, há um território a ser percorrido a fim de , essencialmente em relação à sensibilização e capacitação dos atores organizacionais, práticas voltadas para otimizar o uso de bens públicos, especialmente água, papel e copos descartáveis, coleta, armazenamento e descarte de resíduos não orgânicos, sobretudo os perigosos, estímulo ao uso do bicicletário, disponibilização e ampliação de equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais, possibilidade de compra de alimentos orgânicos e cultivo de horta e pomar, diversificação da sua matriz energética, modernização do sistema de esgotamento sanitário.

Considera-se, destarte, que fora concluída a realização do diagnóstico da universidade, segundo os preceitos elencados pelo Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (2017). Recomendou-se no Plano de Ação a reativação do Comitê Gestor dos Laboratórios do CES, de maneira que este faça as vezes da Comissão Gestora A3P. O próximo passo, o terceiro dos seis elencados pela cartilha, é elaborar o Plano de Gestão Socioambiental, devendo conter “os objetivos, os projetos, as atividades ou ações que serão implantadas; as metas a serem alcançadas, as medidas de monitoramento, e uma avaliação com base nos indicadores selecionados” (BRASIL, 2017a, p. 22).

7.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Colaboraram neste estudo, como respondentes do questionário, 204 participantes, divididos entre servidores técnico-administrativos (44), alunos concluintes (100) e professores (60). Para os dois primeiros, a pesquisa atingiu o universo das categorias, todavia, para o conjunto dos docentes um número abaixo de 50% de indivíduos retornou o questionário. Isto é, deixamos de conhecer a percepção de 67 professores que poderiam contribuir ainda mais para os resultados da pesquisa.

Outro ponto a ser considerado, que se deve à estrutura do próprio instrumento utilizado na pesquisa, tem relação com a sistemática da qual ele se vale. À vista disso, até mesmo por ter um formato de diagnóstico, investiga-se o “como” as coisas acontecem, mas não se apura o “porquê” de elas acontecerem ou não. Assim, analisa-se a coisa em seu estado atual, sem considerar as causas que fizeram-na chegar aqui nem o seu possível impacto mais à frente, cabendo ao pesquisador a função de contextualizar e inserir o seu objeto no ambiente ao qual ele está posto.

Não obstante haja um campo com potencial vasto de conhecimento teórico e prático na área em que delimita a pesquisa – Gestão Socioambiental –, inclusive em relação à A3P, as discussões acerca do tema são relativamente recentes, existindo conceitos que, devido aos debates entrincheirados, se apresentam como conjecturas, o que dificulta determinar o alcance de conclusões, ou seja, cada caso estudado reflete a sua própria realidade.

7.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Este estudo não vislumbra esgotar o conhecimento prático e teórico acerca dos temas abordados, tampouco se prontifica a consumir todos os questionamentos e apresentar todas as respostas que circundam a campo da Gestão Socioambiental, aspectos relativos às próprias limitações da pesquisa abrem precedentes para trabalhos futuros.

O formulário aplicado e o formato de abordagem utilizado na pesquisa é passível de ser replicado em uma infinidade de outras Instituições, de maneira que se possa explorar ambientes micro e macro, no todo ou em parte. Ademais, ele pode ser combinado com outros instrumentos, a exemplo do método idealizado por Freitas,

Borget e Pfitscher (2011), de maneira que possa conferir uma ênfase maior a um ou mais eixos temáticos.

Quanto aos respondentes que cooperaram na segunda etapa da análise dos dados, este trabalho se propôs a averiguar a percepção de três categorias: alunos concluintes, servidores técnico-administrativos e professores. Surge, então, a possibilidade para que pesquisas futuras utilizem outras classes de participantes, como a dos funcionários terceirizados e até mesmo da comunidade no entorno da Instituição, extraindo uma amostra.

O formulário desenvolvido em 2017 pelo Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas - e utilizado nesta pesquisa -, apesar de ser fruto de uma evolução de outros instrumentos concebidos pela A3P, inseriu novos indicadores que culminaram, obviamente, em novas respostas que, por sua vez, abrem espaço para novas inferências, em um ciclo inexaurível de oportunidades a serem trilhadas pelos pesquisadores.

Por fim, todo e qualquer interesse acadêmico direcionado a conhecer a percepção do público usuário, a transcender a fronteira do não sabido e a aprofundar o saber já existente, que possa ser traduzido em conteúdo científico, por si só é louvável, à medida que amplia a visão de mundo dos respondentes, dos atores envolvidos na organização, da sociedade e do próprio pesquisador.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], v. 13, n. 32, p. 21-47, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2554>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ARAÚJO, S. M.; FREITAS, L. S.; ROCHA, V. S. G. L. Gestão Ambiental: práticas sustentáveis nos campi de uma IFES. **REUNIR**, Campina Grande, v. 7, n. 3, p. 36-50, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/672/pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2012.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2017**. Brasília: MDR, 2019. 226 p. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **A3P em Números**. Brasília: MMA, 2018a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Sistema de Catalogação de Material**. Brasília: MPDG, 2018b. Disponível em: <<http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Instituições Parceiras**. Brasília: MMA, 2018c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas**. Brasília: MMA, 2017a. 35 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Publicacoes%202017/universidade.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Curso de Capacitação Sustentabilidade na Administração Pública**. Brasília: MMA, 2017b. 73 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Curso%20de%20Capacitacao/Cartilha%20formato%20Web.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Guia de contratações sustentáveis da justiça do trabalho**. 2. ed. Brasília: Justiça do Trabalho, 2014. 30 p. Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/c/documentlibrary/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. 2010a. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. 2010b. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: MPOG, 2010. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. **Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. 2010c. Inclui a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como requisito das licitações e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda ambiental na administração pública**. 5 ed. Brasília: MMA, 2009. 100 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10419.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda ambiental na administração pública**. Brasília: MMA, 2001a. 80 p. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/a3p.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001**. 2001b. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Brasília: MMA, 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CARVALHO, M. C. M. **Metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 8 ed. São Paulo: Papirus, 1998.

CES. Centro de educação e Saúde. **Plano de Logística Sustentável do CES**. Universidade Federal de Campina Grande. 2019.

_____. **Meio Ambiente**. Programa da UFCG contribui para reflorestamento no Curimataú paraibano. 2019. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/component/content/article?id=1592>. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. **Campanha para arrecadação de garrafas PET do CES para construção do novo espaço de práticas integrativas**. 2019. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias/1322-campanha-para-arrecadacao-de-garrafas-pet-do-ces>. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. **Campus Cuité da UFCG realiza campanha para arrecadação de garrafas PET**. 2018. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias/1311-campus-cuite-da-ufcg-realiza-campanha-para-arrecadacao-de-garrafas-pet>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. **Prefeitura Universitária instala lâmpadas de LED no campus de Cuité da UFCG**. 2017. Disponível em: <<http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias/735-prefeitura-universitaria-instala-lampadas-de-led-no-campus-de-cuite-da-ufcg>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. **Desenvolvendo qualidade**: Campus de Cuité da UFCG comemora 10 anos de criação nesta quinta (01). 2016. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias/206-desenvolvendo-qualidade-campus-de-cuite-da-ufcg-comemora-10-anos-de-criacao-nesta-quinta-01>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CES. Centro de educação e Saúde. **Projeto intensifica a produção e plantio de árvores nativas da caatinga em Cuité**. 2016. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias/186-projeto-intensifica-a-producao-e-plantio-de-arvores-nativas-da-caatinga-em-cuite>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. **O Centro**. 2016. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/campus>>. Acesso em 04 ago. 2019.

CINTRA, R. F. et al.. Turismo Local de Londrina-PR: análise a partir da Teoria do Stakeholder. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 13. n. 2, p. 149-175, maio/ago 2015.

CMMDA. Conselho Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COGO, G. A. R.; OLIVEIRA, I. L.; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um instrumento a favor da sustentabilidade na administração pública. In: **Anais... XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_167_969_20065.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. _____. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, A. L. **Gestão ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16634/1/Dias_A_L_Dissertacao_versao%20final.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREITAS, C. L.; BORGET, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES às diretrizes propostas pela A3P. In: **Anais ... XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul, II Congresso Internacional IGLU**. Florianópolis: IGLU, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/30051/7.7.pdf?sequence=>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

GONDIM, J. S. L. **Meio ambiente e sustentabilidade no contexto do Centro de Ciências Médicas – CCM/UFPB**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:
<<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/9686/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes**. Rio de Janeiro, out./dez. 2016. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201604caderno.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

KRUGER, S. D. et al. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior – uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Rev. GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 44-62, set./dez. 2011. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4n3p44/21979>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACEDO, N. L. S. **Gerenciamento de resíduos sólidos produzidos em um restaurante universitário de um campus de expansão**. 2019. 44 f. Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2019.

MEDEIROS, G. A.; GIORDANO, L. C.; REIS, F. A. G. V. Gestão Ambiental. In: ROSA, A.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. (Orgs). **COGO Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012, p. 375-406.

MOURA, A. M. M. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Ipea, n. 7, p. 23-33, jan./jun. 2013.

Disponível em:
<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/131127_boletimregional7_cap3.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

OLIVEIRA, M. C. et al. Análise Comparativa da Divulgação Social de Empresas Francesas e Brasileiras Segundo a Teoria dos Stakeholders. Turismo Local de Londrina-PR: análise a partir da Teoria do Stakeholder. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11. n. 4, p. 305-317, out./dez., 2014.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C.; MARTINS, I. S. C. A Aplicação da Agenda Ambiental no Setor Público: estudo de caso em uma instituição da administração pública federal direta. In: **Anais ... X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: CNEG, 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0005.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

RIBEIRO, H. C. M. Teoria dos Stakeholders: um estudo bibliométrico de sua produção acadêmica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 14. n. 1, p. 163-192, jan./set., 2016.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de Administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental**: implantação objetiva e econômica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão Socioambiental**: estratégias na nova era da sustentabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VAZ, C. R. et al. Sistema de Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: uma revisão. **GEPROS**, Florianópolis, n. 3, p. 45-58, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/viewFile/327/314>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

VIEGAS, S. F.; CABRAL, E. R. Adesão de uma Universidade Pública à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. In: **Anais**. V Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belém: CODS, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/247/pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

VIEIRA, S. F. A.; COSTA, B. K; BOAVENTURA, J. M. G. Análise de Stakeholders Aplicada em Órgãos Públicos: o caso da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Revista de Ciência da Administração**, v. 13. n. 31, p. 81-110, set./dez., 2011.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Plano de Logística Sustentável da UFCG**. Universidade Federal de Campina Grande. 2019.

_____. **Relatórios PRE. 2019**. Disponível em:
<https://pre.ufcg.edu.br:8443/RelatoriosPRE/flow.html?_flowId=viewReportFlow&reportUnit=/Relatorios/Abertos/dadosCentroPorPeriodo&j_username=anonymousUser&j_password=>>. Acesso em 15 ago. 2019.

_____. **Conheça a UFCG**. Universidade Federal de Campina Grande. 2018. Disponível em: <<https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2017**. 2017 Disponível em:
<https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos/relatorios_gestao/UFCG_relatoriodegestao2017.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. **SEI! UFCG**. 2016. Disponível em:
<https://www.sei.ufcg.edu.br/?page_id=567> Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019**. 2014. Disponível em:
<http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/PDI%20da%20UFCG_ou_tubro%20de%202014.pdf>. Acesso em 01 nov. 2017.

_____. **Mapa do Campus de Cuité**. 2011. Disponível em:
<<https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/mapas/UFCG-Campus-de-Cuit.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2019.

_____. Resolução nº 04/2004. **Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande: UFCG, 2004. 85 p. Disponível em:
<<http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/regimentoDaUfcg.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Estatuto**. Universidade Federal de Campina Grande. Resolução n. 05 de 04 de outubro de 2002. Aprova a proposta de estatuto da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: Editora Universitária, 2004. 47 p. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/estatutoDaUfcg.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2019

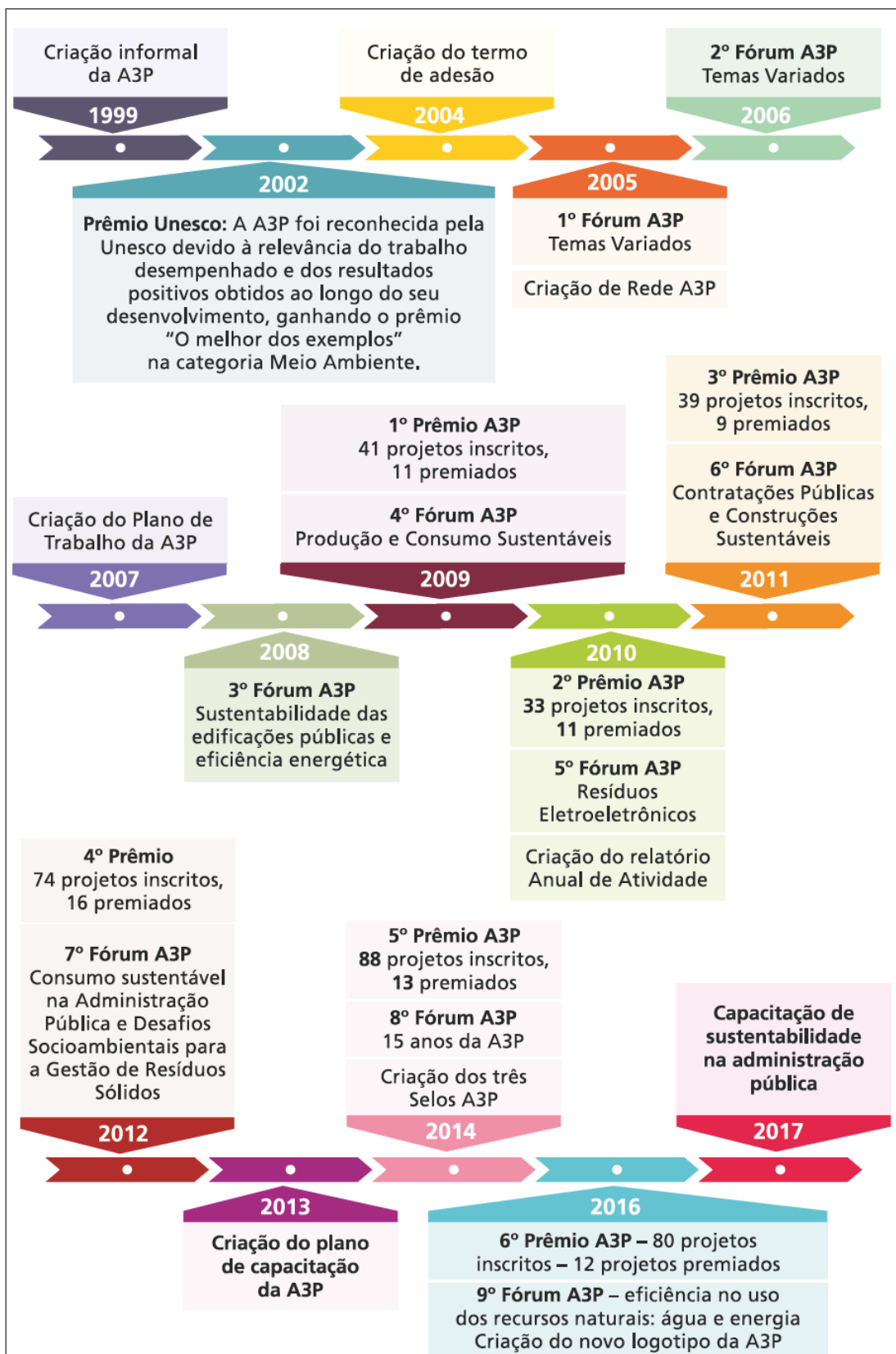
UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Relatório da Comissão do MEC**. 1997. Disponível em:
<https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos_criacao_ufcg/ufcg_relatorio_comissao_MEC_implacao-otimizado_1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. Universidade Federal da Paraíba. **Proposta de Criação da Universidade Federal de Campina Grande**. 1996a. Disponível em:
<https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos_criacao_ufcg/ufcg_proposta_criacao-otimizado_1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Universidade Federal de Campina Grande: elementos para sua implantação**. 1996b. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos_criacao_ufcg/ufcg_elementos_implantacao-otimizado_1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ANEXO A – Evolução Institucional da A3P

Figura 23 – Evolução Institucional da A3P.



Fonte: Brasil (2017a).

**ANEXO B – Formulário do Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades
Públicas**

Quadro 11 – Check-list A3P.

Eixo Temático – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade verifica mensalmente o consumo de água?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (m ³) de água (Valor na conta)
A universidade verifica mensalmente o consumo de energia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (KWh) de energia (Valor na conta)
A universidade verifica mensalmente o consumo de papel?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (resmas) de papel
A universidade verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (unidades) de copos descartáveis
A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de água?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Relatar Práticas 1. 2.
A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de energia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Relatar Práticas 1. 2.
A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de papel?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Relatar Práticas 1. 2.
A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Relatar Práticas 1. 2.
Eixo Temático – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade separa os resíduos sólidos recicláveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (Kg) de papel
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (Kg) de papelão
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (Kg) de plástico
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (Kg) de metal
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (Kg) de vidro
A universidade separa resíduos perigosos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantidade (unidade) de lâmpadas fluorescentes, cartuchos, toners...
A universidade descarta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, fogão, geladeira, freezer, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais os produtos e que quantidade?
A universidade realiza a compostagem de resíduos orgânicos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual a quantidade produzida? O que é feito com o composto?
A universidade adota práticas para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, pincel atômico, cartucho de impressora, outros)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais são as práticas? 1. 2.

Quadro 11 – Check-list A3P.

Eixo Temático – Sensibilização e Capacitação dos Servidores		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar o tipo de atividade e seu conteúdo: 1. 2.
Eixo Temático – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade realiza projetos de educação ambiental?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os temas dos projetos: 1. 2.
A universidade promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os tipos e temas do evento: 1. 2.
A universidade tem bicicletário?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sua capacidade é suficiente?
Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos equipamentos? Quais são os equipamentos?
A universidade tem rampas de acesso ou elevador para deficientes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar quantos e os tipos:
A universidade tem equipamentos adequados à portadores de necessidades especiais?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar quantos e os tipos:
A universidade possui equipamentos de proteção nas escadas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar quantos e os tipos:
A universidade possui uma horta?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quem é o responsável pela horta? Alunos, professores, servidores...?
A horta é utilizada nas refeições?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os tipos de hortaliças ou legumes produzidos na horta:
A universidade compra alimentos orgânicos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os tipos de hortaliças ou legumes comprados:
A universidade compra alimentos da agricultura familiar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar quantos produtores da agricultura familiar e os tipos de alimentos comprados:
A universidade tem pomar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os tipos de frutas:
A universidade tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Especificar os animais:

Quadro 11 – Check-list A3P.

Eixo Temático – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade faz uso de fonte alternativa de energia renovável?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar qual a fonte e a quantidade de energia gerada (Kw)
A universidade possui aquecedor solar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar os usos dados a essa água aquecida.
A universidade tem estrutura para captação e uso de água da chuva? Essa estrutura está em uso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Indicar volumes disponibilizados. Indicar necessidades estruturais para o seu uso.
A universidade está ligada à rede pública de saneamento?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Descrever:
As salas de aula têm janelas para ventilar? As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural? As salas de aula têm janelas, mas não usam, por serem climatizadas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantas por ambiente ou sala? Descrever: Indicar quantos aparelhos de ar-condicionado são utilizados pó sala de aula? Qual a situação ideal?
As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Descrever a eficiência dessas paredes:
O mobiliário da universidade é de madeira certificada?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Explicar quais certificados são utilizados:
A universidade faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Descrever esses materiais e equipamentos, incluindo os artísticos:
A universidade possui jardim?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Identificar dimensão e plantas presentes Quantas árvores? Que espécies?
Existe praça ou parque próximo da universidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos? Como a escola utiliza?
Eixo Temático - Contratações Públicas Sustentáveis		
Questões Relacionadas ao Tema	Evidências Observadas	Indicadores de Sustentabilidade
A universidade realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos editais? Quais produtos? Quais serviços? Quais as obras? Quais os valores envolvidos? Quais os critérios de sustentabilidade utilizados?

Fonte: Brasil (2017a).

APÊNDICE A – Questionário Utilizado na Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

Prezado respondente,

Este questionário tem como objetivo aferir a percepção dos funcionários técnico-administrativos, professores e alunos (concluintes) acerca da Gestão Socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG (CES/UFCG). Suas respostas servirão de base para o aprofundamento dos estudos nesta área e os resultados serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Agradeço sua participação.

PARTE 1: PERFIL DO RESPONDENTE

1. Vínculo com o CES/UFCG:

- 1 Servidor(a) Técnico-administrativo
2 Professor(a)
3 Aluno(a)

2. Idade (anos):

- 1 Menos de 20
2 20 a 24
3 25 a 29
4 30 a 34
5 35 a 39
6 40 a 49
7 50 ou mais

3. Sexo

- 1 Masculino
2 Feminino

4. Grau de Instrução

- 1 Ensino médio completo
2 Superior incompleto
3 Superior completo
4 Pós-graduação
5 Mestrado
6 Doutorado

5. Tempo de vínculo com o CES/UFCG:

- 1 Menos de 1 ano
2 De 1 a 2 anos
3 De 2 a 3 anos
4 De 3 a 4 anos
5 De 4 a 5 anos
6 Mais de 5 anos

6. Aluno(a) de qual curso? (apenas para alunos concluintes)

- 1 Ciências Biológicas
2 Enfermagem
3 Farmácia
4 Física
5 Matemática
6 Nutrição
7 Química

7. Professor(a) lotado(a) em qual Unidade Acadêmica? (apenas para professores)

- 1 Unidade Acadêmica de Biologia e Química
2 Unidade Acadêmica de Enfermagem
3 Unidade Acadêmica de Saúde
4 Unidade Acadêmica de Física e Matemática

PARTE 2: PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

8. De acordo com a sua percepção:	Concordo Totalmente				
	Concordo Parcialmente				
	Nem concordo nem discordo				
	Discordo Parcialmente				
	Discordo Totalmente				
Eixo Temático – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos					
8.1 O CES/UF CG verifica mensalmente o consumo de água em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.2 O CES/UF CG verifica mensalmente o consumo de energia elétrica em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.3 O CES/UF CG verifica mensalmente o consumo de papel em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.4 O CES/UF CG verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.5 O CES/UF CG adota alguma prática para reduzir o consumo de água em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.6 O CES/UF CG adota alguma prática para reduzir o consumo de energia elétrica em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.7 O CES/UF CG adota alguma prática para reduzir o consumo de papel em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
8.8 O CES/UF CG adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis em suas dependências?	①	②	③	④	⑤
Eixo Temático – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados					
8.9 O CES/UF CG separa os resíduos sólidos recicláveis?	①	②	③	④	⑤
8.10 O CES/UF CG separa os resíduos perigosos?	①	②	③	④	⑤
8.11 O CES/UF CG descarta de forma correta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, panelas, lousas e outros?	①	②	③	④	⑤
8.12 O CES/UF CG realiza compostagem (reciclagem de material orgânico para adubo) de resíduos orgânicos?	①	②	③	④	⑤
8.13 O CES/UF CG adota alguma prática para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, outros)?	①	②	③	④	⑤

8. De acordo com a sua percepção:	Concordo Totalmente				
	Concordo Parcialmente				
	Nem concordo nem discordo				
	Discordo Parcialmente				
	Discordo Totalmente				
Eixo Temático – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos					
8.14 O CES/UFCEG promove capacitação de alunos sobre questões ambientais? (apenas para alunos concluintes)	①	②	③	④	⑤
8.15 O CES/UFCEG promove capacitação de professores sobre questões ambientais? (apenas para professores)	①	②	③	④	⑤
8.16 O CES/UFCEG promove capacitação de funcionários técnico-administrativos sobre questões ambientais? (apenas para técnico-administrativos)	①	②	③	④	⑤
Eixo Temático – Qualidade de Vida e no Ambiente de Trabalho e Estudo					
8.17 O CES/UFCEG realiza projetos de educação ambiental com a comunidade acadêmica?	①	②	③	④	⑤
8.18 O CES/UFCEG promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental?	①	②	③	④	⑤
8.19 O CES/UFCEG tem bicicletário?	①	②	③	④	⑤
8.20 Os equipamentos de esporte e lazer do CES/UFCEG são preservados e utilizados?	①	②	③	④	⑤
8.21 O CES/UFCEG tem rampas de acesso ou elevador para deficientes?	①	②	③	④	⑤
8.22 O CES/UFCEG tem equipamentos de adequados a portadores de necessidades especiais?	①	②	③	④	⑤
8.23 O CES/UFCEG possui equipamentos de proteção nas escadas?	①	②	③	④	⑤
8.24 O CES/UFCEG possui uma horta?	①	②	③	④	⑤
8.25 A horta é utilizada nas refeições? (pule esta pergunta se você marcou “não” no item 8.24).	①	②	③	④	⑤
8.26 O CES/UFCEG compra alimentos orgânicos?	①	②	③	④	⑤
8.27 O CES/UFCEG compra alimentos da agricultura familiar?	①	②	③	④	⑤
8.28 O CES/UFCEG tem pomar?	①	②	③	④	⑤
8.29 O CES/UFCEG tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros)?	①	②	③	④	⑤

8. De acordo com a sua percepção:	Concordo Totalmente				
	Concordo Parcialmente				
	Nem concordo nem discordo				
	Discordo Parcialmente				
	Discordo Totalmente				
Eixo Temático – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis					
8.30 O CES/UFCEG faz uso de fonte alternativa de energia renovável?	①	②	③	④	⑤
8.31 O CES/UFCEG possui aquecedor solar?	①	②	③	④	⑤
8.32 O CES/UFCEG tem estrutura para captação e uso de água da chuva?	①	②	③	④	⑤
8.33 Essa estrutura está em uso? (pule esta pergunta se você marcou “não” no item 8.32).	①	②	③	④	⑤
8.34 O CES/UFCEG está ligado à rede pública de saneamento?	①	②	③	④	⑤
8.35 As salas de aula do CES/UFCEG têm janelas para ventilar?	①	②	③	④	⑤
8.36 As salas de aula do CES/UFCEG usam de forma eficiente a iluminação natural?	①	②	③	④	⑤
8.37 As salas de aula do CES/UFCEG têm janelas, mas não são usadas, por serem climatizadas?	①	②	③	④	⑤
8.38 As salas de aula do CES/UFCEG possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?	①	②	③	④	⑤
8.39 O mobiliário do CES/UFCEG é de madeira certificada?	①	②	③	④	⑤
8.40 O CES/UFCEG faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado?	①	②	③	④	⑤
8.41 O CES/UFCEG possui jardim?	①	②	③	④	⑤
8.42 Existe praça ou parque próximo do CES/UFCEG?	①	②	③	④	⑤
8.43 O CES/UFCEG utiliza essa praça ou parque? (pule esta pergunta se você marcou “não” no item 8.42).	①	②	③	④	⑤
Eixo Temático – Contratações Públicas Sustentáveis					
8.44 O CES/UFCEG realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis?	①	②	③	④	⑤

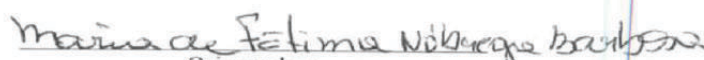
APÊNDICE B – Termo de Compromisso de Divulgação de Resultados

Termo de Compromisso de Divulgação dos Resultados

Por este termo de responsabilidade, nós, abaixo – assinados, respectivamente, autor e orientando da pesquisa intitulada “**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG: UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**” assumimos o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Campina Grande, 17 de Outubro de 2018.


Orientadora


Orientando

APÊNDICE C – Termo de Compromisso do(s) Pesquisador(es)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
 Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP
 Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José. CEP: 58107 – 670.
 Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br.



TERMO DE COMPROMISSO DO(S) PESQUISADOR(ES)

Por este termo de responsabilidade, nós abaixo-assinados, Orientador e Orientando(s) respectivamente, da pesquisa intitulada **“GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG: UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)”**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outros sim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/HUAC/EBSER (Comitê de Ética em Pesquisas/ Hospital Universitário Alcides Carneiro) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/HUAC/EBSERH, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Campina Grande, 17 de Outubro de 2018.

Márcia de Fátima Nóbrega Barbosa
 Orientador(a)

Rafael Antônio Medeiros Oliveira
 Orientando


APÊNDICE D – Declaração de Anuência Institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, Prof. José Justino Filho, Diretor do Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG, em pleno gozo das atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 436, de 08 de março de 2017, mat. SIAPE 2193311, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada **“GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG: UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**, que será realizada neste Campus, no período de 20/11/2018 a 15/04/2019, tendo como orientando o servidor Raiff Ascendino Medeiros Chaves, mat. SIAPE 1629312, e a pesquisadora orientadora Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Nóbrega Barbosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP).

Cuité/PB, 20 de novembro de 2018



Prof.^o José Justino Filho
Diretor do Centro de Educação e Saúde da UFCG
Mat. 2193311

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA UFCG: UMA ANÁLISE À LUZ DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**, coordenada pela Prof.^a Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa e executada pelo pesquisador Raiff Ascendino Medeiros Chaves, aluno do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP.

Este estudo tem o objetivo de analisar a gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG nos moldes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A investigação se faz imprescindível pela necessidade de aprofundamento neste tema tão pertinente nos dias atuais, qual seja: investigar a interação entre o ser humano e a natureza e os impactos decorrentes desta influência mútua. Assim sendo, o assunto em tela apresenta grande relevância para a sociedade com um todo, ainda mais se considerarmos seu desdobramento em uma universidade, notoriamente um celeiro de produção do saber científico. Tal pesquisa, além de diagnosticar a situação do campus frente aos requisitos elencados pela A3P, inova ao avaliar a percepção do público usuário da universidade (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) em seus resultados.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Caso decida aceitar o convite, você será submetido aos seguintes procedimentos: assinatura deste TCLE, inclusive recebendo uma via do mesmo, e o preenchimento do questionário da pesquisa, composto por 51 (cinquenta e uma) perguntas, com duração média de 15min para o seu preenchimento. O único risco envolvendo a sua participação é o vazamento das informações, contra o qual o pesquisador se compromete a garantir a integridade dos questionários. Os benefícios da pesquisa relacionam-se à promoção do conhecimento acerca do tema e à propositura de melhorias no âmbito da gestão socioambiental desenvolvida no CES/UFCG.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

A coleta dos dados será realizada pelo pesquisador. Em caso de dúvidas, contate adm.raiffchaves@gmail.com ou (83) 99995-7525. Explicações acerca dos princípios éticos da pesquisa poderão ser dirimidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/HUAC/UFCG, situado à Rua Dr. Carlos Chagas, S/N, São José, CEP 58.401-490, Campina Grande - PB, através do e-mail cep@huac.ufcg.edu.br ou pelo telefone (83) 2101-5545.

Declaro que recebi uma via deste TCLE e que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como da forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cuité, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante

APÊNDICE F – Plano de Trabalho a ser Desenvolvido no Centro de Educação e Saúde da UFCG a partir de 2020

RESUMO EXECUTIVO

Objetivando mormente analisar a gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG nos moldes da agenda ambiental na administração pública, esta pesquisa lança mão de um acervo documental importante, o qual, entre outros, inclui documentos oficiais que envolvem a administração pública no âmbito geral, como também os principais normativos internos que determinam os regramentos da UFCG e do CES e impactam direta e indiretamente no funcionamento da universidade. A análise de dados ocorre em dois momentos: o primeiro consiste na aplicação do formulário extraído do manual da A3P junto aos gestores do campus, especialmente com o prefeito setorial, com o propósito de cumprir o primeiro e segundo objetivos específicos; em seguida, a partir de uma adaptação do formulário supracitado, consulta-se 204 respondentes no tocante à percepção dos mesmos em relação à gestão socioambiental no CES, por meio de questionários específicos para as três categorias. Identifica-se que o campus apresenta ações isoladas e vácuos em todos os eixos avaliados, ensejando mais atenção o que trata da sensibilização e capacitação dos agentes envolvidos, assim como a questão do descarte dos resíduos gerados, sobretudo os perigosos. Por outro lado, o uso racional da energia elétrica, captação de água da chuva, disponibilização de equipamentos de esporte e lazer e áreas verdes, entre outros, acompanhados das contratações públicas sustentáveis revelam que o CES está atento à sustentabilidade e ao seu papel de vanguarda na região em que está inserido.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A problemática definida no escopo da pesquisa instiga o autor a investigar como a gestão socioambiental é desenvolvida no Centro de Educação e Saúde da UFCG sob a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ademais, este trabalho busca identificar as práticas desse modelo de gestão no campus, realizar o diagnóstico do CES de acordo com as orientações definidas no Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas, uma das cartilhas da A3P, além de aferir a percepção dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes acerca da gestão socioambiental na Instituição.

Muito se fala de desenvolvimento sustentável, especialmente após o advento do Relatório de Brundtland em 1987, que contribuiu para a disseminação não só do seu conceito, mas também das aspirações vindouras em torno do tema. O que segue após esse marco é uma corrida de organizações públicas e privadas a fim de marcarem posição e sinalizarem a clientes e usuário da sua preocupação com o meio ambiente à medida que geram valor em seus produtos e serviços.

O governo federal brasileiro, a partir de 1999, institui a A3P como instrumento fundamental para dar corpo ao movimento e orientar ações em sintonia com o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e a gestão socioambiental, de

maneira relativamente simples e que pudesse ser replicada facilmente no âmbito das suas instituições. Acompanhando a evolução dos termos e das práticas, a A3P se modernizou cartilha após cartilha, assumindo diferentes faces, inclusive dirigindo suas diretrizes a setores específicos da administração pública, a exemplo das Universidades.

Em 2017, a cartilha direcionada às Universidades Públicas Federais fixa seis eixos sob os quais devem ser fundamentados os estudos que se propõem a examinar os aspectos ligados à gestão socioambiental em função da realidade vivida nos ambientes universitários: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão de resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, compras ou contratações públicas sustentáveis e construções, reformas e ampliações sustentáveis.

Nesse sentido, a utilização das orientações apregoadas pelo Ministério do Meio Ambiente torna-se um imperativo às organizações públicas que desejam adequar suas rotinas administrativas, projetos e planos ao que de mais moderno há no tocante à busca pela sustentabilidade, observando ações que vão desde a utilização de copos descartáveis até a adoção de critérios sustentáveis nas compras de materiais e contratações de serviços, em um processo que exige a participação de stakeholders internos e externos.

Não à toa, em termos práticos, quando uma universidade pública decide implementar a A3P, sinaliza não só para comunidade universitária, mas também "para a sociedade como um todo, que a adoção das diretrizes socioambientais promove uma economia de recursos, reduzindo impactos sobre o meio ambiente e melhoram a qualidade de vida" (MMA, 2017, p. 7). O CES, como parte integrante que é desta engrenagem, busca sua inserção na rota sustentável de maneira mais incisiva à medida que promove iniciativas que vão encontro do que orienta o Ministério do Meio Ambiente. É nessa conjuntura que está balizada a presente pesquisa.

Ao aplicar o formulário junto ao prefeito setorial e demais atores envolvidos, consegue-se dimensionar a realidade do CES em termos de gestão socioambiental. Detecta-se que o campus apresenta pontos a serem melhorados em todos os eixos avaliados, tendo em vista o descarte de resíduos perigosos e a promoção de sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica para temas socioambientais, por exemplo, da mesma forma que algumas ações, como a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar e a adoção de critérios de sustentabilidade nas compras de materiais, indicam uma preocupação em atender a requisitos social e ambientalmente responsáveis.

O processo baseado em aferir a percepção dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes identificou, entre outras, uma tendência em concordar que o CES faz uso racional dos recursos naturais e bens públicos (eixo 1), assim como apresenta uma boa gestão dos resíduos gerados (eixo 2), à exceção da questão que aborda a adoção de alguma prática para a redução do material de expediente (q13). Nos demais eixos, os maiores níveis de concordância são percebidos no âmbito da preservação e utilização dos equipamentos de esporte e lazer (q20 - eixo 3), ventilação das salas de aula por meio de janelas (q35 - eixo 4) e a existência de jardim no campus (q41 - eixo 4).

Em contrapartida, as questões mais sensíveis que indicam um maior grau de discordância por parte dos respondentes dizem respeito à sensibilização e capacitação dos servidores e alunos (q13, q14 e q15 - eixo 3), o que condiz com a

realidade percebida no diagnóstico realizado na primeira etapa da análise de dados, a existência de bicicletário (q19 - eixo 4), mesmo o campus dispondo deste equipamento, além da disponibilização de equipamentos adequados a portadores de necessidades especiais (q22 - eixo 4).

Traçado o escopo dos problema encontrado, vejamos as recomendações de intervenção sugeridas em forma de ações de melhorias, no intuito de melhorar pontos deficitários, corrigir ações já em andamento e preencher lacunas que o campus ainda carece iniciativas concretas. As recomendações permeiam os seis eixos investigados, além de uma categoria geral de domínio amplo.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Apresentados o resumo executivo, a descrição e a análise da situação-problema, ou seja, moldado o diagnóstico do caso concreto, com as devidas considerações em torno da primeira etapa do tratamento dos dados, e examinadas as percepções extraídas das respostas dos servidores técnico-administrativos, professores e alunos concluintes, pôde-se elaborar um plano de ação no sentido de propor intervenções com vistas a estabelecer novas condutas, ampliar e efetivar ações exitosas, reativar iniciativas importantes, preencher lacunas e rever atitudes.

APÊNDICE F – Plano de Trabalho a ser Desenvolvido no Centro de Educação e Saúde da UFCG a partir de 2020

Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFMG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos						
1	Adquirir dois hidrômetros (campus e residência universitária)	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Monitoramento do consumo de água no CES
2	Dispor de sistema mecânico para irrigação dos jardins do campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Economia de água proveniente do Horto
3	Substituir todas as torneiras dos banheiros do campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório para aquisição de torneiras com temporizador	A definir	A definir	Economia de água pluvial
4	Prover sistema de reutilização da água para descargas nos banheiros do campus	Direção, Docentes da área, Prefeitura Setorial	A partir de um estudo técnico, proceder com as adaptações necessárias nas instalações hidráulicas.	A definir	A definir	Economia de água pluvial
5	Implementar campanha para substituição de copos descartáveis	Direção, Coordenadores de Curso e Técnico-Chefes de Setor	Divulgação nas páginas oficiais do CES e e-mails; restringindo o acesso ao material para uso cotidiano; e descontinuar compra em até 3 anos	A definir	A definir	Redução da geração de resíduos e economia de recursos financeiros
6	Realizar campanha de conscientização para reduzir consumo de papel	Direção do CES, Coordenadores de Curso e Chefes de Setor	Realização de campanhas educativas; ampliação do uso do SEI; divulgação de ações educativas nas páginas oficiais do CES e e-mails.	A definir	A definir	Redução da geração de resíduos e economia de recursos financeiros
7	Estudar meios para viabilizar a aplicação de provas digitais	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Adaptando equipamentos e sistemas de informática	A definir	A definir	Redução do consumo de papel
8	Estabelecer metas de redução de consumo de papel e copos descartáveis e premiar anualmente os setores que as atingir	Direção do CES	Criação de prêmio e exposição das melhores práticas em evento anual; Divulgação nas páginas	A definir	A definir	Conscientização da necessidade de redução do consumo de tais itens

Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
9	Adquirir sensores de presença para iluminação dos ambientes dos CES	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Economia do consumo e redução da conta de energia elétrica
Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados						
1	Firmar parcerias com cooperativas de reciclagem de materiais diversos	Direção e Técnico-administrativos do CES	Desenvolvendo parcerias junto a cooperativas na cidade de Campina Grande	A definir	A definir	Destinação correta dos resíduos recicláveis
2	Construir Estação de Resíduos no campus	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório; Construção de um espaço adequado para armazenamento de resíduos antes de serem enviados a uma cooperativa	A definir	A definir	Armazenamento correto de resíduos diversos
3	Estudar a viabilidade de implementação de logística reversa para contratos e aquisições diversos	Direção e Técnico-administrativos do CES	Verificação dos dispositivos legais e editais de licitação	A definir	A definir	Evitar acúmulo de materiais obsoletos no campus
4	Evitar mistura de resíduos antes de enviar às cooperativas	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório para aquisição de sacos de lixo coloridos	A definir	A definir	Separação adequada de resíduos antes da sua destinação
5	Criar projeto de recolhimento de pilhas e baterias	Direção e Técnico-administrativos do CES	Desenvolvimento de programa semelhante ao "PAPAPILHA" do campus de Sumé.	A definir	A definir	Conscientização acerca da necessidade do descarte correto de resíduos perigosos
6	Unificar o recolhimento de papéis e papelões (resíduos gerados pelo CES e transeuntes)	Prefeitura Setorial	Modificando as orientações quando do recolhimento de papéis e papelões nos coletores coloridos que, hoje, são recolhidos pela Prefeitura Municipal de Cuité	A definir	A definir	Universalização da coleta destes materiais por parte de catadores e/ou cooperativas
7	Criar identidade visual do projeto Horto Florestal Olho D'água da Bica CES/UFCG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade	Técnico-administrativos	Aproveitando as habilidades de funcionários do próprio CES para a criação ou Realização de Procedimento licitatório;	A definir	A definir	Fortalecimento do projeto junto à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo

Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFCG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
8	Ampliar atuação do projeto Horto Florestal Olho D'água da Bica CES/UFCG: educação ambiental, recuperação ambiental e sustentabilidade	Direção do CES e atores envolvidos	Estímulo à captação de voluntários; disponibilização de infraestrutura adequada e recursos financeiros; participação em eventos regionais para exposição do projeto	A definir	A definir	Fortalecimento do projeto junto à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo
9	Reativar o Comitê de Resíduos Sólidos do CES	Direção do CES e membros do Comitê	Provendo meios e oferecendo o apoio necessário para o pleno desempenho das ações idealizadas pelo grupo	A definir	A definir	Otimização das ações em andamento e criação do Plano de Gerenciamento de resíduos Sólidos do CES
Eixo 3 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Alunos						
1	Promover capacitação periódica para discentes, técnico-administrativos e professores	Direção do CES	Oferta de oficinas, debates, palestras seminários e capacitações na área da gestão socioambiental	A definir	A definir	Comunidade acadêmica conscientizada do seu papel na criação, desenvolvimento e intensificação de práticas socioambientais
Eixo 4 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Estudo						
1	Identificar causas da baixa utilização do bicicletário do campus	Direção do CES	Desenvolvimento de pesquisa por meio de plataforma digital	A definir	A definir	Promoção de ações direcionadas a estimular e ampliar a utilização deste equipamento
2	Adquirir rede para cobertura do campo de futebol <i>society</i>	Direção e Técnico-administrativos do CES	Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Disponibilização do campo de futebol <i>society</i> para práticas esportivas
3	Universalizar a sinalização das rampas de acesso no campus	Prefeitura Setorial	Utilização de tintas disponíveis no campus ou, na ausência destas, Realização de Procedimento licitatório	A definir	A definir	Padronização das rampas de acesso
4	Equipar computadores na Biblioteca do campus com <i>softwares</i> de transcrição de textos para deficientes visuais	Direção do CES	Aquisição gratuita de <i>softwares</i> , a exemplo do "BR Braille", desenvolvido pela UNICAMP, e do <i>MecDaisy</i> , criado pela UFRJ; adaptação ou aquisição de computadores para suportarem a tecnologia	A definir	A definir	Promoção da inclusão de deficientes visuais

Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFMG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
5	Dispor de pelo menos um bloco de aula com elevador	Direção e Técnico-administrativos do CES	Aquisição de elevador mediante realização de procedimento licitatório	A definir	A definir	Inclusão de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida
Eixo 5 – Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis						
1	Estudar viabilidade de diversificação da matriz energética, especialmente para a fotovoltaica	Direção do CES	Engendrando esforços junto aos setores competentes da UFGG, em Campina Grande	A definir	A definir	Redução da conta de energia elétrica
2	Ampliar a estrutura de captação de água pluvial de forma a diminuir a extração de água do olho d'água	Prefeitura Setorial	Replicando o sistema já existente nas edificações que não contam com o mesmo	A definir	A definir	Otimização da captação de água pluvial e diminuir a dependência de água do Horto
3	Eliminar o uso das fossas comuns rudimentares	Direção do CES e Prefeitura Setorial	Adaptar o sistema de encanamento existente; construir fossas sépticas; realização de procedimento licitatório	A definir	A definir	Universalização da captação de dejetos por meio de fossas sépticas
4	Desenvolver e estimular projetos de reciclagem ou reutilização de material ou equipamento	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Fomentando ações de estímulo à reciclagem e reutilização de materiais e equipamentos	A definir	A definir	Diminuição do nível de armazenamento de materiais e equipamentos em depósitos e conscientização da comunidade acadêmica
Eixo 6 – Contratações Públicas Sustentáveis						
1	Ampliar o rol de aquisições compreendidas pelos editais que dispõem de critérios de sustentabilidade	Direção e Técnico-administrativos do CES	Buscando, na legislação, ferramentas que deem segurança jurídica	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos

Plano de Ação: Melhorias na gestão socioambiental desenvolvida pelo CES/UFMG.

Item	O quê?	Quem?	Como?	Quando? (previsão)	Execução	Verificação
					Quando (real.)	Resultados Esperados
2	Realizar licitações de obras e serviços que disponham de mecanismos que confiram vantagem para materiais sustentáveis	Direção e Técnico-administrativos do CES	Disponibilização nos editais de cláusulas que estimulem a oferta de itens sustentáveis, por parte das empresas, a exemplo de materiais biodegradáveis	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos
Geral						
1	Verificar, de forma contínua, e adotar, no que couber, as melhores práticas desenvolvidas por Órgãos Públicos, organizações privadas e entidades do terceiro setor no âmbito da Gestão Socioambiental	Comunidade Acadêmica	Pesquisando, reportando e debatendo junto à Direção do CES casos comprovadamente exitosos de outras organizações, sobretudo IFES.	A definir	A definir	Reconhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade e redução dos impactos ambientais gerados a curto, médio e longo prazos
2	Adotar, no que couber, as ações sugeridas pelo PLS da UFGG	Direção, Docentes e Técnico-administrativos do CES	Disponibilizando o documento para a comunidade acadêmica	A definir	A definir	Alinhamento com as diretrizes institucionais da UFGG
3	Criar rotina de verificação e controle das ações que se propõe a realizar	Atores envolvidos	Criando documentos e manuais de verificação e controle	A definir	A definir	Manualização e padronização de procedimentos e promoção da gestão do conhecimento
4	Promover evento anual de divulgação e balanço das ações, sobretudo as desenvolvidas no âmbito da gestão socioambiental	Direção, e Técnico-administrativos do CES	Utilizando o auditório do Centro	A definir	A definir	Institucionalização de práticas socioambientais, conscientização dos atores envolvidos e integração holística do Centro em torno do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade